

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS

RAFAELA NEVES MEIRELES

**O MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO (MNU) E AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS
NA DITADURA MILITAR (1964-1985)**

ALFENAS-MG

2026

RAFAELA NEVES MEIRELES

**O MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO (MNU) E AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS
NA DITADURA MILITAR (1964-1985)**

Dissertação apresentada como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Educação pela Universidade Federal de Alfenas.

Área de concentração: Educação e sociedade: sujeitos, ideias e política.

Orientadora: Prof. Dra. Ana Lúcia da Silva.

ALFENAS-MG

2026

Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal de Alfenas Biblioteca
Central

Meireles, Rafaela Neves.

O Movimento Negro Unificado e as relações étnico-raciais na Ditadura Militar (1964-1985) / Rafaela Neves Meireles. - Alfenas, MG, 2026.
153 f. : il. -

Orientador(a): Ana Lúcia da Silva.

Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Alfenas, Alfenas, MG, 2026.

Bibliografia.

1. Lei n.10.639/2003. 2. Movimento Negro Unificado. 3. Relações étnico-racias. 4. Livros didáticos. I. Silva, Ana Lúcia da, orient. II. Título.

Ficha gerada automaticamente com dados fornecidos pelo autor.

RAFAELA NEVES MEIRELES

**O MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO (MNU) E AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS
NA DITADURA MILITAR (1964-1985)**

A Presidenta da banca examinadora abaixo assina a aprovação da Dissertação apresentada como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestra em Educação pela Universidade Federal de Alfenas, campus de Alfenas. Área de concentração: Educação e sociedade: sujeitos, ideias e políticas.

Aprovada em 26 de março de 2026

Prof. Dra. Ana Lúcia da Silva Assinatura: Universidade
Federal de Alfenas (UNIFAL-MG)



Documento assinado digitalmente
ANA LUCIA DA SILVA
Data: 14/04/2026 11:55:18-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dra. Amanda Motta Castro
Universidade Federal do Rio Grande
(FURG)

Prof.^a Dr. Angelo Priori
Universidade Estadual de Maringá (UEM)

Dedico este trabalho aos meus ancestrais, que resistiram bravamente à escravização negra na América.

Ao Movimento Negro Unificado (MNU), pela sua coragem, força e ativismo durante a Ditadura Militar brasileira, pois devido sua ação me foi possível estar aqui.

Aos meus pais, Maria Margarida Neves Meireles e José dos Santos Meireles, por sempre me apoiarem e acreditarem em mim.

AGRADECIMENTOS

À minha Mãe Iemanjá e ao meu Pai Xangô, por me guiarem nesta vida terrena, concedendo-me força, sabedoria, discernimento e a abertura dos caminhos. Agradeço ainda aos meus guias espirituais, que me conduziram e continuam a conduzir nesta jornada, orientando-me sempre pelo bom caminho.

Aos meus pais, José dos Santos Meireles e Maria Margarida Neves Meireles, por me ajudarem financeiramente na minha Educação e abrigo em todas as etapas da minha vida. E às minhas irmãs: Ana Raquel Neves Meireles e Fernanda Neves Meireles.

Ao Movimento Negro Unificado (MNU), aos griots e as griotas: Dorival Pereira dos Santos, Geraldo Potiguar do Nascimento, Lenny Blue de Oliveira, José Adão de Oliveira, Milton Barbosa, Iêda Leal, José Francisco Ferreira de Oliveira e Rachel de Oliveira. E a todos(as) que construíram e seguem construindo o Movimento Negro Unificado. Foi uma honra conhecê-los(as) e conviver com vocês. Um encontro muito especial. A ancestralidade cria esse laço de anos e anos de vida, pois parecia que já os conhecia há muito tempo. Agradeço pela entrega de cada um(a), pela vida e por serem exemplos de resistência, autoestima e confiança. Minha eterna gratidão. Sempre guardarei em minha memória os momentos vividos em Alfenas-MG, quando estiveram presentes no lançamento do livro *I Livro Griot do MNU: memórias de vida e de luta na idosidade negra*, em 18 de junho de 2025, e também a acolhida calorosa que tivemos em São Paulo-SP, durante o lançamento dessa obra, em 22 de março do decorrente ano. Pelo carinho, cuidado e atenção dedicados a mim e à professora Ana Lúcia da Silva, pelas conversas, risadas e pelo inesquecível caldo de feijão após a comemoração dos 47 anos do MNU, no Theatro Municipal de São Paulo, em 07 de julho de 2025.

Aos(às) professores(as) do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal de Alfenas – UNIFAL-MG, campus Alfenas, meu sincero agradecimento. Registro, ainda, meu reconhecimento à secretária do PPGE, Luciana de Paiva, que sempre se mostrou solícita e trouxe-me informações valiosas para a continuidade dos estudos no mestrado.

À professora Ana Lúcia da Silva, celebro a sua vida, sua força, sua firmeza e, ao mesmo tempo, a doçura e o cuidado. Admiro sua responsabilidade, seriedade e compromisso com a Educação, com nosso povo, com nossa ancestralidade e com

seus(as) alunos(as). Sou eternamente grata por ter sido sua orientanda e por ter confiado em mim. Agradeço por cada oportunidade durante o mestrado: ministrar oficinas do projeto de extensão *Consciência Negra o Ano Todo: de janeiro a janeiro*, participar de minicursos, em 2024 e 2025, do Clube de Leitura Conceição Evaristo a partir de 2025, e por integrar o Grupo de Pesquisa Lélia Gonzalez. Sua orientação foi além do mestrado e da academia: foi exemplo de profissionalismo e humanidade para a vida além dos muros da universidade. Obrigada pelos conselhos, pelas conversas e pelos cafés. Enfim, por acreditar em mim.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG), pela bolsa de estudos concedida no período de março de 2025 a março de 2026, que contribuiu para o desenvolvimento desta pesquisa e de meus estudos.

Agradeço ainda a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior- Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

Aos profissionais do Theatro Municipal de São Paulo, que me receberam tão bem na visita mediada, em outubro de 2024, meu reconhecimento. Foi nas escadarias dessa instituição que, em 1978, o Movimento Negro Unificado (MNU) realizou um protesto histórico, denunciando a existência do racismo, o mito da democracia racial, o assassinato de pessoas negras e as desigualdades sociais e raciais, em plena Ditadura Militar.

Ao Grupo de Pesquisa Lélia Gonzalez, coordenado pelas professoras Dra. Amanda Motta Castro (FURG) e a Dra. Ana Lúcia da Silva (UNIFAL-MG), pela acolhida, pelas trocas de conhecimento e pela oportunidade de dialogar com pesquisadores do Sul Global, fortalecendo ainda mais minha trajetória acadêmica.

Aos (as) colegas de trabalho, em especial à Equipe Pedagógica do Centro Municipal de Educação Infantil Alegria – Alvimar Dias Silva de Alfenas-MG: na gestão escolar, representada pela ex-diretora Rebeca Nogueira de Souza Ferreira Silva; e, na gestão atual, pela diretora Vanessa Graciano Vieira e pela vice-diretora Josefa Edla dos Santos Correia Valentim.

Ao professor da Secretaria de Educação do Estado de Minas Gerais (SEE-MG), Luís Fernando Borges Silva, pelas orientações sobre os livros didáticos, pelas conversas precisas e pelo exemplo de profissional humano com os(as) alunos(as).

À supervisora da Secretaria de Educação do Estado de Minas Gerais (SEE-MG), Paula Caroline de Andrade Alexandre.

Aos(as) funcionários(as) da Biblioteca Municipal Dr. João Januário de Magalhães, de Alfenas-MG: Adriana Alves Silva, Aliene Eleonora de Carvalho, Ana Maria da Silva, Ionara Evangelista de Carvalho, Maristela Ferreira de Lima Damascena, Rosângela Martelli Vilela e João Bosco Garcia de Aguiar pela acolhida e pelo atendimento que contribuíram para o desenvolvimento da pesquisa. O meu obrigada!

À minha ex-psicóloga, Rayssa Oliveira, que em janeiro de 2024, incentivou-me a participar do processo seletivo do mestrado em Educação (PPGE-UNIFAL/MG). Sou grata pelo tempo em que me acompanhou na terapia e por ter contribuído para minha autoestima, autoconfiança, coragem de viver e ser feliz.

À minha psicóloga atual, Maiara Muniz, pelo encorajamento e por me ajudar a enxergar meu lugar enquanto mulher negra em uma sociedade que, muitas vezes, insiste em não nos reconhecer em posições de protagonismo e liderança. Obrigada!

À Tenda de Umbanda e Candomblé Maria Baiana de Guiné, à Yalorixá Maria Aparecida Silva Rosa, conhecida e chamada carinhosamente como “Mãe Cida”, ao Pai e padrinho Jesus Francisco Rosa, à Fabiana Aparecida Rosa - Mãe Bi, Luan Antonio Rosa - Pai Luan e todos(as) os(as) irmãos(ãs) do terreiro. Obrigada pelo acolhimento e por fazerem parte de uma escola de vida, na qual aprendo diariamente sobre minha ancestralidade e sou fortalecida a não desistir. Minha gratidão pelas firmezas, pelos aconselhamentos e pelas orientações recebidas.

Aos amigos e às amigas que caminharam comigo ao longo destes dois anos. Ao Heverton Ferreira Alexandre, que ainda em 2020 me incentivou a realizar o mestrado, ressaltando a importância que teria para mim, mesmo quando eu duvidava da minha capacidade. Obrigada pelos conselhos e pelas viagens embaladas ao som de Maria Rita, Daniela Mercury e Vanessa da Mata. Hoje, compreendo plenamente suas palavras ditas há cinco anos.

À minha amiga Nayene de Ávila Rodrigues, pela parceria, amizade, conselhos, companheirismo no trabalho e apoio constante. Às amigas Maura Cristina Reis e Jéssica Gonçalves, pela amizade de mais de dez anos, sempre firme nos momentos necessários.

À minha madrinha Vilma Maria de Souza Maciel e sua família, pela confiança, conselhos, cafés e presença constante em minha vida.

Enfim, a todos (as) que de alguma forma contribuíram para que este momento

se tornasse possível. Todos (as) vocês estão em meu coração!

“Mas achava também que qualquer vida era um risco e o risco maior era o de não tentar viver.”
[...] “Morremos nós, apesar de que a gente combinamos de não morrer” (EVARISTO, 2016, p. 26, p. 106).

O MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO (MNU) E AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NA DITADURA MILITAR (1964-1985)

RESUMO: Com base nas políticas públicas educacionais de ações afirmativas como as leis n. 10.639/2003 e 11.645/2008, e na portaria do Ministério da Educação (MEC) n.470/2024 - Política Nacional de Equidade, Educação para as Relações Étnico-Raciais e Educação Escolar Quilombola (PNEERQ), nos aportes teóricos das epistemologias do sul global, especificamente das epistemologias negras e da Educação antirracista, ao dialogar com a historiografia da Ditadura, objetiva-se analisar a representação do Movimento Negro Unificado (MNU) e das relações étnico-raciais na Ditadura Militar (1964-1985) tendo como fontes documentais os livros didáticos da Coleção de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas - PNLD 2020, utilizada no Novo Ensino Médio, em uma das escolas da rede pública estadual de Alfenas, sul de Minas Gerais. A abordagem teórico-metodológica ancorou-se nos referenciais da intelectualidade negra e pesquisadores (as) da História Política da Ditadura Militar brasileira instaurada após o golpe de Estado de 31 de março de 1964. Resultados da pesquisa: a partir da análise documental dos livros didáticos e do estudo etnográfico constatou-se a relevância da análise e do estudo sobre o movimento negro educador e a luta antirracista travada pelo MNU, vislumbrando as relações étnico-raciais na Ditadura Militar, e como isso reverberou e reverbera nas políticas públicas de ações afirmativas no Brasil contemporâneo. A coletânea didática analisada favoreceu o conhecimento da luta antirracista do MNU na Ditadura Militar, embora a Lei de Segurança Nacional proibisse a discussão racial em nosso país. Mas, o livro didático não contemplou o histórico de surgimento do MNU, citando-o em duas páginas, um parágrafo em cada uma. Dito isso, é interessante o trabalho pedagógico em sala de aula com o livro didático e a análise de documentos (ver anexos 1, 2, 3 e 4 desta dissertação) produzidos por movimentos sociais como o MNU, a fim de descolonizar o currículo, o Projeto Político Pedagógico (PPP) na Educação Básica e no Ensino Superior, e a formação inicial e continuada de professores e professoras.

Palavras-chave: Movimento Negro Unificado; Relações étnico-raciais; Ditadura Militar.

THE UNITED BLACK MOVEMENT (MNU) AND ETHNIC-RACIAL RELATIONS IN THE MILITARY DICTATORSHIP (1964-1985)

ABSTRACT: Based on affirmative action public education policies such as laws no. 10.639/2003 and 11.645/2008, and the Ministry of Education (MEC) ordinance no. 470/2024 - National Policy for Equity, Education for Ethnic-Racial Relations and Quilombola School Education (PNEERQ), and on the theoretical contributions of epistemologies of the global south, specifically black epistemologies and anti-racist education, in dialogue with the historiography of the Dictatorship, this study aims to analyze the representation of the Unified Black Movement (MNU) and ethnic-racial relations during the Military Dictatorship (1964-1985), using as documentary sources the textbooks from the Collection of Human and Social Sciences Applied - PNLD 2020, used in the New High School, in one of the state public schools in Alfenas, southern Minas Gerais. The theoretical and methodological approach was anchored in the references of Black intellectuals and researchers of the Political History of the Brazilian Military Dictatorship established after the coup d'état of March 31, 1964. Research results: based on the documentary analysis of textbooks and the ethnographic study, the relevance of the analysis and study of the Black educator movement and the anti-racist struggle waged by the MNU (Unified Black Movement) was confirmed, envisioning ethnic-racial relations in the Military Dictatorship, and how this reverberated and reverberates in affirmative action public policies in contemporary Brazil. The analyzed didactic collection favored knowledge of the MNU's anti-racist struggle during the Military Dictatorship, although the National Security Law prohibited racial discussion in our country. However, the textbook did not include the history of the MNU's emergence, mentioning it on two pages, one paragraph on each. That said, the pedagogical work in the classroom with the textbook and the analysis of documents (see annexes 1, 2, 3 and 4 of this dissertation) produced by social movements such as the MNU is interesting in order to decolonize the curriculum, the Political Pedagogical Project (PPP) in Basic Education and Higher Education, and the initial and continuing training of teachers.

Keywords: Unified Black Movement; Ethnic-racial relations; Military Dictatorship.

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1 - Teatro Experimental do Negro- sala de alfabetização

Fotografia 2 - A família Meireles, minha raiz

Fotografia 3 - Matriarca e Yalorixá Mãe Cida da Tenda de Umbanda e Candomblé Maria Baiana de Aguiné

Fotografia 4 - Desfile da Escola de Samba Paraíso do Tuiuti e crítica ao governo Temer

Fotografia 5 - Desfile da Escola de Samba Paraíso do Tuiuti e crítica ao governo Temer

Fotografia 6 - Manifestação estudantil contra a reforma do Ensino Médio

Figura 7- Tabela Reformulação do Novo Ensino Médio

Figura 8 - Coleção Didática Identidade em Ação com a pesquisadora

Figura 9: Em 22 de março de 2025, em São Paulo-SP, no lançamento do I livro Griot do MNU.

Figura 10 - Visita mediada ao Theatro Municipal de São Paulo

Figura 8 - Coleção Didática Identidade em Ação com a pesquisadora

Figura 9: Em 22 de março de 2025, em São Paulo-SP, no lançamento do I livro Griot do MNU.

Figura 10 - Visita mediada ao Theatro Municipal de São Paulo

Figura 11 - Card da mesa-redonda e lançamento do I Livro Griot do MNU na Escola do Legislativo em Alfenas-MG, 18 de junho de 2025

Figura 12 - Mesa redonda na Escola do Legislativo em Alfenas-MG e griots e griotas do MNU

Figura 13 - Griots e griota do MNU, geração de 1978

Figura 14 - Em 07 de julho de 2025, a celebração dos 47 anos do MNU no Theatro Municipal de São Paulo

Figura 15 - Em 07 de julho de 2025, na celebração dos 47 anos do MNU, a pesquisadora Rafaela Neves Meireles nas escadarias do Theatro Municipal de São Paulo

Figura 16 - Mesa redonda “Mulheres Negras do Movimento Negro Unificado na luta por reparação e bem viver” – PPGE-UNIFAL/MG

Figura 17 - Coleção Identidade em Ação

Figura 18 - Seção Conhecendo este livro

Figura 19 - Seção Primeiras Reflexões

Figura 20 - Sumário Coleção Identidade em Ação

Figura 21 - O fim da escravidão no Brasil

Figura 22 - Luta negra e reparação histórica

Figura 23 - A Ditadura Militar e o MNU

Figura 24 - A Ditadura Militar e o MNU

Figura 25 - MNU e Brasil Contemporâneo

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AERP	Agência de Relações Públicas
FNB	Frente Negra Brasileira
IHGB	Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
MEC	Ministério da Educação
MNU	Movimento Negro Unificado
PNEERQ	Política Nacional de Equidade, Educação para as Relações Étnico-Raciais e Educação Escolar Quilombola
PNLD	Programa Nacional do Livro Didático
TEN	Teatro Experimental do Negro
USAID	United States Agency for International Develop

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	20
OBJETIVOS.....	20
Objetivo geral	20
Objetivos específicos	20
1.CAPÍTULO BRASIL PÓS-ABOLIÇÃO: O POVO NEGRO E A TRAJETÓRIA DE VIDA DA PESQUISADORA.....	27
1.1 O povo negro e as mulheres negras no Brasil pós-abolição: a luta por políticas públicas de reparação e cidadania.....	29
1.2 A trajetória de vida da pesquisadora e suas escrevivências no sul de Minas Gerais	36
2 CAPÍTULO BRASIL CONTEMPORÂNEO HISTÓRIA POLÍTICA E EDUCAÇÃO: PERCURSOS HISTÓRICOS, TEÓRICOS E METODOLÓGICOS	45
2.1 Brasil Contemporâneo.....	46
2.2 Metodologia.....	66
3 CAPÍTULO A DITADURA MILITAR, O MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO E AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS	90
3.1 A Ditadura Militar Brasileira (1964-1985).....	90
3.2 A população negra no contexto da Ditadura Militar e o Movimento Negro Unificado	96
4 O MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO NO BRASIL CONTEMPORÂNEO: LUTAS, CONQUISTAS E DESAFIOS PARA A DESCOLONIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO	111
4.1 O MNU nos Livros Didáticos do PNLD 2020	111
CONSIDERAÇÕES FINAIS	129
REFERÊNCIAS.....	132
FONTES DE PESQUISA	143
1 ANEXO CARTA DO MNU (1978) “CARTA ABERTA À POPULAÇÃO CONTRA O RACISMO”	144

2 ANEXO- EXCERTO DE “LUGAR DE NEGRO”, DE LÉLIA GONZALEZ	146
3 ANEXO HINO À NEGRITUDE (1966).....	148
4 ANEXO MANIFESTO “47 ANOS DO MNU: CELEBRAÇÃO HISTÓRICA NO THEATRO MUNICIPAL” (2025)	150
1 APÊNDICE.....	151
2 APÊNDICE.....	153

INTRODUÇÃO

No século XXI, no Brasil contemporâneo, no contexto da globalização, da internet e da comunicação em redes conectadas ao ordenamento mundial, das tecnologias digitais, do capitalismo e do neoliberalismo, da expansão da extrema-direita, dos discursos de ódio e negacionistas, como a negação da existência do racismo, e da desvalorização da Ciência, da Educação e das Ciências Humanas e Sociais, durante o governo do ex-presidente da República Michel Temer (2016-2018) e a Reforma do Ensino Médio, a Lei nº 13.415/2017, conhecida como a Lei do Novo Ensino Médio (NEM), durante e após o governo do ex-presidente da República Jair Messias Bolsonaro (2018–2022), intensificaram-se ações antidemocráticas, com a solicitação do retorno da Ditadura Militar e intervenção militar com Bolsonaro, culminando na tentativa de golpe de Estado em 8 de janeiro de 2023, após a eleição de 2022, quando Luiz Inácio Lula da Silva foi eleito Presidente da República, derrotando Bolsonaro.

Considerando esse contexto histórico, é relevante analisar a atuação dos(as) ativistas do Movimento Negro Unificado (MNU) e das relações étnico-raciais na Ditadura Militar, bem como essa história é ensinada e apresentada nos livros didáticos utilizados na Educação Básica para a juventude do Novo Ensino Médio, em Alfenas, Sul de Minas Gerais.

Nesse estudo, tem-se como problema de pesquisa: Como os livros didáticos de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas utilizados no Novo Ensino Médio repensam o ensino de História Política na perspectiva da Educação Antirracista a partir do Movimento Negro Unificado (MNU) e das relações étnico-raciais na Ditadura Militar (1964–1985)?

OBJETIVOS

OBJETIVO GERAL

Analisar as representações da luta antirracista do Movimento Negro Unificado (MNU) e das relações étnico-raciais na coleção de livros didáticos de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas - PNLD 2020 do Novo Ensino Médio.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- Ressaltar o contexto histórico do surgimento do Movimento Negro Unificado;

- Investigar as representações do Movimento Negro Unificado e das relações étnico-raciais na coleção didática de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas – PNLD 2020 do Novo Ensino Médio da rede pública estadual de Alfenas-MG;
- Apresentar a luta antirracista do MNU no Brasil contemporâneo: conquistas e desafios.

Em 2026, completaram-se 26 anos da aprovação da Lei nº 10.639/2003, que tornou obrigatório o ensino da História e Cultura Africana e Afro-Brasileira, incluiu a data de 20 de novembro - Dia Nacional da Consciência Negra no calendário das instituições de ensino de nosso país, e criou a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) (Brasil, 2023).

Em 2023, quando completaram 20 anos dessa lei, o Geledés - Instituto da Mulher Negra e o Instituto Alana publicaram os resultados da pesquisa sobre o ensino da História e Cultura Africana e Afro-Brasileira na Educação Básica (Benedito, Carneiro, Portella, 2023).

O relatório intitulado *Lei 10.639: a atuação das secretarias municipais de Educação no ensino de História e Cultura Africana e Afro-Brasileira* foi elaborado através de uma pesquisa qualitativa e quantitativa com a participação de 1.187 secretarias municipais de Educação de todas as regiões do país. A partir dos questionários aplicados e das respostas coletadas, 21% de todos os municípios brasileiros, conclui-se que:

- apenas 8% das secretarias tinham orçamento para o ensino sobre as relações étnico-raciais;
- 5% dos municípios brasileiros afirmaram ter equipe técnica dedicada à agenda da Educação e relações étnico-raciais;
- porém, a maioria dos municípios afirmaram que inseriu o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira na Educação Básica, desde a Educação Infantil ao Ensino Médio;
- na Educação Infantil, a inserção desse estudo representou 68% e no Ensino Fundamental 66%. Quanto ao Ensino Médio não existiam dados suficientes para análise;
- em 74% das Secretarias de Educação, não existe um profissional ou equipe responsável pelo Ensino de História e Cultura Africana e Afro-Brasileira. Somente 5% afirmaram ter uma área específica para o tema;
- diversidade cultural foi o tema mais trabalhado nas escolas, perfazendo 60%

de gestores que citaram essa temática;

os temas relacionados à construção de privilégios históricos foram menos priorizados e citados, apenas 3% das Secretarias de Educação fizeram alusão a esses temas (Benedito, Carneiro, Portella, 2023).

Após a obtenção dos resultados, constata-se que ainda há obstáculos para a implementação da Lei nº 10.639/2003 na Educação Básica. Os dados levantados no relatório dos Institutos Geledés e Alana apontaram a ausência de apoio efetivo para que as Secretarias de Educação implementassem o Ensino da História da África e Cultura Afro-Brasileira, e a Educação para as relações étnico-raciais.

Os dados estatísticos do relatório dos institutos demonstram ainda que algumas Secretarias de Educação têm investido em políticas para o ensino na Educação Básica segundo a Lei nº 10.639/2003 e as *Diretrizes Curriculares Nacionais Para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana* (Brasil, 2005).

Esse relatório ainda constatou que em grandes centros há uma aproximação maior entre as universidades e as Secretarias de Educação, propiciando parcerias que favorecem o Ensino da História da África e Cultura Afro-Brasileira, e a Educação para as relações étnico-raciais (Benedito, Carneiro, Portella, 2023).

Dessa forma, notamos que é relevante a descolonização do currículo, dos Projetos Políticos Pedagógicos (PPP) dos cursos de graduação e de pós-graduação, e da formação docente inicial e continuada, rompendo com o paradigma ocidental, eurocêntrico, tradicional e patriarcal. As universidades que estão em sintonia com a Lei nº 10.639/2003 e a descolonização das práticas didático-pedagógicas poderão contribuir de forma mais efetiva com as Secretarias de Educação dos municípios brasileiros.

Ademais, o relatório da pesquisa feita pelo Geledés e Alana também apresentou que as ações voltadas para Ensino da História da África e Cultura Afro-Brasileira, e a Educação para as relações étnico-raciais têm ocorrido com mais frequência apenas no mês de novembro e não em todo o ano letivo (Benedito, Carneiro, Portella, 2023).

Outro dado constatado neste relatório é que boa parte das Secretarias de Educação não utilizam o recorte racial nos registros escolares, visando o diagnóstico dos níveis de aprendizagem dos(as) estudantes considerando a diversidade étnico-racial. Essas informações são relevantes para a implementação de políticas públicas

de equidade racial e o acompanhamento destes alunos(as) (Benedito, Carneiro, Portella, 2023).

Por fim, com os levantamentos obtidos na pesquisa, percebeu-se que quando se trata de temáticas como: relação de poder, desigualdade racial entre meninos e meninas, letramento racial, o legado da escravidão, entre outros, esses assuntos não são considerados de importância pelas Secretarias de Educação. No cotidiano escolar são mais valorizados os estudos que versam sobre a diversidade cultural, e a cultura afro-brasileira, por exemplo, a comida e a dança (Benedito, Carneiro, Portella, 2023).

Embora essas abordagens culturais sejam importantes, ainda são necessários avanços na Educação antirracista para a efetivação da Lei nº 10.639/2003, para que ocorra a problematização acerca das desigualdades sociais, raciais e de gênero, como também os impactos do racismo estrutural e institucional na vida do povo negro.

O racismo institucional é o conjunto de práticas excludentes realizadas de forma implícita diferenciando pessoas brancas e negras por meio de práticas excludentes e racistas. Na História do Brasil desde o período colonial à contemporaneidade, estas práticas foram sendo enraizadas na sociedade e nas instituições, sendo naturalizadas e não combatidas. Pode-se elencar como racismo institucional o atendimento diferenciado entre pessoas negras e brancas, a vigilância policial e o encarceramento em massa e/ou o genocídio de pessoas negras (Vinuto, 2023; Borges, 2019).

A análise de tais práticas foi elaborada na década de 1960, por ativistas do grupo Panteras Negras, Stokely Carmichael e Charles V. Hamilton. Para eles, o racismo institucional opera através de práticas abertas e em casos nos quais a identificação das práticas discriminatórias são difíceis de identificar, diferenciando-se do racismo explícito que pode ser gravado e denunciado (Vinuto, 2023).

No Brasil pós-abolição, as assimetrias raciais e sociais se ampliaram, reverberando nas instituições de nosso país, desde o período colonial à contemporaneidade, constituindo o racismo estrutural. Assim, na sociedade brasileira, para o combate ao racismo estrutural e institucional é importante o conhecimento da História de luta do povo negro por políticas públicas de reparação histórica e bem-viver. Para tanto, é interessante descolonizar a Educação, as práticas pedagógicas e a formação inicial e continuada de professores(as), para que o ensino da História negra e das relações étnico-raciais seja feito de maneira efetiva nas escolas e

Instituições de Ensino Superior (IES).

Segundo Abdias Nascimento (2016), mesmo que ocorra a promoção do conhecimento sobre a cultura negra e sua diversidade, em sua maioria não ocorre uma compreensão da realidade do povo negro no Brasil pós-abolição, pois a Lei Áurea foi assinada em 13 de maio de 1888, mas o Estado não implementou políticas públicas para a inclusão do povo negro à sociedade.

Por isso, é importante no espaço escolar a discussão sobre como o legado da escravização negra reverbera na sociedade contemporânea, problematizando as desigualdades sociais, raciais e de gênero, o racismo estrutural e institucional, e os privilégios da branquitude.

A branquitude pressupõe uma superioridade atribuída às pessoas brancas na sociedade, e conseqüentemente privilégios em detrimento de outros grupos étnico-raciais, subalternizados historicamente, tais como os asiáticos, os povos originários, os africanos, os afro-brasileiros, enfim a população negra. As práticas e as instituições que reproduzem os privilégios brancos, a supremacia branca e sua consolidação tem raízes no processo histórico de escravização e no pós-abolição, quando se definiu a raça branca como “superior” em detrimento das outras. Assim, as pessoas brancas possuem privilégios porque há valorização da estética branca, a predominância destas em espaços de poder e decisão nas instituições de nosso país, em detrimento de grupos sociais racializados (Schucman, Conceição, 2023).

Cida Bento (2022) entende que devido ao pacto da branquitude, a supremacia branca ocorre através da dominação de um grupo sobre o outro, reverberando na política institucional, na Educação, na justiça, ou seja, em diversos espaços de sociabilidade.

Por conta disso, as desigualdades sociais, raciais e de gênero se ampliam na sociedade. Para superá-las são necessárias políticas públicas de ações afirmativas que combatam o racismo e os privilégios da branquitude, problematizando os estereótipos construídos sobre os povos indígenas, a população negra e afro-indígena.

No contexto educacional, o pacto da branquitude prevalece, quando mesmo após a aprovação da Lei nº 10.639/2003, o ensino e a abordagem dos conteúdos que compõem o currículo não problematizam as desigualdades sociais, raciais e de gênero, e os privilégios da branquitude:

Ainda se escolhe refletir a educação para as relações étnico-raciais sem que

se pretenda rever a construção e manutenção de privilégios. Escolhas que podem revelar um arcabouço mais amplo para reflexão acerca da percepção de baixo apoio e engajamento para implementação da lei (Benedito, Carneiro, Portella, 2023, p. 75).

Assim, entende-se que a falta de compromisso com a formação inicial e continuada de professores(as) atenta a problematização das assimetrias e ao questionamento dos privilégios da branquitude, compromete a efetividade da aplicabilidade das Leis n. 10.639/2003 e n. 11.645/2008.

Dessa forma, como analisado na pesquisa do Instituto Geledés e Instituto Alana (2023), a abordagem utilizada para promover a Educação e relações étnico-raciais nas instituições de ensino não rompe com a manutenção dos privilégios da branquitude (Benedito, Carneiro, Portella, 2023).

Dito isso, é importante a formação inicial e continuada de professores para a Educação antirracista a partir das epistemologias do Sul Global, tais como das epistemologias negras, indígenas e afro-indígenas, questionando as narrativas coloniais, o racismo estrutural e institucional, as desigualdades sociais, raciais e de gênero e os privilégios da branquitude.

Com base nas políticas públicas educacionais de ações afirmativas, como as leis n. 10.639/2003 e n. 11.645/2008, e na portaria do Ministério da Educação (MEC) nº 470/2024 – Política Nacional de Equidade, Educação para as Relações Étnico-Raciais e Educação Escolar Quilombola (PNEERQ), nos aportes teóricos da Nova História Política (Silva, 2023; Rémond, 2003), das epistemologias do Sul Global, especificamente das epistemologias negras e da Educação Antirracista, ao dialogar com a historiografia, objetiva-se analisar as representações do Movimento Negro Unificado (MNU) e das relações étnico-raciais na Ditadura Militar (1964–1985) nos livros didáticos da Coleção de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas – PNLD 2020, utilizada no Novo Ensino Médio em uma das escolas da rede pública estadual de Alfenas, sul de Minas Gerais.

Neste sentido, essa dissertação apresenta as escrevivências dessa pesquisadora negra, ou seja, as vivências ao longo de minha trajetória de vida, a pesquisa e os estudos desenvolvidos no mestrado acadêmico em Educação (PPGE/UNIFAL-MG). A dissertação estrutura-se em quatro capítulos.

No primeiro capítulo, apresenta-se a realidade do povo negro no Brasil pós-abolição e a minha trajetória de vida como mulher negra, oriunda de uma família negra de trabalhadores, nascida em uma das cidades de Minas Gerais.

Quanto ao segundo capítulo, neste está em destaque o contexto do Brasil contemporâneo, as rupturas políticas, a criação do Novo Ensino Médio, e o referencial teórico-metodológico para análise da coleção didática da área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas Identidade em Ação - PNLD 2020, utilizada em uma das escolas da rede estadual de ensino de Alfenas - MG, aqui denominada pelo nome fictício Escola Estadual André Rebouças, visando a preservação da identidade da instituição escolar.

Com relação ao terceiro capítulo, está em evidência o contexto da Ditadura Militar (1964-1985), a população negra e o surgimento do Movimento Negro Unificado (MNU).

No quarto e último capítulo, serão analisadas as representações do Movimento Negro Unificado e das Relações Étnico-Raciais nos livros didáticos. E por fim, as considerações finais.

1. CAPÍTULO

BRASIL PÓS-ABOLIÇÃO: O POVO NEGRO E A TRAJETÓRIA DE VIDA DA PESQUISADORA E SUAS ESCRIVIVÊNCIAS

No dia 14 de maio, ninguém me deu bola
Eu tive que ser bom de bola pra sobreviver
Nenhuma lição, não havia lugar na escola
Pensaram que poderiam me fazer perder
Mas minha alma resiste, o meu corpo é de luta
Eu sei o que é bom, e o que é bom também deve
ser meu
A coisa mais certa tem que ser a coisa mais justa
Eu sou o que sou, pois agora eu sei quem sou eu

14 de maio

Lazzo Matumbi (2019)

Como bem cantou Lazzo Matumbi ao interpretar a música “14 de Maio”, no Brasil pós-abolição, ou seja, a partir de 14 de maio de 1888, o povo negro conquistou a liberdade, mas o Estado brasileiro não teve políticas públicas para a inclusão deste à sociedade brasileira. Por isso, as mulheres negras e os homens negros resistiram e seguiram na luta antirracista por políticas públicas de reparação histórica e bem viver, para ter acesso à Educação e ao trabalho digno.

Essa realidade do povo negro era distinta da dos(as) imigrantes que vieram para cá com oportunidades de emprego, moradia e ajuda de custo, práticas políticas adotadas pelo governo brasileiro. O Estado brasileiro, com o incentivo à imigração, tinha como objetivos: “civilizar” o país por meio da política de branqueamento do povo brasileiro, a fim de promover o genocídio de pessoas não brancas, como negros e indígenas; e também a substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre (Nascimento, 2016).

A população negra não teve as mesmas oportunidades concedidas aos imigrantes. Nascimento (2016) relatou que, com a assinatura da Lei Áurea, o governo brasileiro impulsionou uma “nova” organização política e econômica, com o trabalho livre, e privilegiou a mão de obra imigrante. Assim, o povo negro não teve acesso a direitos básicos como terra, saúde, Educação, trabalho com melhor remuneração, enfrentando o racismo e a pobreza, ou seja, a exclusão social.

De fato, a partir de 14 de maio de 1888, “ninguém deu bola” (Matumbi, 2019) para a população negra. Pois não houve o acesso à Educação digna, oportunidades

de emprego e meios de ascenderem enquanto grupo social, num país que se organizava rumo à urbanização e industrialização, tendo como projeto de modernidade o branqueamento do povo brasileiro e, conseqüentemente, o genocídio de negros, indígenas e afro-indígenas.

O projeto de modernização do Brasil associado ao branqueamento da população brasileira não teve êxito. O povo negro foi obrigado a viver nos cortiços, nos morros, nas favelas, nas periferias e em regiões de alagados, entre outros espaços de exclusão, com péssimas condições de habitação e de saneamento básico (Gonzalez, 2022; Nascimento, 2016).

Por conta disso, Lazzo Matumbi cantou ainda em sua música que o povo negro desejava viver em outros espaços da cidade e não apenas nos morros: “pensando em um dia descer, mas eu nunca descí” (Matumbi, 2019).

“Nenhuma lição, não havia lugar na escola” (Matumbi, 2019), e de fato não havia. As taxas de analfabetismo evidenciavam as discrepâncias entre brancos e negros no acesso à educação e a outras profissões (que não fossem atividades domésticas) no mundo do trabalho. As pessoas brancas possuíam vantagens em serem donas dos meios de produção e/ou trabalhadores, em detrimento do povo negro, que era relegado ao exercício de trabalhos manuais (Nascimento, 2016; Hasenbalg, 2022).

No contexto do Brasil pós-abolição, diante de todo o racismo e a exclusão social vivenciados pelo povo negro, este não deixou de se organizar e reivindicar os seus direitos na sociedade. Diante dessa realidade, os autores cantaram: “Minha alma resiste, meu corpo é de luta / Eu sei o que é bom, e o que é bom também deve ser meu” (Matumbi, 2019).

Nesse sentido, dentro do campo historiográfico, com as renovações que ocorreram nos estudos históricos e na pesquisa histórica a partir do século XX, principalmente com o movimento da Escola dos Annales em 1929, e o ativismo de negros e negras, houve o questionamento da historiografia Tradicional, ou seja, do paradigma ocidental, eurocêntrico, tradicional e patriarcal. Isso possibilitou novas abordagens, novos objetos e a ampliação do conceito de fontes históricas, dando visibilidade aos sujeitos anônimos, tais como indígenas, negros, mulheres, trabalhadores e trabalhadoras, crianças, idosos, entre outros grupos subalternizados (Silva, 2023; Le Goff, 1990).

No Brasil, verifica-se o surgimento do campo de estudo do Pós-Abolição, que

visa analisar as sociedades liberais emancipadas da escravidão moderna, que experimentaram um processo de racialização e cidadania entre os séculos XIX, XX e o século atual (Lopes, Nascimento, 2023).

Por meio desse campo historiográfico, temos contato com pesquisas que abordam as organizações negras surgidas após a abolição, o protagonismo de homens negros e mulheres negras na diáspora africana e seu papel pela luta e garantia de direitos. Assim, compreende-se o protagonismo negro na História do Brasil, desde a luta pela liberdade às políticas públicas para o exercício da cidadania. Dessa forma, os estudos históricos, a pesquisa e o ensino da História negra não se limitam apenas ao período da escravização, rompendo com estereótipos acerca do povo negro, como a imagem de representação do negro no Pelourinho sendo açoitado ou servindo as pessoas da Casa Grande.

1.1. O povo negro e as mulheres negras no Brasil pós-abolição: a luta por políticas públicas de reparação histórica e cidadania

Segundo os intelectuais negros Luiz Alberto Oliveira Gonçalves e Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva (2005), é relevante o estudo da História negra para além da escravização, valorizando-se a História da África, a cultura afro-brasileira e do negro na diáspora, ou seja, no Brasil, desde a luta pela liberdade até o surgimento do “movimento negro educador” (Gomes, 2017, p. 14), que historicamente reivindicou e reivindica políticas públicas de reparação, a fim de promover a equidade social e racial, e o bem-viver.

O movimento negro torna-se, assim, “movimento negro educador”, visto que ele não educa apenas a população negra, mas toda a sociedade brasileira ao pautar sua agenda de reivindicações para a melhoria das condições de vida de sua gente e equidade social e racial. O movimento negro educador também reeduca a sociedade brasileira para um novo olhar sob a população negra, contribuindo para a reescrita da História Nacional.

As ações travadas pelo povo negro no Brasil pós-abolição foram e são estudadas pela pesquisadora e professora Nilma Lino Gomes em O Movimento Negro Educador (2017). O movimento negro (re)educa o povo negro e brasileiro, apresentando a perspectiva positiva de ser negro e o protagonismo negro na construção de nosso país. As organizações negras, como a Imprensa Negra, a Frente

Negra Brasileira, o Teatro Experimental do Negro, o Movimento Negro Unificado, os coletivos de mulheres negras - o feminismo negro, entre outras, possibilitaram a articulação de novos conhecimentos e, conseqüentemente, novas epistemologias para a análise da sociedade e (re)escrita da História do Brasil.

O movimento negro educador produz saberes emancipatórios e instiga o debate público sobre a História negra, combatendo-se o racismo e reivindicando políticas públicas para o exercício da cidadania. Neste sentido, foi aprovada a legislação de ações afirmativas: as Leis n. 10.639/2003 e n. 11.645/2008, que definiram a obrigatoriedade do ensino da História e cultura africana, afro-brasileira e indígena, alterando a LDBEN (Lei n. 9.394/1996); a Lei n. 12.711/2012, alterada pela Lei n. 14.723/2023, estabeleceu cotas sociais e raciais para as instituições federais de Educação superior e de ensino técnico de nível médio para estudantes pretos, pardos, indígenas, quilombolas e pessoas com defeito (PcD) e para aquelas que cursaram integralmente o ensino médio ou fundamental em escola pública; a Lei de cotas raciais em concursos públicos n. 12.990/2014, revogada pela Lei nº 15.542/2025, que ampliou a reserva de vagas às pessoas pretas e pardas, indígenas e quilombolas de 20% (vinte por cento) para 30% (trinta por cento) das vagas em concursos públicos para cargos efetivos e empregos públicos na administração pública federal direta, nas autarquias, nas fundações públicas, nas empresas públicas, nas sociedades de economia mista controladas pela União e nos processos seletivos simplificados para o recrutamento de pessoal para os órgãos da administração pública federal direta, as autarquias e as fundações públicas (Brasil, 2025; Brasil, 2023; Brasil, 2014; Brasil, 2012; Brasil, 2008; Brasil, 2003; Brasil, 1996).

Ao revisitar o Brasil pós-abolição, constata-se o surgimento de diversas organizações negras que buscaram melhorias para as condições de vida do povo negro em nosso país, articulando a luta antirracista.

Desde o século XIX, a imprensa negra foi uma das primeiras organizações que surgiram no Brasil. Vários ativistas negros fundaram jornais para fomentar o debate público sobre a condição do negro em nosso país, principalmente no pós-abolição. Os ativistas negros, por meio dos jornais da imprensa negra, tais como O Clarim d'Alvorada, O Kosmos, A Voz da Raça, entre outros, publicavam artigos que incentivavam a população negra a estudar, desde as Primeiras Letras ao Ensino Superior. Por conta do analfabetismo, nos jornais eram publicadas fotografias de pessoas negras formadas, com vestimentas de becas e diploma. As imagens eram

pedagógicas, já que a maioria do povo brasileiro não sabia ler e escrever, e incentivaram a população negra a estudar cada vez mais, ingressar no ensino superior e conquistar outras atividades no mundo do trabalho (Gonçalves; Silva, 2005).

Outra organização proeminente foi a Frente Negra Brasileira (FNB), fundada em São Paulo, em 1931, na era do governo do ex-presidente Getúlio Vargas. A FNB tinha como suas atividades e a organização política o objetivo da “elevação moral, intelectual, artística, e técnico profissional, além de assistência, proteção, defesa jurídica, econômica de trabalho para o povo negro” (Francisco, 2010, p. 159).

Assim como outras organizações negras, a FNB via que pela Educação a realidade do povo negro poderia ser transformada. Por isso, a FNB organizou curso primário, curso de alfabetização de adultos e curso de formação social (Francisco, 2010).

Essa organização negra realizava atividades culturais, como o grupo musical “Regional”, e a organização de mulheres para a realização de festas e recreação “Rosas Negras”. Assim, a FNB tinha a participação e o protagonismo de mulheres negras em suas atividades.

A FNB possuía o jornal A Voz da Raça para divulgação dos eventos, informações, instrução, enaltecimento e encorajamento do povo negro:

[...] propagava a instrução e a informação à comunidade negra, seja mediante conselhos úteis e práticos, seja no que diz respeito ao esforço por despertar interesses de leitor para as artes, as ciências e a língua. Em suas páginas havia o estímulo para que o negro estudasse várias línguas e notadamente a inglesa vista como a mais comercial (Francisco, 2010, p. 173).

O jornal A Voz da Raça trazia informações regionais e nacionais para informar o povo negro. Os líderes da FNB pensaram na importância de atuação na esfera da política institucional. Por isso, em 1936, a FNB foi o primeiro partido político negro criado no país, visando a aprovação de políticas públicas para a integração completa do povo negro à sociedade brasileira (Francisco, 2010).

Em 1937, por conta de um decreto autoritário de Getúlio Vargas, todos os partidos políticos foram colocados na ilegalidade. Assim, a FNB, que havia elaborado um projeto político para o povo negro no Brasil, acabou sendo dissolvida:

[...] a Frente permanece atual, pois teve o mérito de elaborar um projeto político para o negro e para o Brasil. Nesse projeto político de inclusão, a raça seria um fator de mobilização e coesão, e não de segregação, como vista e sentida no dia a dia. Agindo no sentido de privilegiar a educação, a ação cultural e a participação política baseada no que poderíamos chamar hoje de

voto étnico, suprapartidário, a Frente supriu carências imediatas de parte da população negra. Ainda surgirão muitos estudos sobre a Frente, muitos deles tentando desqualificá-la, mas os temas que pautou permanecem atuais (Barbosa, 2023, p. 15).

Conhecer a história da FNB e sua atuação na política institucional, Educação e cultura nos permite a compreensão da luta antirracista em uma longa duração. Ativistas negros entendiam a importância de participarem da política institucional, espaço de decisão importantíssimo para se vislumbrar políticas públicas de reparação histórica e bem viver do povo negro.

Nos anos de 1940, outra organização negra surgiu no Brasil. Em 1944, na cidade do Rio de Janeiro, Abdias Nascimento e Guerreiro Ramos fundaram o Teatro Experimental do Negro (TEN) com o objetivo de formar atores negros e atrizes negras, combatendo o racismo nas Artes Cênicas, ou seja, o *blackface*. Pessoas brancas eram pintadas de preto para representar pessoas negras no teatro, ou seja, nas atividades culturais.

Com o TEN, Guerreiro Ramos e Abdias Nascimento deram oportunidades para pessoas negras, faveladas, empregadas domésticas e oriundas de classes pobres. Entre uma das pessoas formadas pelo TEN, destacou-se a atriz Ruth de Souza, oriunda de uma família pobre, mas que admirava as Artes. A mãe de Ruth, trabalhadora doméstica e lavadeira de roupas, gostava de levar a filha para assistir a operetas. Na juventude, Ruth teve conhecimento do TEN por meio de um anúncio e foi aprender as Artes Cênicas, sendo a primeira mulher negra a se apresentar no Theatro Municipal do Rio de Janeiro, em 1945. Ruth de Souza destacou-se nas Artes Cênicas e recebeu uma bolsa de estudos, viajou para os Estados Unidos, aprimorou-se na profissão artística e teve contato com a luta do povo negro pelos direitos civis. Depois, ela regressou ao Brasil (SILVA, 2022; LOPES, 2019).

Vários fatos marcaram sua trajetória de vida. Em 1953, Ruth de Souza foi a primeira mulher negra a sair na capa da Revista Manchete. Posteriormente, ela foi a primeira mulher negra a protagonizar uma telenovela. Em 1954, Ruth de Souza foi a primeira brasileira a ser indicada a um prêmio internacional de cinema, no Festival de Veneza (SILVA, 2022; LOPES, 2019).

Dessa forma, o TEN cumpria o compromisso artístico e social, pois várias pessoas ascenderam na classe artística, como Ruth de Souza e Léa Garcia, atrizes de renome. Fora isso, o trabalho causava o crescimento da autoestima, a gerência dos sentimentos causados pelo racismo e o acesso à educação, já que para a

realização das peças, os atores e as atrizes necessitavam fazer a leitura do texto e até mesmo elaborar roteiros. Assim, o TEN ofertava, inclusive, aulas de alfabetização para esses atores.

Fotografia 1: Teatro Experimental do Negro: sala de alfabetização



Fonte: Acervo Pessoal da Autora

A foto foi feita durante a visita à exposição “Teatro Experimental do Negro: Nas fotografias de José Medeiros”, no Instituto Tomie Ohtake, em São Paulo-SP, no período de 13 de junho a 03 de agosto de 2025. Esse registro fotográfico deu destaque à alfabetização de jovens e adultos feita pelo TEN, pois a Educação do povo negro era e é concebida como um meio de ascensão social.

Na década de 1970, outra organização negra surgiu: o Movimento Negro Contra a Discriminação Racial, posteriormente renomeado como Movimento Negro Unificado (MNU). Os(as) ativistas negros(as) do MNU redigiram a “Carta aberta à população contra o racismo” (ver anexo 1), convocando o povo brasileiro para se juntar ao protesto de rua, que visava denunciar o mito da democracia racial e a exclusão social de negros e negras na Ditadura Militar. Essa organização negra surgiu em 18 de junho de 1978, sendo lançada a nível nacional em 07 de julho de 1978, nas escadarias do Theatro Municipal de São Paulo, onde ocorreu o protesto antirracista.

O MNU, na luta antirracista por emancipação do povo negro, reafirmou a relevância do combate ao racismo, à pobreza, à violência racial e policial, e às desigualdades raciais, sociais e de gênero. Além disso, reafirmou a importância do

ensino da História da África e afro-brasileira, e questionou a História oficial, expondo as contribuições do povo negro na construção do Brasil e na formação do povo brasileiro. Em decorrência disso, os(as) ativistas do MNU destacaram a necessidade de (re)escrita da História do Brasil a partir de mãos negras, indígenas e afro-indígenas.

No Brasil, as organizações negras e a intelectualidade negra elegeram a Educação como uma das formas de mobilidade social e acesso a outras profissões no mundo do trabalho. Por isso, os(as) ativistas negros(as) lutaram por políticas públicas que garantissem o acesso à Educação e ao trabalho, pois:

[...] o saber ler e escrever é visto como condição para ascensão social, ou seja, para encontrar uma situação econômica estável e, ainda, ler e interpretar leis e assim poder fazer valer seus direitos (Gonçalves, Silva, 2005, p. 191).

Dessa forma, entende-se que, para a comunidade negra, a Educação sempre foi um pilar essencial para sua ascensão social em nosso país. Nesse sentido, o MNU seguiu e segue questionando a organização dos currículos e dos Projetos Políticos Pedagógicos (PPP) das instituições de ensino, desde a Educação Básica ao Ensino Superior, visto que esses espaços ainda são permeados por narrativas coloniais ancoradas no paradigma ocidental, eurocêntrico, tradicional e patriarcal.

Após o fim da Ditadura Militar (1964-1985), em tempos de redemocratização do Brasil, em 1988, foi promulgada a Constituição da República, também conhecida como “Constituição Cidadã”. No artigo 242, parágrafo 1º, definiu-se que o ensino da História do Brasil contemplará “as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro” (Brasil, 1988).

Na década de 1990, professores e professoras questionaram a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) - Lei n. 5.692/1971 da Ditadura Militar, e a Educação tecnicista, tão criticada por Paulo Freire em *Pedagogia do Oprimido* (2013). Essas transformações estavam em sintonia com o desejo de uma Educação pública e democrática que propiciasse a formação humana e o desenvolvimento do pensamento crítico.

Desta forma, houve a aprovação de uma nova LDBEN, a Lei n. 9.394/1996, asseverando que a Educação é dever da família e do Estado, ancorando-se nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana. Assim, a Educação brasileira tem como objetivo “o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (Brasil, 1996, s./p.).

No primeiro governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, houve a aprovação da Lei n. 10.639/2003, que representou um marco na luta antirracista do movimento negro educador, tornando obrigatório o ensino da História da África e da cultura afro-brasileira, além da inclusão da data de 20 de novembro - Dia Nacional da Consciência Negra no calendário das instituições de ensino. Assim, visa-se combater o racismo e o epistemicídio.

Por epistemicídio entende-se que são práticas de desvalorização de conhecimentos e saberes produzidos pelo movimento negro educador e pela intelectualidade negra, como também a invisibilização do protagonismo negro na História do Brasil. O epistemicídio pode ser também entendido como “uma forma de sequestro, rebaixamento ou assassinato da razão - as pessoas negras são anuladas enquanto sujeitos do conhecimento e inferiorizadas intelectualmente” (Carneiro, 2023, p. 13-14). Sueli Carneiro ainda expõe que o:

[...] epistemicídio se constitui num dos instrumentos mais eficazes e duradouros da dominação étnica e racial pela negação da legitimidade do conhecimento produzido pelos grupos dominados e, consequentemente, de seus membros, que passam a ser ignorados como sujeitos de conhecimento (Carneiro, 2023, p. 87).

Assim, constata-se narrativas coloniais nas instituições de ensino, nos currículos e/ou Projetos Políticos Pedagógicos (PPP) e em práticas docentes, malgrado a aprovação das Leis n. 10.639/2003 e n. 11.645/2008, que alteraram a LDBEN - Lei n. 9.394/1996 e definiram a obrigatoriedade da História e cultura africana, afro-brasileira e indígena (Brasil, 2008; Brasil, 2003; Brasil, 1996; Venturi, Barreto, 2023).

A falta de representatividade também afeta a formação dos(as) estudantes negros(as) que estão no ambiente escolar, seja em sua identidade e/ou no desconhecimento de sua história para além da escravidão. Para os(as) estudantes de outras origens étnico-raciais, isso acarreta o desconhecimento das contribuições do povo negro na construção do país e na formação do povo brasileiro, gerando o racismo e a perpetuação dos privilégios da branquitude.

Por isso, as aprovações dessas leis simbolizaram o avanço na luta e na Educação antirracista, dando visibilidade e valorizando o pensamento social da intelectualidade negra, os amefricanos e as amefricanas na América.

Os povos indígenas viviam na “América” (Gonzalez, 2020) antes da invasão europeia e do processo de colonização. Os povos originários resistiram à invasão de

seus territórios, à dizimação de sua gente, à imposição de saberes e à religião católica, ou seja, à tentativa de aniquilamento de sua organização social, cultural e política.

O conceito de Améfrica foi criado pela intelectual, historiadora, filósofa, feminista negra e cofundadora do MNU, Lélia Gonzalez (1935-1994), nascida em Belo Horizonte – MG, em uma família de origem pobre, com 17 irmãos. Aos sete anos, mudou-se com a família para o Rio de Janeiro – RJ. Posteriormente, Lélia dedicou-se aos estudos, à luta antirracista e feminista.

Lélia Gonzalez foi pioneira ao analisar a sociedade brasileira, estabelecendo diálogos interseccionais acerca de raça, gênero e classe. Ela e outros(as) ativistas negros(as) denunciaram o racismo, o sexismo e o mito da democracia racial (Castro; Costa, 2024).

A Améfrica se constitui pelo conjunto de experiências e vivências dos povos originários que já habitavam esse território, e por africanos e africanas e seus descendentes na diáspora (Castro; Costa, 2024; Gonzalez, 1988).

Sendo assim, na Educação Básica e na Educação Superior é primordial o ensino da História da África, de africanos e africanas na diáspora e no Brasil, expondo o protagonismo de amefricanos e amefricanas na Améfrica, a fim de descolonizar o currículo e o PPP dos cursos de graduação e pós-graduação, bem como a formação inicial e continuada de professores e professoras.

1.2. A trajetória de vida da pesquisadora e suas escrevivências no sul de Minas Gerais

Quem é essa pesquisadora que estuda o MNU e as relações étnico-raciais na Ditadura Militar (1964-1985)?

Eu sou uma mulher negra. Em 1994, nasci na cidade de Boa Esperança, Minas Gerais. Aos cinco anos de idade, minha família mudou-se para outra cidade mineira, Alfenas. Nós vivemos aqui há mais de 20 anos, em uma região marcada pelo agronegócio, por produtores de café, pelo comércio, pela prestação de serviços e pelo público universitário, que movimenta o setor imobiliário e a economia local.

Como relataram os(as) intelectuais negros(as) Luiz Alberto Oliveira Gonçalves e Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva (2005) e Sueli Carneiro (2023), para o povo negro, a Educação é uma das formas de ascensão social, principalmente no Brasil pós-abolição.

Para minha família, a Educação sempre foi vista como um meio de mobilidade

social e de ascensão cultural e econômica. Meu pai, José dos Santos Meireles, nasceu na década de 1960, em uma família pobre e marcada pela desigualdade. Sendo o segundo filho mais velho de 14 irmãos, abandonou a escola cedo para ajudar na renda familiar, iniciando o trabalho aos sete anos de idade.

Minha mãe, Maria Margarida Neves Meireles, filha única, nasceu no final da década de 1950 e deixou a escola aos nove anos de idade para ingressar no trabalho doméstico, assim como muitas meninas negras da região do Sul de Minas. Ela exerceu essa atividade até os 63 anos, aposentando-se em 2020.

Por conta dessas histórias de vida, meus pais sempre desejaram um futuro diferente para sua prole, incentivando-nos a estudar. Quando nos mudamos para Alfenas, a decisão foi de não seguir os mesmos caminhos trilhados por eles, como o trabalho desde a infância, tornando a Educação escolar uma prioridade.

A Educação sempre foi e é valorizada pela nossa família. Desde quando eu era criança e adolescente, minha mãe trazia revistas do trabalho para lermos em casa. Nós também íamos à Biblioteca Pública Municipal Dr. João Januário Magalhães para emprestarmos livros para leitura (Minas Gerais, 2026, s./p.).

Quando frequentávamos a escola, em nossa família sempre teve a preocupação com a compra de materiais escolares. Para a nossa família, a Educação representa um meio de transformação. Eu e minhas irmãs somos frutos das políticas públicas de ações afirmativas no Ensino Superior, que são tão defendidas pelo MNU.

Fotografia 2: A família Meireles, minha raiz



Da esquerda para a direita: Eu, minha irmã Fernanda Neves Meireles, minha irmã Ana Raquel Neves Meireles, minha mãe Maria Margarida Neves Meireles e meu pai José dos Santos Meireles. Fonte: Fotografia do acervo familiar da autora.

Minha irmã, Fernanda Meireles, estudou em Alfenas-MG e graduou-se no curso de Enfermagem na Universidade José do Rosário Vellano (UNIFENAS), como beneficiária do Programa Universidade para Todos (Prouni), no ano de 2010. Atualmente, há 14 anos, ela reside em São Paulo – SP e atua em sua área de formação.

A outra irmã, Ana Raquel Meireles, estudou em Machado-MG e cursou Administração de Empresas na Fundação Machadense de Ensino Superior e Comunicação (FUMESC), também pelo Prouni, formando-se em 2014. Ela mora em Alfenas e trabalha no setor administrativo da UNIFENAS.

Em Alfenas, cursei o Ensino Fundamental I (1º ao 5º ano) na Escola Estadual Padre José Grimminck e o Ensino Fundamental II (6º ao 9º ano) na Escola Municipal Professora Tereza Paulino da Costa. Posteriormente, regressei à Escola Grimminck para cursar o Ensino Médio. Todas essas escolas são públicas.

Quanto à minha formação acadêmica, realizei o curso de graduação em História – Licenciatura na Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG), campus de Alfenas, formando-me em 2020. Desde a Educação Básica, eu já me interessava pela disciplina de História e pelo estudo da Ditadura Militar brasileira. Na graduação, na disciplina de História Moderna I, tivemos a oportunidade de ter aulas com o professor Dr. Luiz Antonio Sabeh, que conciliava os estudos acadêmicos com o trabalho na sala de aula. Em suas aulas, surgiu o interesse pela análise de fontes históricas, como o

livro didático.

A historiadora Thaís Nívia de Lima Fonseca, em *História e Ensino de História* (2011), ressaltou que “por meio dos livros didáticos e das festas cívicas, pode-se perceber as relações entre política, cultura e ensino, pelas representações construídas e pelo imaginário” (Fonseca, 2011, p. 73).

O livro didático, além de ser um recurso didático-pedagógico, traz conteúdos sobre temáticas de estudo em suas páginas, englobando textos verbais (escritos) e não verbais (imagens, infográficos, mapas e gráficos). No processo de produção de materiais didáticos e paradidáticos, conteúdos são incluídos e/ou excluídos, dependendo das políticas públicas educacionais em vigência e do jogo de interesses que envolvem sua elaboração, divulgação e circulação.

A partir da década de 1990, com a criação do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), do sistema de compras de livros e distribuição pelo governo federal para estudantes da rede pública e, ainda, da criação de um sistema de avaliação desse recurso, houve um aumento editorial voltado à produção e distribuição de livros didáticos e paradidáticos, bem como de literatura infanto-juvenil, dando visibilidade à diversidade étnico-racial (Fonseca, 2011).

Assim, a partir das aulas com o professor Luiz Antônio Sabeh no curso de História (UNIFAL-MG), pude vivenciar práticas pedagógicas de pesquisa que me instigaram a questionar e analisar como os conteúdos são apresentados e organizados nos livros didáticos. Por isso, nesta dissertação, os livros didáticos constituem as fontes de pesquisa.

Como mulher negra que viveu e ainda vive no Sul de Minas Gerais — região marcada pela presença negra que influencia as manifestações artísticas, históricas e culturais, como a Congada, a Capoeira, o Moçambique e as religiões de matrizes africanas, mas também pelo racismo, machismo e conservadorismo —, comecei a me reconhecer mais como pessoa preta, desenvolvendo maior consciência negra a partir dos meus 20 anos.

A graduação em História na UNIFAL-MG foi o início para a compreensão de minha identidade como negra. Em 2024, essa consciência se intensificou quando iniciei o Mestrado acadêmico em Educação (PPGE/UNIFAL-MG), aprofundando os estudos e a pesquisa sobre a História negra, especificamente sobre o MNU e as relações étnico-raciais.

A historiadora negra Maria Beatriz Nascimento e outros intelectuais negros têm

questionado as narrativas coloniais da História oficial. Beatriz Nascimento, ao citar o historiador José Honório Rodrigues, relatou que a história do Brasil foi uma história escrita por mãos brancas, sendo necessário (re)escrevê-la a partir de mãos negras, afro-indígenas e indígenas (Nascimento, 1974).

Essa dissertação é escrita por mãos negras: uma professora, pesquisadora, historiadora, e participante da terreira de matriz africana em Alfenas, a Tenda de Umbanda e Candomblé Maria Baiana de Aguiné (*Instagram: @mariabaianadeaguine*).

A Tenda de Umbanda e Candomblé Maria Baiana de Aguiné foi fundada na década de 1980, na cidade de Alfenas-MG, estando à frente a matriarca e Yalorixá Maria Aparecida da Silva Rosa, conhecida popularmente e carinhosamente como Mãe Cida. A Tenda realiza atividades espirituais e de ação social, como o acolhimento de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade, e de preservação da História negra e de suas manifestações artísticas e culturais de matrizes africanas.

No ano de 2025, o 11º Encontro de Matrizes Africanas, foi reconhecido como patrimônio cultural imaterial de Alfenas-MG. A festa foi criada a partir de uma mensagem da mentora espiritual de Mãe Cida e da tenda, que pediu que se levasse para as ruas a religiosidade e as vivências das religiões de matriz africanas.

A Festa de Matrizes Africanas ocorre em Alfenas-MG, no mês de maio de cada ano e reúne pessoas de diversas de cidades do Sul de Minas Gerais. Durante a festividade há a presença de terreiros de Umbanda e Candomblé, ternos de Congada, Moçambique, Capoeira, Maracatu e expositores locais afros empreendedores com produtos que fazem alusão à ancestralidade e a cultura afro-brasileira. Devido às ações de Mãe Cida e de seus mentores, a terreira já se apresentou em diversas cidades mineiras, inclusive no Palácio das Artes, em Belo Horizonte, e foi laureada com honrarias municipais e do governo de Minas Gerais.

Nesse sentido, entendo a religião como um lugar de profissão de fé, um espaço político e de resistência. A partir das práticas religiosas de matriz africana e afro-brasileira, eu também obtive a compreensão das dimensões da negritude e das formas de existir e resistir.

Fotografia 3: Matriarca e Yalorixá Mãe Cida da Tenda de Umbanda e Candomblé Maria Baiana de Aguiné



Fonte: Rafaela Neves Meireles com Mãe Cida e Pai Jesus da Tenda de Umbanda e Candomblé Maria Baiana de Aguiné, na Câmara Municipal de Alfenas (2024). Acervo Pessoal da Autora.

Historicamente, no Brasil e em suas instituições de ensino, a História negra e a cultura afro-brasileira foram invisibilizadas, e as religiões de matrizes africanas, no passado e no presente, continuam sendo alvo da intolerância religiosa e do racismo religioso. Na Constituição Federal de 1988, ficou estabelecido que o Brasil era e é um país laico, ou seja, por meio da legislação ficou garantida a liberdade de crença e de culto. No artigo 5º da Carta Magna, estabeleceu-se a liberdade de culto e a proteção aos locais de culto e suas liturgias.

Mesmo com a garantia constitucional da liberdade de culto, constata-se, na sociedade brasileira contemporânea, a presença de práticas discriminatórias principalmente contra as religiões de matrizes africanas e afro-brasileiras. No caso das religiões de matrizes africanas e afro-brasileiras, tais violências são promovidas pelo desconhecimento da cultura e da religiosidade, sendo intensificadas por conta do racismo, da intolerância religiosa e do racismo religioso.

No Estatuto da Igualdade Racial, instituído pela Lei n. 12.288 de 2010, no Capítulo III, estabeleceu-se o direito à liberdade de consciência e de crença, e ao livre

exercício de cultos religiosos. Para o fortalecimento, a valorização e o combate ao racismo religioso, foi sancionada no ano de 2007, no mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a Lei n. 11.635/2007, que institui o 21 de janeiro como o Dia Nacional de Combate à Intolerância Religiosa. Assim, por meio dessa lei, o Estado brasileiro convoca toda a sociedade a refletir sobre a diversidade religiosa e o respeito ao livre culto. A data propicia a difusão do conhecimento sobre as religiões de matrizes africanas, buscando caminhos para o diálogo dialógico e a quebra de preconceitos.

A escolha do dia 21 de janeiro faz referência à data de falecimento da Yalorixá Mãe Gilda de Ogum, sacerdotisa de um terreiro de Candomblé da Bahia. Mãe Gilda sofreu um infarto fulminante após ver sua imagem estampada em uma publicação da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) com os dizeres caluniosos: “Macumbeiros charlatões enganam fiéis”. Os representantes do terreiro organizaram-se e moveram uma ação judicial contra a instituição de cunho religioso, que foi condenada a pagar uma indenização aos filhos biológicos e de santo de Mãe Gilda (Silva, 2012).

No ano de 2013, no governo da presidenta Dilma Rousseff, por meio da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, foi aprovado o Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana. Seu objetivo consiste na “salvaguarda da tradição africana preservada no Brasil” (Brasil, 2013). Por meio dele, busca-se garantir direitos, a proteção do patrimônio cultural, o enfrentamento à extrema pobreza e ações estruturantes (Brasil, 2013).

Em 2024, no terceiro mandato do presidente Lula, houve a implementação da Política Nacional para Povos e Comunidades Tradicionais de Terreiro e Matriz Africana, instituída pelo Decreto n. 12.278/2024, garantindo direitos, a valorização da ancestralidade e o combate ao racismo religioso. Entende-se que as religiões de matrizes africanas e os cultos dos povos indígenas, mais que espaços de profissão de fé, constituem-se como territórios de resistência. Na diáspora africana e durante o processo de colonização e escravização, o estabelecimento dessas religiões foi a maneira encontrada por homens e mulheres para não serem aniquilados pela perversidade do sistema colonial. Os terreiros de Candomblé e Umbanda surgiram como espaços de aquilombamento, solidariedade, fraternidade e fortalecimento diante de uma realidade excludente e brutal.

Dessa forma, o estudo das religiões é fundamental dentro do ambiente escolar, propiciando aos(as) alunos(as), às suas famílias e à sociedade a compreensão do

contexto histórico em que elas emergiram. Esse conhecimento é relevante para sua preservação e para o combate ao preconceito religioso que continua a violentar seus seguidores. Na escola, por meio do Ensino Religioso e de um trabalho interdisciplinar, as práticas religiosas devem ser transmitidas acompanhadas de sua história de criação e resistência. Entretanto, é imperioso que os(as) professores(as) e a equipe pedagógica passem por formações continuadas voltadas à desconstrução de estereótipos já cristalizados.

Aqui, volto à Tenda de Umbanda e Candomblé Maria Baiana de Aguiné e suas ações de preservação e combate ao racismo religioso. Por intermédio da Festa de Matrizes Africanas e pelos convites para apresentações em cidades vizinhas e escolas, muitos estereótipos vêm sendo rompidos. De fato, o preconceito, alicerçado no senso comum, é o maior causador de violências e práticas intolerantes. Através das apresentações da Tenda e das rodas de conversas organizadas em espaços públicos e escolares, alguns participantes relatam surpresa com o funcionamento e a filosofia da religião. Por meio dessas ações pedagógicas, preconceitos são desmistificados, estimulando a curiosidade para um conhecimento mais profundo. Sendo assim, as religiões de matrizes africanas, além de territórios de resistência, tornam-se espaços educadores, pois modificam a realidade social ao seu entorno.

Em um dos documentos do MNU analisados nesta dissertação, os ativistas frisam ser necessário que, dentro dos terreiros de Candomblé e Umbanda, sejam criados espaços para discutir a realidade do povo negro e as nuances do racismo. A formação desses núcleos de debate internos garante o fortalecimento institucional e a luta por proteção jurídica e políticas públicas. Os ativistas do MNU, desde a sua fundação, compreendem a relevância dos terreiros para a resistência do povo negro e para a sociedade brasileira, que é profundamente influenciada por suas práticas civilizatórias.

Na escrita da História oficial, predominaram as narrativas coloniais, enquanto nos espaços de poder e decisão os homens brancos foram historicamente privilegiados. As mulheres negras, por sua vez, encontram-se na base da pirâmide social devido à intersecção das desigualdades de raça, classe e gênero. Para Conceição Evaristo (2020), a escrita de mulheres negras, ao revisitar a história brasileira pelo viés da produção da intelectualidade negra e do ativismo do MNU, é uma maneira de combater o epistemicídio e romper com essas assimetrias. Por isso, ela afirma que:

... se ontem nem a voz pertencia às mulheres escravizadas, hoje, a letra, a escrita, nos pertencem também. Pertencem, pois nos apropriamos desses signos gráficos, do valor da escrita, sem esquecer a pujança da oralidade de nossas (os) ancestrais (Evaristo, 2020, p. 30).

A proposição de Evaristo (2020) sobre a "escrevivência" evoca a necessidade urgente de romper com o silenciamento histórico imposto aos corpos negros, subvertendo a lógica em que o sujeito subalternizado é apenas o objeto de estudo da academia ocidentalizada. Ao reivindicar o domínio da letra jurídica e literária sem desvincular-se da herança oral e ancestral, a intelectualidade negra feminina reposiciona a sua própria narrativa como um ato político de autoria e autoridade epistemológica. Dessa forma, a escrita deixa de ser um mero instrumento de registro burocrático e passa a operar como uma ferramenta de emancipação coletiva.

Nesse sentido, a tessitura desta dissertação corrobora diretamente com o conceito cunhado por Conceição Evaristo (2020). Durante séculos, o acesso à instrução formal, à pesquisa acadêmica e à liberdade de expressão foi sistematicamente negado às mulheres negras como reflexo do legado da escravização e dos estereótipos hipersexualizados e/ou servis criados sobre suas identidades. Ao assumir a centralidade da escrita neste trabalho, esta pesquisa rompe com os padrões metodológicos eurocêntricos e questiona a historiografia tradicional brasileira, conferindo visibilidade e legitimidade científica à produção intelectual e teológica de mulheres negras oriundas das comunidades de terreiro do Sul de Minas Gerais.

Nesse sentido, a escrita desse trabalho corrobora com o conceito criado por Conceição Evaristo (2020), visto que durante muito tempo, para nós mulheres negras o acesso ao estudo e a liberdade de expressão foi negada diante o legado da escravização e aos estereótipos criados sobre nós.

Assim, esta dissertação rompe com os padrões estabelecidos e questiona a escrita da História do Brasil, dando visibilidade a pesquisa e ao trabalho das mulheres negras.

2. CAPÍTULO

BRASIL CONTEMPORÂNEO HISTÓRIA POLÍTICA E EDUCAÇÃO: PERCURSOS HISTÓRICOS, TEÓRICOS E METODOLÓGICOS

O golpe de 1964 procurou estabelecer uma “nova ordem” [...] Mas para que isso se desse, os militares determinaram que seria necessário impor a “pacificação” da sociedade civil. E a gente sabe o que significa esse termo, “pacificação”, sobretudo na história de povos como o nosso: o silenciamento, a ferro e fogo, dos setores populares e de sua representação política. Ou seja, quando se lê pacificação entenda-se repressão.

Lélia, Gonzalez (2020, p.17)

Lélia Gonzalez, uma das intérpretes do Brasil, ao analisar a Ditadura Militar inaugurada a partir do golpe de Estado de 31 de março de 1964, relatou que durante os governos dos generais-militares a dita “pacificação” levou à tentativa de silenciamento da oposição, ou seja, das pessoas que ousaram lutar contra aquela ordem política e social, denunciando a repressão e a violação de Direitos Humanos. Lélia estava atenta às questões políticas de nosso país, e a realidade do povo negro e das mulheres negras, seguindo na luta antirracista e feminista.

Nesse segundo capítulo, estará em destaque o contexto do Brasil contemporâneo, pós-Ditadura Militar, tempos de democracia, mas de rupturas políticas e de criação do Novo Ensino Médio, como também e o referencial teórico-metodológico para análise da coleção didática.

Em um primeiro momento, serão discutidas as rupturas políticas vivenciadas pela sociedade brasileira a partir do ano de 2016, quando ocorreu o golpe parlamentar, que culminou no *impeachment* da presidenta da República, Dilma Rousseff. Com a destituição, assumiu a presidência o vice-presidente Michel Temer, que governou no período de 2016 a 2018. Posteriormente, Jair Messias Bolsonaro e Hamilton Mourão, respectivamente presidente e vice-presidente, governaram o país no período de 2019 a 2022.

Após o *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, o Brasil tendeu a governos de caráter neoliberal, autoritário e conservador. As gestões de Temer e Bolsonaro implementaram políticas distintas daquelas vigentes nos governos anteriores, tais como a extinção da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) e do Ministério da Cultura (MinC), além da negação veemente da existência do racismo no Brasil, o que acabou por instigar discursos de ódio e ataques às

políticas sociais e de ações afirmativas.

Nesse período, ampliaram-se os discursos e as manifestações antidemocráticas nas ruas, em frente aos quartéis e em motocicletas que solicitavam a volta da Ditadura Militar. Constatam-se, portanto, intensas disputas sobre as políticas de memória e esquecimento acerca do período da Ditadura Militar brasileira (1964-1985).

Diante disso, visando reafirmar o compromisso ético e político com a Democracia, o Estado Democrático de Direito e os Direitos Humanos, faz-se estritamente relevante pesquisar sobre a Ditadura Militar e a atuação de movimentos sociais como o Movimento Negro Unificado (MNU), compreendendo como as memórias desse período da História Política reverberam no Brasil contemporâneo e são apresentadas nas produções didáticas.

A segunda parte do capítulo tratará dos aspectos teórico-metodológicos para a análise das fontes, constituídas pelos livros didáticos da área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas do Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD 2020), publicados sob a égide da Lei n. 13.415/2017, que instituiu o Novo Ensino Médio.

2.1 Brasil Contemporâneo

Nas eleições de 1960, Jânio Quadros obteve a maioria dos votos para presidente, assumindo assim a Presidência da República. João Goulart, candidato à vice-presidência, foi eleito e tornou-se seu vice. Entretanto, em 25 de agosto de 1961, Jânio, sem motivos claros, renunciou ao cargo. Inicialmente, o chefe da Câmara dos Deputados assumiu a presidência, pois Goulart encontrava-se em viagem oficial à China.

Assim, instaurou-se uma profunda crise política. De um lado, os militares e setores conservadores não aceitavam que o vice-presidente assumisse o poder; de outro, havia sua ampla aceitação por uma parcela da sociedade que o apoiava. Nesse período, Goulart contou com o apoio fundamental de Leonel Brizola, então governador do Rio Grande do Sul. Por meio de Brizola, foi fundada a “Rede da Legalidade”, que, utilizando cadeias de rádio e contando com a forte adesão popular, contribuiu decisivamente para o fortalecimento de João Goulart, garantindo sua posse (Fico, 2014; Motta, 2021).

No início de setembro de 1961, João Goulart tornou-se presidente por meio da instauração de um regime parlamentarista de conciliação. Suas ações

governamentais não agradaram à ala militar e às elites da época, que eram refratárias às medidas conhecidas como “Reformas de Base”. Entre elas, destacavam-se a reforma agrária, a instituição do voto para analfabetos, o controle da remessa de lucros para o exterior e o apoio às reivindicações dos militares subalternos (como sargentos e marinheiros), que pleiteavam participação política e o direito de associação (Motta, 2021).

A escuta aos grupos subalternos da sociedade brasileira e da ala de baixa patente militar representava uma transformação na dinâmica social da época. O voto para analfabetos aumentaria expressivamente o colégio eleitoral do país, retirando o monopólio político das mãos da elite agrária e urbana.

A reforma agrária também representava uma modificação estrutural no meio rural. A partilha da terra para grupos historicamente excluídos romperia com a dominação latifundiária latente no campo, marcada pela violência e pela miséria. Ou seja, tais ações modificariam a ordem vigente no país, que sempre se constituiu na exclusão e na manutenção de privilégios para as classes dominantes, o setor empresarial e a alta cúpula militar. Jango, nesse sentido, configurava uma ameaça ao *status quo*.

Embora o mandato de João Goulart tenha se iniciado sob o regime parlamentarista (revertido para o presidencialismo após o plebiscito de 1963) e com o apoio de movimentos populares e sindicais, o crescimento de suas políticas voltadas aos setores sociais alarmou as forças conservadoras. O investimento financeiro e ideológico dos Estados Unidos da América (EUA) em órgãos de propaganda, na grande imprensa e no suporte aos militares conservadores culminou, em 31 de março de 1964, no golpe civil-militar de Estado que o destituiu do poder.

Poucos foram os momentos na história nacional em que se observaram governos que favoreceram a participação popular e o estabelecimento de leis que propiciassem a mobilidade e a alteração dos papéis sociais. O governo de João Goulart (1961-1964) despontou como uma dessas raras experiências, sendo tragicamente interrompido pelo golpe de Estado desfechado pelas Forças Armadas e por setores reacionários da sociedade civil.

Durante 21 anos, o país viveu sob uma Ditadura Militar. Apesar de o golpe de Estado ter contado com o apoio inicial de uma parcela da sociedade civil, do governo americano e de empresários, a chefia do Executivo nacional, entre 1964 e 1985, ficou sob a exclusiva responsabilidade de generais-militares. Nesse período, a sociedade

brasileira foi impactada por uma modernização conservadora, que a pesquisadora, intelectual e feminista negra Lélia Gonzalez descreveu de forma precisa como “repressiva”.

Para que o projeto de desenvolvimento econômico idealizado pelos militares avançasse, estruturou-se um aparato de controle e vigilância constante da população, viabilizado por meio de medidas institucionais de exceção, pelo uso sistemático da violência estatal e pela violação flagrante dos Direitos Humanos. Decorridas décadas do fim do regime ditatorial, constata-se que a sociedade brasileira como um todo arcou com os prejuízos democráticos. Até os dias atuais, o país luta para consolidar uma justiça de transição efetiva, enfrentando o luto e as heranças autoritárias que continuam a afetar o tecido social.

No decurso do regime ditatorial, fez-se necessária a utilização de decretos-leis para manter o controle político e a coerção social. Por meio dessas medidas, visava-se centralizar o poder no Executivo, inviabilizando qualquer chance de levante ou avanço da oposição nas instâncias políticas, sociais e econômicas. Assim, os generais-militares presidentes da República criaram os Atos Institucionais, promulgados sempre que o regime se via ameaçado.

Em outubro de 1965, sob a gestão do General Humberto de Alencar Castelo Branco, foi sancionado o Ato Institucional nº 2 (AI-2), por meio do qual se adotou o bipartidarismo compulsório. Foram extintos os partidos políticos existentes, restando apenas a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), que apoiava o regime, e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), partido de oposição consentida que reunia as propostas divergentes ao governo. Além disso, as eleições presidenciais indiretas passaram a vigorar e instituiu-se a vigilância federal sobre os pleitos estaduais. Por meio dessa prática, os militares buscaram controlar o cenário político nacional (Motta, 2021; Coggiola, 2001).

Em dezembro de 1968, o General Arthur da Costa e Silva sancionou o AI-5, que inaugurou o período mais sombrio e violento do regime. Sob a égide desse ato, foi desenhada uma nova Lei de Segurança Nacional, utilizada inclusive para censurar denúncias sobre o racismo nos debates públicos. Para reprimir os protestos e impossibilitar manifestações de oposição, a estrutura repressiva foi aperfeiçoada com a criação de órgãos como o Destacamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI). A atuação desses centros e o endurecimento das legislações ocasionaram a institucionalização da tortura, o

assassinato de opositores políticos e o desaparecimento forçado de corpos (Brunelo, Priori, 2025; Motta, 2021; Coggiola, 2001).

Em 1971, o General Emílio Garrastazu Médici iniciou seu governo. Uma das medidas adotadas no âmbito educacional foi a implementação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 5.692/1971), que inseriu as disciplinas de Educação Moral e Cívica (EMC) e Organização Social e Política do Brasil (OSPB) nos currículos escolares, visando disseminar os ideais de ordem, civismo exacerbado e obediência ao regime entre os estudantes. Ainda nesse contexto, criou-se o Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral), focado na alfabetização instrumental da população adulta que não havia concluído o ensino básico (Bittencourt, 2011; Silva, 2001).

A aprovação da LDB no contexto ditatorial possuía um caráter marcadamente tecnicista, uma vez que não visava ao desenvolvimento do pensamento crítico dos(as) estudantes. Priorizava-se uma formação voltada ao mercado de trabalho técnico, cerceando o conhecimento emancipatório. No Ensino Superior, houve forte investimento estatal em cursos de graduação e pós-graduação em áreas estritamente alinhadas ao desenvolvimento industrial preconizado pelo regime.

No campo econômico, a gestão de Emílio Garrastazu Médici foi marcada pelo fenômeno do “milagre econômico”. Sustentado por uma tríade composta por volumosos investimentos internacionais, modernização conservadora e compressão salarial, o Brasil viveu um crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) considerável entre 1969 e 1973. Foi nesse período que se expandiu o parque industrial automotivo e de bens de consumo duráveis, permitindo que setores das classes médias adquirissem eletrodomésticos como geladeiras e fogões a gás. Desse período datam grandes obras faraônicas, como a Ponte Rio-Niterói e a abertura da Rodovia Transamazônica (Motta, 2021; Coggiola, 2001).

Em consonância com o apelo do “milagre econômico”, o país sagrou-se tricampeão na Copa do Mundo de 1970, o que foi amplamente instrumentalizado pela propaganda oficial para inflar um sentimento de ufanismo nacionalista, encobrendo as atrocidades políticas e o aprofundamento das desigualdades sociais. Esse crescimento, contudo, foi efêmero, sendo severamente impactado pela crise internacional do petróleo em 1973. A inflação disparou, a dívida externa explodiu e o poder de compra da população foi corroído pelo arrocho salarial, desencadeando as primeiras grandes greves operárias por melhores condições de vida no final da década

(Fico, 2024; Motta, 2021).

Com a economia em recessão, as altas taxas inflacionárias, a censura política e a repressão violenta, os movimentos sociais retornaram ao cenário político com vigor renovado. Destacou-se o movimento sindicalista na região do ABC Paulista e, articulado a esse caldeirão de contestações, surgiu o Movimento Negro Unificado (MNU) em 1978, denunciando o mito da democracia racial e expondo a violência, a repressão policial e a profunda desigualdade econômica sofrida pela população negra na Ditadura Militar.

Esses movimentos denunciaram nacional e internacionalmente as graves violações dos Direitos Humanos cometidas na Ditadura. Conforme aponta Silva (2001), em julho de 1971, na cidade de Genebra, a Comissão Internacional de Juristas formalizou denúncias robustas sobre os maus-tratos infligidos aos presos políticos brasileiros. Esse desgaste diplomático contribuiu para que os EUA alterassem progressivamente sua postura de apoio irrestrito aos governos militares, buscando desvincular sua imagem internacional de um governo fundado na tortura e no arbítrio.

O processo de abertura política e a concessão da Anistia, gestados ao longo dos governos de Ernesto Geisel e João Figueiredo, foram rigorosamente tutelados pelas Forças Armadas. A Lei de Anistia de 1979 não contemplou integralmente as demandas sociais de punição aos torturadores, configurando-se como uma medida bilateral que perdoou os crimes cometidos pelos próprios agentes do Estado. Nesse processo de transição lenta e gradual, os governantes militares agiram com extrema cautela para salvaguardar sua oficialidade e evitar sobressaltos (Silva, 2001).

Pode-se compreender o limite dessa transição a partir da análise da Emenda Dante de Oliveira, apresentada em 1983 pelo deputado homônimo. Seu objetivo principal era restabelecer as eleições diretas para a Presidência da República. Contudo, na Câmara dos Deputados, a emenda foi rejeitada por não alcançar o quórum de dois terços necessário. Conforme ressalta a reportagem do portal da Câmara dos Deputados, intitulada *“Diretas já: rejeição da Emenda Dante de Oliveira marca a história do país”* (Miranda, 2014), o governo militar exerceu forte pressão de bastidores e forte controle político para influenciar a bancada governista a votar contra a proposta.

Como exposto, a população brasileira encontrava-se exausta frente ao cenário nacional: uma Ditadura marcada por violências, recessão econômica, inflação e estagnação social. Esses fatores propiciaram a união de diferentes setores sociais.

No período de tramitação da emenda, verificou-se uma imensa mobilização popular e de artistas de vanguarda que, unidos no movimento das "Diretas Já", clamavam pelo retorno imediato da democracia.

Superado esse impasse, em 1987, ocorreu a Assembleia Constituinte, culminando em 1988 com a aprovação da nova Constituição do Brasil também conhecida como Constituição Cidadã, consolidando o processo de redemocratização (Silva, Priori, 2025; Brasil, 1988).

Os movimentos populares participaram ativamente das Assembleias Constituintes, lutando pela garantia de direitos sociais, cidadania e dignidade humana. Posteriormente, a década de 1990 foi marcada pela ascensão de governos de orientação neoliberal, como o de Fernando Henrique Cardoso (FHC), quando aprovou-se a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) - Lei n. 9.394/1996.

No século XXI, com a eleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), observou-se a implementação de políticas públicas pautadas na equidade socioeconômica, atendendo a demandas históricas dos movimentos sociais. Nesse período, ganharam centralidade programas de transferência de renda e democratização do Ensino Superior, como o Bolsa Família, o ProUni e o Fies, além da promulgação da fundamental Lei nº 10.639/2003, que instituiu a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, posteriormente ampliada pela Lei nº 11.645/2008 para incluir a História e Cultura Indígena.

Em 2011, a presidenta eleita Dilma Rousseff assumiu a chefia do Executivo, tornando-se a primeira mulher a exercer o cargo de chefe de Estado na história do Brasil, governando o país por dois mandatos (2011-2014 e 2015-2016). Sua gestão deu continuidade às políticas sociais estruturadas no governo Lula (Silva, 2023).

Na sociedade brasileira, marcada por assimetrias sociais, raciais e de gênero, a presidenta foi alvo recorrente de ataques de cunho machista e misógino por parte de setores conservadores que rechaçavam a presença de uma liderança feminina nos espaços de poder e decisão, ou seja, na política institucional.

Nesse contexto histórico, Luiza Bairros, ativista do movimento negro educador e feminista negra, que dialogou com Lélia Gonzalez quando participou do MNU, ao tornar-se Ministra da SEPPIR, possibilitou a aprovação de outras políticas públicas de ações afirmativas, tais como: a Lei n. 12.711/2012 - Lei de cotas sociais e raciais, estabelecendo a reserva de vagas para estudantes pretos, pardos, indígenas e de

escolas públicas em universidades e institutos federais, propiciando a democratização do Ensino Superior e o combate às desigualdades sociais e raciais; a Lei n. 12.990/2014, que reservou 20% das vagas em concursos públicos federais para pessoas negras (Barreto, 2021; Brasil, 2014; Brasil, 2012).

Com a Lei n. 12.987/2014, definiu-se a data 25 de julho - Dia Nacional de Tereza de Benguela e da Mulher Negra, em consonância com o Dia Internacional da Mulher Negra Latino-Americana e Caribenha (Silva, 2025; Brasil, 2014).

Essa legislação de ação afirmativa materializaram o compromisso do Estado brasileiro com as políticas de reparação histórica ao povo negro, às mulheres negras, aos estudantes oriundos de escolas públicas, aos filhos(as) de trabalhadores e trabalhadoras, aos grupos sociais pobres e/ou em vulnerabilidade de nosso país.

A inclusão do 25 de julho nos calendários oficiais dá visibilidade e valoriza a história das mulheres negras na formação de nosso povo e construção do Brasil, ou seja, de mulheres negras afro-diaspóricas na América.

As políticas públicas de ações afirmativas alteraram a realidade de milhares de famílias em situação de vulnerabilidade, garantindo mobilidade social e franqueando o acesso a espaços que, por séculos, foram exclusivos das elites econômicas, a exemplo das universidades públicas.

A despeito disso, desde a colonização ibérica na América até a contemporaneidade, as mulheres enfrentam papéis sociais rigidamente demarcados pelas estruturas do patriarcado, conceituado pela socióloga Heleieth Saffioti (2015) como um sistema estrutural de dominação-exploração dos homens sobre as mulheres. Historicamente, às mulheres brancas de elite reservavam-se os estudos rudimentares das primeiras letras voltados à gestão do ambiente doméstico e à maternidade, mantendo-as sob a tutela do marido. Às mulheres negras, por sua vez, foi imposto o fardo do trabalho compulsório e da desumanização.

Por conta de lutas históricas travadas pelo movimento feminista e as intelectuais do feminismo negro, conquistas jurídicas graduais alteraram o ordenamento político brasileiro, tais como:

- A conquista do sufrágio feminino no Brasil, formalizada no Código Eleitoral de 1932;
- A aprovação da Lei do Divórcio (Lei n. 6.515/1977);
- A política de cotas de gênero que assegurou, inicialmente, o percentual mínimo de 20% de candidaturas de mulheres nas eleições municipais, conforme a Lei

n. 9.100/1995;

- A promulgação da Lei Maria da Penha (Lei n. 11.340/2006);
- A tipificação da Lei do Feminicídio (Lei n. 13.104/2015), que alterou o artigo 121 do Código Penal (Decreto-Lei nº 2.848/1940), incluindo o feminicídio como qualificadora do crime de homicídio;
- A tese jurídica fixada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em 2023, que declarou a inconstitucionalidade do uso da tese da “legítima defesa da honra” em casos de feminicídio, sepultando o entendimento anacrônico que absolveu assassinos em casos emblemáticos como o de Ângela Diniz (1976);
- A sanção da Lei n. 14.611/2023, que instituiu a igualdade salarial e de critérios remuneratórios entre mulheres e homens no ambiente de trabalho;
- A ampliação progressiva do eleitorado feminino, em que as mulheres passaram a constituir 51,7% do total de votantes no país, segundo dados consolidados pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE, 2024).

Embora os avanços legislativos sejam evidentes, a violência política de gênero permanece como um obstáculo nas instituições de poder. Exemplo cabal disso foi a destituição da presidenta Dilma Rousseff em 2016 e, posteriormente, o brutal assassinato da ex-vereadora Marielle Franco, no Rio de Janeiro-RJ, em 14 de março de 2018.

. Ademais, os índices de violência doméstica e feminicídio seguem em patamares alarmantes no país, demonstrando que a sociedade brasileira ainda é profundamente estruturada pelo patriarcado, pelo racismo, pelo machismo, pela misoginia e pelas desigualdades interseccionais de raça, classe e gênero.

O processo de desgaste do governo da presidenta Dilma Rousseff, ampliou-se com as manifestações de 2013, intensificando-se nos anos seguintes com o fortalecimento de movimentos conservadores que ampliaram a polarização política. Esse cenário pavimentou o caminho para o golpe parlamentar consumado em 31 de agosto de 2016, sob a retórica discursiva do combate à “corrupção” sistêmica (Schwarcz; Starling, 2018).

Durante a sessão de votação da admissibilidade do *impeachment* na Câmara dos Deputados, o então deputado federal Jair Messias Bolsonaro proferiu um voto que sintetizou o ressentimento dessa parcela conservadora da sociedade:

O SR. JAIR BOLSONARO (Bloco/PSC-RJ.) - Neste dia de glória para o povo brasileiro, um nome entrará para a história nesta data pela forma como

conduziu os trabalhos desta Casa: Parabéns, Presidente Eduardo Cunha! [...] Perderam em 1964. Perderam agora em 2016. Pela família e pela inocência das crianças em sala de aula, que o PT nunca teve... Contra o comunismo, pela nossa liberdade, contra a Folha de S.Paulo, pela memória do Cel. Carlos Alberto Brilhante Ustra, o pavor de Dilma Rousseff! [...] Pelo Exército de Caxias, pelas nossas Forças Armadas, por um Brasil acima de tudo, e por Deus acima de todos, o meu voto é "sim"! (Bolsonaro, 2016, s./p.).

O pronunciamento de Jair Messias Bolsonaro explicitou valores caros a um segmento civil-militar reacionário, caracterizado pela apologia explícita à Ditadura Militar e à figura de torturadores notórios como o Coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, responsável por graves violações de Direitos Humanos. No discurso, constata-se a reativação do lema integralista “Deus, Pátria e Família”, a exaltação mítica de figuras da história militar (como o Duque de Caxias), o antipetismo, o anticomunismo, o ataque à liberdade de imprensa e traços indisfarçáveis de misoginia ao tripudiar sobre a memória da própria presidenta Dilma, que fora presa e torturada pelas forças de repressão ditatoriais.

Apoiando-se nas pesquisas consagradas da História Política, é possível refutar categoricamente os pressupostos desse discurso. Segundo o historiador Rodrigo Patto Sá Motta, em *Passados presentes: o golpe de 1964 e a ditadura militar* (2021), a ameaça de instauração de um regime comunista no Brasil da década de 1960 carecia de base factual real. Contudo, a retórica anticomunista foi amplamente instrumentalizada pelas Forças Armadas, pelo empresariado e pela Igreja Católica para justificar a ruptura institucional que levou ao golpe de Estado de 31 de março de 1964.

O conservadorismo das Forças Armadas em relação à gestão da presidenta Dilma Rousseff exacerbou-se com a instalação da Comissão Nacional da Verdade (CNV), criada pela Lei n. 12.528/2011, instituída oficialmente em maio de 2012. O escopo da comissão consistia em investigar e esclarecer as graves violações de Direitos Humanos praticadas por agentes estatais entre 18 de setembro de 1946 e 5 de outubro de 1988.

Para a presidenta Dilma Rousseff, a CNV representava a oportunidade de o país confrontar a totalidade de sua memória histórica, permitindo que a sociedade conhecesse a verdade factual sem revanchismos, assegurando o direito ao luto das famílias dos desaparecidos políticos e consolidando a justiça.

Em contrapartida, os defensores do legado da Ditadura Militar (1964-1985) opuseram-se radicalmente aos trabalhos da comissão, apegando-se à Lei de Anistia

de 1979, para blindar oficiais de possíveis responsabilizações civis ou penais.

No Brasil contemporâneo, essa memória é rotineiramente disputada. As investigações promovidas pela CNV causaram profundo desconforto nos setores tradicionais da elite, nas bancadas corporativas e religiosas do Congresso Nacional.

Após o golpe parlamentar, que levou ao *impeachment* em 31 de agosto de 2016 da presidenta Dilma Rousseff, Michel Temer governou o país no período: 2016-2018. No governo Temer, ocorreram retrocessos, tais como a extinção do Ministério da Cultura e da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), como também ataques aos Direitos Trabalhistas com a proposta de Reforma da Previdência.

Em 13 de julho de 2017, foi sancionada a Lei n. 13.467/2017, conhecida como a Reforma Trabalhista. A nova legislação alterou profundamente a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), instituindo o parcelamento de férias, a flexibilização extrema das jornadas de trabalho, a prevalência do acordado sobre o legislado e a ampliação da terceirização irrestrita, o que impulsionou o fenômeno da precarização e da "uberização" da força de trabalho no país.

Essa guinada liberal alinha-se ao cenário internacional pós-1989. Com a Queda do Muro de Berlim e o esfacelamento do bloco socialista liderado pela União Soviética (URSS), consolidou-se no Ocidente a narrativa do triunfo absoluto do capitalismo globalizado (Hobsbawm, 1995; Silva, 2022).

Nesse contexto, as diretrizes emanadas pelo Consenso de Washington preconizaram o Estado mínimo, a desregulamentação financeira e a abertura comercial irrestrita - pilares do modelo neoliberal. Os países da América Latina, incluindo o Brasil, internalizaram essa agenda econômica. É sob essa lente neoliberal que se devem analisar as reformas estruturais implementadas pela gestão Temer. As perdas de garantias históricas geraram indignação na classe trabalhadora, cujos protestos ecoaram inclusive nas manifestações culturais.

No carnaval carioca de 2018, a escola de samba Paraíso do Tuiuti sintetizou essa insatisfação popular com o célebre enredo "*Meu Deus, Meu Deus, está extinta a escravidão?!'*", utilizando a plasticidade e a crítica da arte carnavalesca para denunciar as persistentes assimetrias sociais, raciais e laborais no Brasil contemporâneo e tecendo críticas ao governo Temer.

Fotografia 4: Desfile Escola de Samba Paraíso do Tuiuti e crítica ao governo Temer – Carnaval 2018



Fonte: Desfile da escola de samba Paraíso do Tuiuti, RJ (2018).
Disponível em: https://youtu.be/wlhx762Sbh0?si=-4VhOkP_fDrnLJUj

Fotografia 5: Desfile Escola de Samba Paraíso do Tuiuti e crítica ao governo Temer - Carnaval 2018



Fonte: Desfile da escola de samba Paraíso do Tuiuti, RJ (2018).
Disponível em: https://youtu.be/wlhx762Sbh0?si=-4VhOkP_fDrnLJUj

No governo Temer, as reformas trabalhistas impactaram na vida de trabalhadores(as) brasileiros(as), principalmente os que estavam e estão em situação de vulnerabilidade e a população negra que desde o pós-abolição travam uma luta por garantia de direitos, cidadania e por trabalho digno.

As medidas neoliberais adotadas pelo ex-presidente Temer alcançaram também o sistema educacional brasileiro. Durante seu governo foi sancionada a Lei n.13.415/2017, conhecida como “Lei do Novo Ensino Médio” (Brasil, 2017).

Assim como a Reforma Trabalhista indignou os(as) trabalhadores(as) e foi o motivo para a eclosão de manifestações pelo país, o mesmo ocorreu quando a Lei do Novo Ensino Médio foi promulgada. Professores (as) e estudantes foram às ruas manifestar o descontentamento com a reforma do Ensino Médio.

Segundo Nilma Lino Gomes (2024) a reforma do Ensino Médio recebeu várias críticas. Uma dessas críticas está relacionada ao esvaziamento da modalidade de ensino quando os conteúdos são agrupados em áreas. Não houve uma melhoria no ensino, visto que os(as) alunos(as) da escola pública ficariam em desvantagem com relação aos(as) estudantes oriundos de instituições educacionais particulares.

A legislação alterou a Lei e Diretrizes Bases da Educação Nacional Lei. n. 9634/1996 nas áreas do Ensino Fundamental, no Ensino Médio e no trabalho dos professores.

No Ensino Fundamental as mudanças provocadas foram de oferta obrigatória a partir do sexto ano da Língua Inglesa torna-se obrigatória para essa modalidade de ensino assim como no Ensino Médio. Outras línguas poderiam ser ofertadas de acordo com a lei, porém de forma facultativa. No Ensino Fundamental a carga horária foi alterada para 800 horas (Brasil, 2017).

Com relação ao Ensino Médio, ocorreram modificações que levaram ao aumento da carga horária de 800 até 1400 horas. Houve o aumento do número de disciplinas curriculares que os(as) estudantes deveriam cumprir, totalizando 21 disciplinas (Brasil, 2017).

A Reforma do Ensino Médio, a distribuição dos conteúdos o aumento das disciplinas curriculares na grade curricular ocasionou um ensino superficial, com pouco espaço para a problematização dos conteúdos de estudo das áreas de Ciências Humanas e Sociais aplicadas.

É interessante expor que o currículo e a dinâmica escolar são modificados a partir do momento que há descolonização dos currículos, a inserção dos debates étnico-raciais e a visibilidade de grupos sociais historicamente subalternizados, valorizando-se a diversidade do povo brasileiro (Gomes, 2024).

Para Gomes (2024), quando o governo opta pela inclusão da língua inglesa como obrigatória para os estudantes do Ensino Médio, isso acarreta a continuidade de um ensino pautado na valorização dos conhecimentos eurocêntricos. Como o Brasil faz parte da América Latina e do MERCOSUL, é relevante que nossos estudantes também conheçam o Espanhol.

Com a reforma que levou ao Novo Ensino Médio, organizou-se o currículo a partir de áreas de conhecimento da Base Nacional Comum Curricular (BNCC):

- Linguagens e suas tecnologias;

- Matemática e suas tecnologias;
- Ciências da natureza e suas tecnologias;
- Ciências Humanas e Sociais Aplicadas;
- Formação técnico e profissional.

No campo do trabalho docente, a Lei n.13.415/2017 que institui o Novo Ensino Médio alterou o artigo 61 da LDBEN - Lei n. 9.396/1994, os profissionais com notório saber de áreas afins das disciplinas que compõem o currículo escolar, poderão atuar nas escolas públicas ou privadas, assim como os profissionais graduados que tenham feito complementação pedagógica.

A escolha por profissionais com notório saber e graduados com complementação pedagógica provoca no sistema educacional a desvalorização dos professores e dos cursos de licenciatura. Tal medida gera o esvaziamento do saber docente e cria fragilidades no ensino, pois muitas vezes esses profissionais não possuem o entendimento da dinâmica da instituição escolar e do funcionamento do ensino,. Quanto à complementação pedagógica, essas ocorrem de modo rápido sem ter um aprofundamento sobre as discussões educacionais, as relações interpessoais na escola e a compreensão da realidade dos(as) estudantes.

Em paralelo ao Novo Ensino Médio, ainda no governo Temer, em 2018, foi sancionada a Base Nacional Comum Curricular conhecida como BNCC, conforme definição do Ministério da Educação sobre a base:

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica (Brasil, 2018, s./p.)

Em sua construção, foram distribuídos em áreas, sendo as seguintes: *Linguagens e suas tecnologias; Matemática e suas tecnologias; Ciências da natureza e suas tecnologias; Ciências Humanas e Sociais Aplicadas; Formação técnico e profissional.*

A BNCC, em conjunto com a lei do Novo Ensino Médio, prevê os conteúdos comuns que os(as) estudantes devem aprender ao longo de sua trajetória escolar. As disciplinas de Português e Matemática continuam sendo obrigatórias ao longo dos três anos do Ensino Médio (Gomes, 2024) e os itinerários formativos serão cursados

conforme à escolha dos(as) estudantes.

Na área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, os(as) estudantes devem ter o contato com as seguintes competências específicas que são: *Tempo e Espaço; Territórios e Fronteiras; Indivíduo, Natureza e Sociedade; Cultura e Ética e Política e Trabalho*, cada qual possui um conjunto de habilidades que precisam ser alcançadas.

As medidas adotadas pelo governo Temer na área educacional demonstram fragilidades. Para a área de Ciências Humanas, ocorreu um prejuízo com a carga horária, ou seja, menos aulas implicam em menos espaços a formação do pensamento crítico e reflexivo dos(as) estudantes.

A obrigatoriedade da Língua Portuguesa e Matemática no currículo e a inserção do ensino profissional demonstram a formação de um ensino tecnicista voltado para os interesses do mundo do trabalho.

Na BNCC, na área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, o objetivo é que os (as) estudantes tenham capacidade de “identificar, selecionar, organizar, comparar e analisar” (Brasil, 2018, 561).

A ênfase em uma formação tecnicista visando à formação para o mundo do trabalho em detrimento do desenvolvimento do pensamento crítico e reflexivo. Isso compromete a formação humana, a educação para a diversidade e relações étnico-raciais nas escolas.

Os retrocessos não se restringiram ao governo do ex-presidente Michel Temer. Em 2018, Jair Messias Bolsonaro e Hamilton Mourão ganharam as Eleições presidenciais, tornando-se respectivamente presidente e vice-presidente da República.

No governo do ex-presidente Jair Messias Bolsonaro (2019-2022), em 2019, ocorreu a aprovação da Reforma da Previdência, apesar das pressões de sindicalistas contrários às mudanças propostas nas legislações trabalhista e previdenciária, que interferiram no tempo de contribuição e idade para aposentadoria.

Ainda no governo Bolsonaro, no Congresso, ocorreram discussões sobre o Projeto de Lei (PL) referente ao Marco Temporal. Os povos originários foram e são contra ao Marco Temporal, visto que este violava e viola o entendimento dos povos indígenas sobre a demarcação das terras indígenas.

O Marco temporal é uma tese jurídica que afirma que os povos originários possuem o direito a demarcação de terras caso estivessem ocupadas ou disputadas em 05 de outubro de 1988, quando a Constituição Federal foi promulgada. Conforme

essa tese as terras ocupadas antes dessa data devem ficar sob responsabilidade do Estado e/ou particulares, pois não são consideradas terras indígenas (ABIP, 2024).

Segundo a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil - APIB (2024), essa tese jurídica era e é defendida majoritariamente por setores ligados ao agronegócio e ao ruralismo. A APIB e diversas organizações de Direitos Humanos criticavam e criticam o Marco Temporal por negar o direito originário das comunidades e desconsiderar a presença e a contribuição histórica dessas populações nesse território, antes da invasão europeia iniciada a partir do século XV

Ao considerar a História Política, no Brasil contemporâneo, é relevante expor que na última década, principalmente entre os anos de 2016 e 2023, intensificou-se a polarização política, com a difusão de discursos antipetista e anticomunista, e consequentemente as disputas de memória acerca do período da Ditadura Militar brasileira. Grupos de orientação conservadora organizaram atos de caráter antidemocráticos nas ruas e em frente aos quartéis das Forças Armadas, clamando pela intervenção militar e pelo fechamento de instituições republicanas, como o Congresso Nacional (CN), o Supremo Tribunal Federal (STF), entre outras. Essas manifestações foram impulsionadas por redes de desinformação (*fake news*), motociatas e discursos proferidos pelo próprio ex-presidente Bolsonaro (Motta, 2021; Silva; Priori, 2025).

Após o resultado das eleições de 2022, que elegeram Luiz Inácio Lula da Silva, e sua posse em janeiro de 2023, o país testemunhou uma grave escalada golpista. Em 8 de janeiro de 2023, a capital federal foi invadida por milhares de manifestantes inconformados com o resultado das urnas. O grupo vandalizou e depredou as sedes dos Três Poderes da República, o Palácio do Planalto, o Congresso Nacional (CN) e o Supremo Tribunal Federal (STF), em uma tentativa explícita e violenta de promover uma intervenção militar (Silva, Priori, 2025).

Como historiadora e pesquisadora da área, o sentimento ao acompanhar as notícias do dia 08 de janeiro de 2023 foi de profunda tristeza perante os ataques desferidos contra as instâncias democráticas e o patrimônio público. A análise iniciada naquela ocasião consolidou-se ao longo dos meus estudos no Mestrado em Educação (PPGE/UNIFAL-MG). Eu compreendo que a análise da história dos povos subalternizados, das opressões estruturais sofridas no processo de construção Brasil e de formação étnico-racial de nosso povo, e as lutas travadas pelos movimentos sociais em defesa do Estado Democrático de Direito, deve ser rigorosamente inserida

e debatida no ambiente escolar. Os discursos negacionistas e a desinformação precisam ser combatidos por meio do fortalecimento do conhecimento histórico científico, e do compromisso político com a defesa da democracia, do Estado Democrático de Direito e dos Direitos Humanos. .

De acordo com os historiadores da História Política, Angelo Priori e Leandro Brunelo (2018), a cultura política expressa o conjunto de crenças, valores, ideias e sentimentos que influenciam as ações dos atores políticos em uma determinada sociedade. A memória, nesse sentido, opera como um dos principais dispositivos de sustentação da cultura política.

Pode-se compreender, que a cultura política antipetista e anticomunista difundida institucionalmente pelo governo Bolsonaro instigou grupos conservadores a ocuparem o espaço público, reivindicando a volta da Ditadura Militar, e culminando nos atos antidemocráticos e golpistas de 8 de janeiro de 2023. Essa engrenagem discursiva pode ser observada em diversos momentos do governo anterior, como na expedição de uma Ordem do Dia oficial que determinava a comemoração do 31 de março de 1964, classificando o golpe de Estado como uma "revolução" e prestando homenagens a torturadores como o Coronel Ustra (Silva; Priori, 2025).

Essa Ordem do Dia configurou uma política deliberada de fixação de uma memória "positiva" e falsa da Ditadura Militar, ancorada em um discurso negacionista sobre as graves violações de Direitos Humanos, cometidas durante os 21 anos de regime. O discurso oficial buscou apagar a violência de Estado praticada sob a chefia de generais-militares presidentes como Castelo Branco, Costa e Silva, Emílio Garrastazu Médici, Ernesto Geisel e João Figueiredo. Para as forças bolsonaristas, o 31 de março foi concebido como um movimento legítimo que depôs o governo de João Goulart e impediu a expansão do comunismo na América Latina, visto que já havia ocorrido a Revolução Cubana (1959).

Entende-se que a celebração do 31 de março de 1964 como uma "Revolução" no Brasil contemporâneo, constitui uma tentativa de apagar/negar as atrocidades, ou seja, a violação de Direitos Humanos ocorridas durante Ditadura Militar. Por meio de decretos e Ordens do Dia, buscou-se esvaziar o conhecimento acadêmico produzido pela historiografia científica, tentando "influenciar/alterar" a memória nacional e coletiva mediante a celebração de "datas cívicas".

O controle e as disputas em torno da memória coletiva também foram atravessados pelo viés racial durante o governo Bolsonaro, evidenciados na

nomeação de Sérgio Camargo para a presidência da Fundação Cultural Palmares (FCP). Ao longo de sua gestão, Camargo proferiu declarações de cunho racista, negando a existência do racismo estrutural no Brasil. Ele ainda ressaltou que a data 20 de novembro - Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra devia ser excluída do calendário de datas oficiais, com a justificativa de que o feriado causaria prejuízos econômicos ao país (Silva, 2023).

Os ativistas do Movimento Negro opuseram-se firmemente aos discursos negacionistas de Camargo, que deslegitimavam a agenda antirracista e atacavam lideranças históricas da população negra. Manifestações nacionais e internacionais exigiram a destituição do presidente da FCP.

Os protestos articulados pelos movimentos sociais denunciaram as diretrizes negacionistas e a política do governo Bolsonaro, ou seja, a política de memória autoritária e de apologia à Ditadura Militar, o negacionismo da existência do racismo no Brasil, e da Ciência e a negligência sanitária verificada durante a pandemia de COVID-19,

Por isso, no contexto internacional, os(as) ativistas dos movimentos sociais como do movimento negro educador, notadamente os da Coalizão Negra por Direitos denunciaram os desmandos políticos do governo Bolsonaro, e buscaram apoio da Organização das Nações Unidas (ONU).

As memórias servem como ferramentas políticas para que grupos sociais historicamente marginalizados lutem por sua existência e pela correta compreensão do passado. As ações empreendidas pelo Movimento Negro e por outras organizações de Direitos humanos garantem que as atrocidades históricas sejam resgatadas, analisadas e criticadas sob o crivo científico e acadêmico, no âmbito da pesquisa e do ensino de História na sala de aula. .

Dessa forma, ressalta-se que o governo Bolsonaro promoveu reiterados ataques à Democracia e às pautas dos movimentos negro, indígena e feminista. Sua gestão caracterizou-se pela difusão de discursos negacionistas sobre a violação de Direitos Humanos na Ditadura Militar, pela negação do racismo, pela minimização dos impactos da pandemia de COVID-19, classificada pejorativamente como uma “gripezinha”, e pela desvalorização sistemática da Ciência e do ofício dos(as) historiadores(as).

Nas eleições de 2022, a chapa composta por Luiz Inácio Lula da Silva e Geraldo Alckmin foi eleita de forma democrática. Inconformada com o resultado, uma parcela

da população brasileira, instigada por retóricas golpistas, invadiu as sedes dos Três Poderes em 8 de janeiro de 2023, em Brasília (DF), em uma tentativa de reverter a ordem constitucional e restituir Bolsonaro ao poder mediante intervenção militar.

Por meio dos canais de comunicação, foi possível testemunhar a depredação de edifícios tombados, a invasão do Congresso Nacional e da Esplanada dos Ministérios. Nas redes sociais e páginas de notícias, acompanhou-se também a manutenção de acampamentos em frente a quartéis do Exército, onde manifestantes clamavam pela ruptura democrática. Esses atos demonstraram como a cultura política autoritária cultivada nos anos anteriores produziu efeitos práticos extremistas. O episódio reforçou a necessidade imperiosa de se difundir o estudo crítico sobre o regime militar em toda a sociedade brasileira, fortalecendo as instituições democráticas.

Os(as) manifestantes golpistas foram processados e condenados criminalmente pelas instâncias judiciais do Estado brasileiro. Segundo dados consolidados pela Agência Brasil, 1.399 pessoas já foram responsabilizadas, das quais 179 encontram-se presas, enquanto outras cumprem medidas cautelares domiciliares ou aguardam o julgamento de recursos pendentes. A responsabilização jurídica desses indivíduos evidencia o compromisso das instituições na preservação do regime democrático e na construção de barreiras contra o golpismo (Nascimento, 2026).

No ano de 2025, o ex-presidente Jair Messias Bolsonaro foi condenado judicialmente por sua liderança e envolvimento central na trama golpista que visava abolir de forma violenta o Estado Democrático de Direito. Previamente, em julho de 2023, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) já o havia declarado inelegível por um período de oito anos. Em 2025, Bolsonaro e mais seis aliados foram condenados a cumprir penas de reclusão pelos crimes de: organização criminosa armada; tentativa de abolição violenta do Estado Democrático de Direito; golpe de Estado; dano qualificado pela violência e grave ameaça; e deterioração de patrimônio tombado. Em 22 de novembro de 2025, após a descoberta de um plano de fuga de sua prisão domiciliar, o ex-presidente foi detido e transferido para uma penitenciária física de segurança máxima federal (Richter, 2025).

A criminalização dos atos, o julgamento de oficiais militares envolvidos e a prisão de lideranças políticas sinalizam uma alteração significativa na memória coletiva nacional, fixando o entendimento de que atentados contra a Constituição são

crimes imprescritíveis e que devem prevalecer os Direitos Humanos e o Estado Democrático de Direito.

Durante os governos Temer e Bolsonaro, constatou-se a presença majoritária de homens brancos na composição dos ministérios e nos altos cargos da administração pública, reforçando estruturas conservadoras. Embora a gestão Bolsonaro contasse com a ex-ministra Damares Alves na liderança do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, sua atuação foi marcada por discursos patriarcais, machistas e conservadores, sintetizados na declaração: “meninas usam rosa e meninos usam azul” (ALVES *apud* G1, 2019), o que ratificava os papéis sociais de gênero estabelecidos pelo patriarcado.

O terceiro governo do presidente Lula, iniciado em 2023, representou uma mudança nas políticas de memória e representatividade. Estabeleceu-se o consenso institucional de que a data 31 de março de 1964 constituiu um golpe de Estado, distanciando-se do revisionismo negacionista. Houve a recriação do Ministério da Cultura (MinC), sob a gestão da ministra Margareth Menezes, mulher negra soteropolitana. Criou-se o Ministério da Igualdade Racial (MIR), liderado pela ministra Anielle Franco (professora, pesquisadora e irmã da ex-vereadora assassinada Marielle Franco), e também o Ministério dos Povos Indígenas, chefiado por Sônia Guajajara. A Fundação Nacional do Índio (FUNAI) foi renomeada para Fundação Nacional dos Povos Indígenas, com a coordenação de Joênia Wapichana, primeira mulher indígena a exercer o cargo de deputada federal no país (2019-2022). Nesses ministérios e na FUNAI, constata-se a presença de mulheres negras, afro-diaspóricas e indígenas, da diversidade étnico-racial em espaços de poder e decisão na política institucional, acenando para a possibilidade de “avanços” nas políticas públicas de ações afirmativas, de reparação histórica e bem viver.

Segundo Lélia Gonzalez (1981), desde os primórdios do período colonial, as mulheres negras desempenharam um papel civilizatório fulcral na formação do país, legando contribuições que vão desde a estruturação linguística do português falado no Brasil - o “pretuguês” - até as formas históricas de resistência em redes de solidariedade e na formulação do pensamento social e acadêmico brasileiro.

Gonzalez (2020) destacou que o papel da mulher negra na formação socio-histórica nacional deve ser interpretado a partir da intersecção das categorias de raça, gênero e classe. Em decorrência do processo de colonização e escravização, a identidade da mulher negra foi submetida a três estereótipos persistentes na

sociedade: a “mãe preta”, associada à submissão e à servidão irrestrita às elites; a “doméstica”, vista como herança colonial direta das mucamas da Casa-Grande, fadada à base da pirâmide laboral; e a “mulata – produto exportação”, fruto de uma mestiçagem hipersexualizada, tratada como “objeto” de prazer para os homens brancos detentores do poder. Devido ao racismo, ao sexismo e ao eurocentrismo, essas mulheres foram historicamente subjugadas, aprisionando-as em narrativas que inviabilizavam sua contribuição intelectual e política.

Na figura de Margareth Menezes, observa-se o rompimento desses estigmas. Sua presença simboliza a ocupação, por parte das mulheres negras, de espaços de poder que extrapolam o ambiente doméstico e a mercantilização de seus corpos. Como ministra de Estado, ela atua ativamente nas deliberações governamentais. Ao assumirem o protagonismo de suas histórias e subverterem a ordem marcada pelo racismo e machismo, essas mulheres conferem novos sentidos às narrativas e ao fazer político, materializando o conceito de “escrevivência” pontuado por Conceição Evaristo.

A nomeação de Margareth Menezes também opera no sentido de combater a xenofobia direcionada à população nordestina. A ministra é oriunda de Salvador (BA), município com elevado índice de população negra. Sua liderança busca desconstruir estereótipos regionalistas, raciais e machistas, demonstrando a capacidade intelectual e a relevância das lideranças negras nordestinas na condução das políticas públicas do país (Brasil, 2023).

No desenho ministerial, o Ministério dos Povos Indígenas foi confiado a Sônia Guajajara, pertencente à etnia Guajajara/Tentenhar. Graduada em Letras e pós-graduada em Educação Especial, Sônia possui uma trajetória consolidada em organizações de defesa dos direitos indígenas e das causas socioambientais (Brasil, 2023). A criação desse ministério materializa a repercussão das lutas históricas do movimento social dos povos indígenas, garantindo uma pasta institucional para a defesa de seus interesses, territórios e culturas. Mas, embora a criação desse ministério, ainda é preciso avanço na agenda de reivindicações dos povos originários, como a demarcação de suas terras (questiona-se o Marco Temporal), o respeito à mãe terra e a sua gente frente à exploração capitalista.

O Ministério da Igualdade Racial (MIR) foi restabelecido para recompor as políticas públicas de outrora coordenadas pela SEPPIR, extinta no governo Temer. A pasta foi chefiada por Anielle Franco, mulher negra, jornalista, graduada em Inglês e

Literaturas pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e pela Universidade Estadual da Carolina do Norte, mestra em Relações Étnico-Raciais pelo Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFET/RJ) e Doutora em Linguística Aplicada pela UFRJ (Franco, 2022).

A FUNAI, por sua vez, passou a ser presidida por Joênia Wapichana, bacharel em Direito pela Universidade Federal do Paraná (UFPR) e primeira mulher indígena a concluir um mestrado na Universidade do Arizona (EUA). Wapichana possui histórico de atuação na defesa jurídica dos direitos territoriais indígenas, com destaque para o caso da reserva Raposa Serra do Sol (Brasil, 2023).

No âmbito do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, o advogado Sílvio Almeida foi inicialmente escolhido para chefiar a pasta. Contudo, em setembro de 2024, após denúncias formalizadas por meio da organização não governamental *Me Too*, em que diversas mulheres o acusaram de assédio sexual incluindo a ministra Anielle Franco, Almeida foi exonerado do cargo. Para substituí-lo, o Executivo federal nomeou a deputada estadual por Minas Gerais Macaé Evaristo (Moreno, 2024).

A escolha de lideranças femininas, negras e indígenas para assumirem ministérios estratégicos demonstra a valorização de mulheres e da diversidade étnico-racial. Com isso, evidencia-se uma modificação na política vigente, o fortalecimento de políticas públicas de ações afirmativas que promovam a equidade de gênero e raça, sinalizando o compromisso do Estado com a construção de uma sociedade plural, que reconheça suas heranças étnico-raciais e garanta direitos fundamentais a todos(as) os(as) cidadãos(ãs). Porém, nós mulheres negras em movimento queremos mais, por exemplo: a indicação de uma mulher negra para o STF. Por isso os movimentos sociais seguem na luta antirracista, feminista e em Direitos Humanos.

2.2 Metodologia

Para a compreensão deste trabalho, é relevante o conhecimento acerca do município de Alfenas, cidade na qual resido e onde se localiza a instituição de ensino que utilizou e utiliza a *Coleção Identidade e Ação* (PNLD 2020), da área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. Esta coleção é constituída pelos livros didáticos analisados que configuram as fontes desta pesquisa.

Alfenas localiza-se no sul de Minas Gerais, em uma região historicamente marcada pelas atividades da agropecuária. Em 1832, foi criado o distrito de Vila Formosa de Alfenas, elevado à condição de cidade no ano de 1869. Posteriormente,

em 1891, anexou-se ao município o distrito de Barranco Alto, que atualmente constitui um bairro da zona rural da cidade. A partir desse período, o núcleo urbano expandiu-se e, hoje, segundo dados consolidados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e da prefeitura municipal, a cidade conta com 79.222 habitantes (Vitiello, Santos Jr., 2021, p. 30).

Na rede regional, a cidade consolida-se como um polo de saúde, visto que sedia três hospitais: a Santa Casa de Misericórdia de Alfenas, que realiza atendimentos laboratoriais, clínicos e de oncologia; o Hospital Universitário Alzira Vellano (HUAV); e o Hospital Imesa. Esse complexo assistencial, composto por hospitais e clínicas universitárias, atende à demanda de aproximadamente cinco ou mais municípios vizinhos (Vitiello, Santos Jr., 2021).

Alfenas também é reconhecida nos âmbitos estadual e federal como uma “cidade universitária”, em virtude das duas grandes instituições de ensino superior sediadas no município: a Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG) e a Universidade José do Rosário Vellano (UNIFENAS), que atraem estudantes de diversas regiões de Minas Gerais e de outros estados do país (Vitiello, Santos Jr., 2021).

Segundo dados estatísticos da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais, o município conta com 11 escolas estaduais sob a circunscrição da Superintendência Regional de Ensino (SRE) de Varginha. Desse universo de instituições da rede estadual, selecionou-se para a análise dos livros didáticos uma escola situada na periferia de Alfenas, aqui denominada pelo nome fictício de “Escola Estadual André Rebouças”.

André Pinto Rebouças foi um engenheiro e abolicionista negro, nascido em 13 de junho na cidade de Cachoeira (BA). Seu pai era advogado e sua mãe, filha de um comerciante local. A família Rebouças gozava de grande influência no meio político baiano. André estudou no Rio de Janeiro, onde se formou em Engenharia, e, após concluir seus estudos, recebeu uma bolsa para especializar-se na Europa. Ao retornar ao Brasil, gerenciou obras de infraestrutura fundamentais para o período imperial, entre as quais se destacam a construção das Docas Dom Pedro, no Rio de Janeiro, e o gerenciamento do sistema de abastecimento de águas da capital imperial (Silva, 2023).

Mesmo sendo oriundo de uma família abastada e com trânsito político, André Rebouças não ficou imune ao racismo estrutural da época. Ciente das barreiras raciais

que o afetavam e que estruturavam a sociedade colonial e imperial, engajou-se firmemente na defesa da Abolição da Escravatura. Ele atuou no financiamento de alforrias, na redação de panfletos manifestos e projetos de lei, além de participar ativamente da Sociedade Brasileira contra a Escravidão e da Confederação Abolicionista. Rebouças era também um defensor da monarquia e propunha a realização de uma Reforma Agrária concomitante à abolição, visando garantir a subsistência e a cidadania do povo negro (Silva, 2023). Faleceu em 1898, na Ilha da Madeira, em Portugal, local escolhido para seu exílio voluntário após a Proclamação da República no Brasil (Silva, 2023).

Eu conheci a biografia de André Rebouças por meio do projeto de extensão *“Consciência Negra o Ano Todo: de janeiro a janeiro”*, desenvolvido sob a coordenação da minha orientadora, a professora Ana Lúcia da Silva. O projeto é desenvolvido na UNIFAL-MG, campus de Alfenas, no auditório R101, atendendo todas as turmas (manhã e tarde) de uma escola estadual de Alfenas, tendo como público-alvo estudantes, professores e professoras do Ensino Fundamental II (6º aos 9º anos) da Educação Básica. Durante o ano, a cada mês, apresenta-se a biografia de uma personalidade negra, com contação de histórias, imagens e/ou fotografias, músicas, apresentação de audiovisual e atividades lúdica, por exemplo: o bingo antirracista.

Além disso, eu também iniciei minha trajetória no projeto de extensão como estagiária, integrando as atividades de estágio-docência do Mestrado em Educação (PPGE/UNIFAL-MG). Após a conclusão do estágio obrigatório, permaneci na ação como voluntária, compreendendo que, para a minha formação como mulher negra, é imprescindível o contato com essas trajetórias de vidas negras históricas. Na oficina sobre a biografia de André Rebouças, o aspecto que mais me mobilizou foi sua persistência nos estudos acadêmicos em um período histórico marcado por profundas interdições raciais.

Quando tive a oportunidade de aprofundar o conhecimento sobre sua história durante uma viagem de estudos ao Rio de Janeiro, organizada pela professora Ana Lúcia, percebi que André Rebouças não pleiteava uma liberdade restrita a si, mas sim um projeto de emancipação real para toda a população negra (Silva, 2023). O projeto pode ser acompanhado em sua rede social oficial, *Instagram: @consciencianegraoanotodo*.

O nome atribuído à instituição neste trabalho é fictício, visando preservar a

identidade da escola, dos profissionais da Educação e de toda a comunidade escolar. A escolha por este estabelecimento de ensino justifica-se pelo fato de eu ter sido sua estudante em dois períodos distintos de minha vida escolar:

- **2001 - 2004:** Ensino Fundamental I;
- **2009 - 2011:** Ensino Médio.

Posteriormente, eu ingressei no curso de graduação em História (Licenciatura), cursando-o entre os anos de 2012 e 2020. Ao realizar as disciplinas de Didática e de Estágio Supervisionado I, II, III e IV, tive a oportunidade de retornar à Escola Estadual André Rebouças, dessa vez na condição de docente em formação. Por essa razão, esta pesquisa selecionou os livros didáticos adotados no Novo Ensino Médio dessa específica instituição.

O Novo Ensino Médio (NEM), instituído inicialmente por meio da Medida Provisória n. 746/2016 e posteriormente convertido na Lei n. 13.415/2017, alterou profundamente a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) - Lei n. 9.394/1996). A implementação dessa reforma educacional ocorreu em um período no qual a conjuntura política e a cultura política do país passavam por intensas transformações.

Após o encerramento da Ditadura Militar (1964-1985), o Brasil vivenciou um longo processo de redemocratização. Contudo, após sucessivos mandatos democráticos, a ascensão do governo Bolsonaro impulsionou discursos institucionais e políticas de memória que faziam apologia ao regime militar, flertando com o autoritarismo.

Lilia Schwarcz e Heloisa Starling (2018) salientam que, no esteio da redemocratização, o país havia adotado políticas públicas e ações afirmativas essenciais para garantir a inclusão e a ascensão de grupos historicamente subalternizados na sociedade brasileira:

[...] as políticas públicas adotadas pelos governantes passaram pelo crivo eleitoral, inclusive as que levaram à redução da desigualdade e da pobreza; o catálogo de direitos, sobretudo civis, foi consideravelmente ampliado; a Democracia gerou efeitos importantes para a definição de uma política econômica que permitiu ao país estancar a hiperinflação, reorganizar as finanças públicas e garantir a estabilidade da moeda (Schwarcz; Starling, 2018, p. 510).

Entre os anos de 2013 e 2015, uma forte instabilidade política passou a rondar o cenário nacional; nas palavras das autoras, “aquilo que parecia tranquilo, hoje se convulsiona” (Schwarcz; Starling, 2018, p. 509). Naquele contexto, Dilma Rousseff

estava na Presidência da República, tendo sido reeleita no pleito de 2014. A instituição da Comissão Nacional da Verdade (CNV) gerou forte desconfiança e reação por parte de setores conservadores e antipetistas. O fato de o Estado investigar oficialmente as graves violações de Direitos Humanos cometidas durante a Ditadura Militar incomodava essa parcela da sociedade.

Ao mesmo tempo, reflexos de crises econômicas internacionais afetaram as decisões financeiras do país, somando-se à superexposição de escândalos de corrupção, como os investigados na Petrobras, o que alimentou o descontentamento popular. Diante disso, sucessivas manifestações de rua tomaram o país. Embora tivessem iniciado em 2013 com pautas voltadas à redução das tarifas de transporte público e à valorização dos profissionais da Educação, esses atos logo incorporaram demandas de teor marcadamente conservador e punitivista. O discurso anticorrupção e, em alguns setores, pedidos de intervenção militar passaram a figurar nas pautas das manifestações.

Para Rodrigo Patto Sá Motta (2015), a instrumentalização do discurso anticorrupção constitui um traço permanente da tradição política brasileira, sendo historicamente acionado para desestabilizar governos de orientação progressista ou reformista. Esses discursos eram inflamados nas redes sociais por grupos que se autodenominavam independentes. A internet operou como ferramenta de mobilização. Nesse cenário, emergiram organizações como o Movimento Brasil Livre (MBL) e produtoras de conteúdo como o Brasil Paralelo, responsáveis pela difusão de narrativas revisionistas e por uma intensa propaganda de oposição ao governo de Dilma Rousseff. Tais discursos combatiam a cultura política democrática e reativavam práticas autoritárias que permaneciam latentes na sociedade.

Os valores do autoritarismo, do conservadorismo e a oposição às políticas públicas de inclusão social e de ações afirmativas adotadas pelas gestões petistas deram o tom ideológico das manifestações. A articulação entre a insatisfação popular, a crise econômica e o isolamento político da presidenta diante de um Congresso Nacional majoritariamente hostil culminou na abertura do processo de *impeachment* de Dilma Rousseff, destituída do cargo em 31 de agosto de 2016.

Após o impedimento, o vice-presidente Michel Temer assumiu a chefia do Executivo (2016-2018), dando início a uma agenda de reformas estruturais de viés neoliberal. Na sequência, Jair Messias Bolsonaro foi eleito para o mandato presidencial seguinte (2019-2022).

É sabido que a maioria dos filhos e filhas da classe trabalhadora frequenta a escola pública na Educação Básica. De acordo com os dados do IBGE, 56% da população brasileira é constituída por sujeitos negros (pretos e pardos), sendo este o perfil majoritário dos estudantes que dependem da rede pública de ensino. Dados levantados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) indicavam que, em 2023, o país contabilizava 6.690.396 estudantes matriculados no Ensino Médio, distribuídos por 21.016 escolas públicas, justamente no período de consolidação do Novo Ensino Médio (INEP, 2023).

Nesse sentido, observa-se que as reformas educacionais guardam profunda relação com os projetos econômicos de governo. Ao privilegiar uma formação marcadamente tecnicista por meio da imposição de itinerários formativos — reduzindo ou fragmentando a carga horária de disciplinas voltadas à formação e o desenvolvimento do pensamento crítico, como a História e a Sociologia, valorizando-se mais a Língua Portuguesa e a Matemática, assim o Novo Ensino Médio foi delineando um projeto de sociedade. Trata-se de alinhar a Educação aos moldes da globalização e de uma economia neoliberal, reservando à escola pública o papel de “formar” a força de trabalho barata, mantendo os grupos sociais subalternizados fixados em suas bases, com escassas chances de mobilidade socioeconômica.

A introdução do dispositivo do “notório saber” para a contratação de docentes atua diretamente na desvalorização do magistério e das licenciaturas. Em vez de se investir em planos de carreira e na formação continuada dos profissionais da Educação, abre-se a prerrogativa para a contratação de indivíduos sem a formação pedagógica ou conhecimento sobre as dinâmicas cotidianas do ambiente escolar e dos processos de ensino-aprendizagem. Essa medida transmite a falsa premissa de que o ato de ensinar e mediar conhecimentos dispensa a qualificação científica e teórica.

Em consonância com esse projeto de flexibilização do Ensino Médio, foi homologada a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), tornando-se mandatória para a estruturação dos currículos da Educação Básica. Sua última versão não contou com a consulta pública e democrática junto à comunidade acadêmica e escolar, assumindo também um caráter instrumental e tecnicista.

Em resposta a essas reformas, professores(as) e estudantes articularam movimentos de resistência. A União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES) organizou, no ano de 2023, o *Ato Nacional Contra o Novo Ensino Médio*, reunindo

milhares de jovens em diversas capitais e cidades pelo do país. A principal reivindicação dos manifestantes era a revogação integral do NEM (UBES, 2023).

Esses atos de resistência evidenciaram a pluralidade do corpo discente brasileiro, contando com a participação ativa de estudantes indígenas e quilombolas que denunciavam a invisibilização de suas histórias e práticas culturais nos currículos propostos pela reforma. Tal exclusão denota a persistência do racismo estrutural na burocracia educacional e a violação direta da Lei n. 11.645/2008, que estabelece a obrigatoriedade do ensino de História e cultura africana, afro-brasileira e indígena nos estabelecimentos de Educação Básica.

Os(as) estudantes reivindicavam uma Educação de caráter democrático, inclusivo e participativo, ressaltando a centralidade da cultura e da Arte para o desenvolvimento humano integral. Eles e elas pleiteavam, outrossim, o direito de participação efetiva nas tomadas de decisão referentes à legislação educacional, exigindo que o debate fosse aberto à sociedade, em especial aos profissionais da Educação e aos(as) estudantes. Embora o país vivesse sob a vigência do Estado de Direito, as decisões que culminaram na reforma do Ensino Médio durante o governo Temer deram-se de forma verticalizada, sem estabelecer canais reais de diálogo com os(as) profissionais da Educação e com a juventude estudantil.

Fotografia 6: Manifestação estudantil contra a reforma Ensino do Médio



Fonte: Foto de protesto de rua. União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES). Disponível em: <https://www.ubes.org.br/2023/estudantes-vao-as-ruas-em-ato-nacional-contra-o-novo-ensino-medio-nem/>

Na imagem, constata-se a presença diversos(as) de estudantes que seguram a faixa com as palavras de ordem: “Revoga a Reforma ou Paramos o Brasil”. Um estudante negro faz o gesto do punho cerrado, que é símbolo do partido dos Panteras Negras, em alusão a luta antirracista, ao combate ao racismo e poder ao povo negro. Percebe-se que outros estudantes também fazem o mesmo símbolo. Outras frases de ordem foram mencionadas nos cartazes, tais como “Nada sobre nós sem nós” e “Morre a Reforma”.

Por meio da imagem, compreende-se que os(as) estudantes tiveram consciência política de como a Reforma do Novo Ensino Médio afetaria suas vidas. Tal reforma pode aumentar as desigualdades de ensino existente em nosso país, e focando a formação dos(as) estudantes em um ensino técnico/profissional voltado para o mercado, ou seja, para o mundo do trabalho.

Diante desse quadro de reformas conservadoras, a partir do ano de 2023 e após a realização da pesquisa feita pelo INEP, no qual foram avaliadas as percepções de alunos(as), professores(as) e gestores(as) da Educação e especialistas do campo educacional por meio dos dados obtidos da consulta pública, diante dos dados das avaliações nacionais da Educação Básica identificaram as desigualdades presente em todo o país, ainda mais sobre o Ensino Médio. Sendo assim, foi formulada a Política Nacional do Ensino Médio.

A Política foi implementada pelo Ministério da Educação, Conselho Nacional da Educação, Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed), Fórum Nacional dos Conselhos Estaduais e Distrital de Educação (Foncede), União Brasileira dos

Estudantes Secundaristas (Ubes) e Fórum Nacional de Educação (FNE) através de consultas públicas.

Em 2023 foi sancionado o Projeto de Lei nº 5.230/2023 que se transformou na Lei n. 14.945/2024, alterando novamente a LDBEN e estabelecendo as novas diretrizes para o Ensino Médio. Assim, após a aprovação da lei o Ensino Médio foi reformulado no terceiro mandato do governo Lula conforme a tabela a seguir¹:

Figura 7: Tabela reformulação do Novo Ensino Médio (2024)

Aspecto	Reforma de 2017	Política Nacional do Ensino Médio
Normas	Lei no 13.415/2017 Resolução no 3/2018 (DCNEM) Portaria no 1.432/2018	Lei no 14.945/2024 Resolução no 2/2024 (DCNEM) Resolução no 4/2025 (PN-IFA)
Carga horária do Ensino Médio (3000h)	1.800h para Formação Geral Básica 1.200h para Itinerários Formativos	2.400h para Formação Geral Básica 600h para Itinerários Formativos de Aprofundamento
Definição de Currículo	Currículo baseado na BNCC como documento prescritivo com 10 competências essenciais, um guia para as escolas, estabelecendo um conjunto orgânico de aprendizagens, competências e habilidades que devem ser trabalhadas em cada etapa da escolaridade	Currículo como conjunto de experiências formativas integradas e contextualizadas que acontecem nos espaços escolares e que condicionam os processos de produção, circulação e apropriação de conhecimentos e saberes de natureza conceitual, factual, procedimental e atitudinal, mediante interações entre os sujeitos da ação educativa e entre esses sujeitos e os conhecimentos historicamente acumulados pela humanidade
Componentes curriculares obrigatórios	Português Matemática (Em todos os anos do ensino médio)	Todas as disciplinas das quatro Áreas do Conhecimento ao longo dos três anos do ensino médio

¹ BRASIL. Ministério da Educação. *Caderno de orientações para implementação dos Itinerários Formativos de Aprofundamento (IFA)*. Brasília: MEC, [2024?]. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/politica-nacional-ensino-medio/cadernoorietacoes.pdf>. Acesso em: 16 jan. 2026.

Aspecto	Reforma de 2017	Política Nacional do Ensino Médio
Definição de Itinerário Formativo ou Itinerário Formativo de Aprofundamento	Arranjos curriculares definidos pela rede conforme relevância local e possibilidade de oferta	Percursos educacionais estruturados, sob escolha dos estudantes conforme disponibilidade da rede, que permita o aprofundamento em um ou mais Áreas do Conhecimento
Foco do Itinerário	Diversificação curricular	Aprofundamento das aprendizagens em uma ou mais áreas, articuladas à FGB, com as competências comuns dos itinerários e com os objetivos de aprendizagem das áreas de conhecimento
Tipos de Itinerário	Cinco tipos: · Linguagens e suas Tecnologias · Matemática · Ciências da Natureza · Ciências Humanas e Sociais Aplicadas · Formação Técnica/Profissional	Dois tipos: · Itinerários Formativos de Aprofundamento (IFA) · Itinerários de Formação Técnica e Profissional (IFTP)
Parâmetros Nacionais para os Itinerários	Sem normativo específico	PN-IFA define competências comuns e objetivos de aprendizagens por Área do Conhecimento (Res. CNE/CEB 4/2025)
Eixos estruturantes dos itinerários	Investigação Científica; Processos Criativos; Mediação e Intervenção Sociocultural; Empreendedorismo	Método, Conhecimento e Ciência; Mediação e Intervenção Sociocultural; Inovação e Intervenção Tecnológica; Mundo do Trabalho e Transformação Social
Componentes Curriculares Eletivos	Presentes como parte dos Itinerários	Apenas em escolas com mais de 3.000h totais. Não compõem a IFA obrigatório

Carga horária mínima	1.200 horas	600 horas
Ensino Noturno	-	Estados devem manter, em cada um dos seus municípios, uma escola com oferta de ensino médio regular noturno, quando houver demanda.
Educação a distância (EaD)	Até 20% permitido	Não permitido

Aspecto	Reforma de 2017	Política Nacional do Ensino Médio
Projeto de Vida	Componente opcional, sem objetivos específicos	Estratégia transversal articulada à FGB e aos IFA, com foco no desenvolvimento integral, tem por objetivo a reflexão pessoal e coletiva, vinculada ao conceito de protagonismo juvenil.
Possibilidades de Expansão da Carga Horária (Acima de 3000 horas)	Expansão apenas dos Itinerários; FGB limitada a 1800h	Expansão possível tanto da FGB quanto dos Itinerários; possibilidade de componentes eletivos

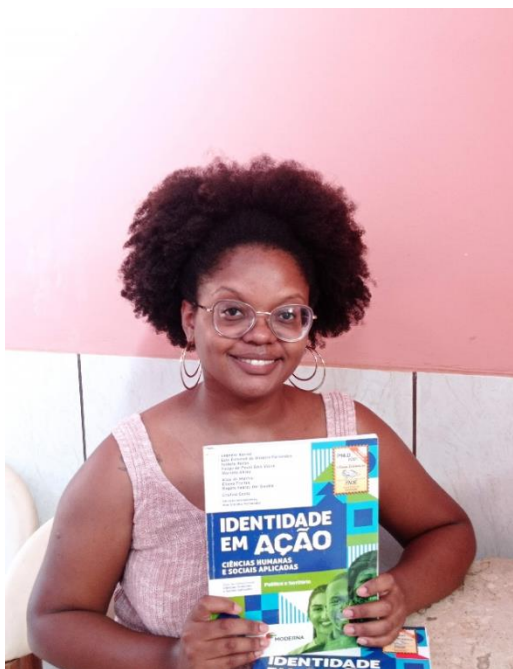
Nota-se através da Política Nacional do Ensino Médio, a diminuição da carga horária dos itinerários formativos para o aumento das disciplinas básicas do Ensino Médio, o currículo que antes era orientado pela BNCC, passa a ser contextualizado e em consonância com a realidade do aluno (a). Aqui, verifica-se que as disciplinas

bases do Ensino Médio, como as outras que compõem a grade curricular terão mais carga horária para o aprofundamento de seus objetivos e propostas. O Projeto de Vida passa a ter um desenvolvimento integral na formação do(a) estudante, com o objetivo de reflexão pessoal coletiva. Ainda constata-se após a mudança a ausência do ensino à distância e na oferta da EJA uma escola que ofereça o Ensino Regular.

Nesta pesquisa, as produções didáticas selecionadas para análise são do PNLD 2020 no contexto do governo Bolsonaro. A seleção é de uma coleção relacionada à área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas já que, após a aprovação do Novo Ensino Médio (Lei n. 13.415, de 16 de fevereiro de 2017), as disciplinas passaram a ser organizadas em áreas, e não mais como disciplinas isoladas. Assim, os livros produzidos após a aprovação da legislação também foram elaborados nesse formato.

Segundo estudos de Selva Guimarães (2012), o livro didático é o segundo gênero mais lido por estudantes nas escolas, sendo o primeiro mais lido a Bíblia. A divulgação e o acesso ao livro didático dão-se pela implementação desde o século XX, a partir da década de 1940 e da criação de programas para sua distribuição entre os estudantes. Durante e após a Ditadura Militar, vê-se por parte do governo incentivos para sua produção, é um produto acessível, visto a existência de políticas públicas e a criação do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD). As empresas podem participar de editais do governo, para produzirem e elaborarem materiais didáticos (livros, paradidáticos e literatura infanto-juvenil), que são comercializados por editoras junto ao MEC. O MEC realiza a distribuição dos materiais didáticos para as escolas públicas, enfim para os(as) estudantes de forma gratuita (Guimarães, 2012).

Circe Maria Fernandes Bittencourt, em *Ensino de História: fundamentos e métodos* (2004) destacou que as produções didáticas são objetos culturais complexos com conteúdos escolares. É um manual que dá suporte aos(as) professores(as), porque propõe atividades norteadoras do estudo dos conteúdos na sala de aula, ou seja no processo de ensino-aprendizagem. Por se tratar de um objeto cultural, o livro sofre influências de setores da sociedade, no qual cada um possui o seu interesse. Mesmo seguindo o padrão adotado pelo Ministério da Educação, pelas exigências do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) e pelas legislações educacionais, ainda assim encontramos presentes aspectos referentes aos interesses de quem realiza a sua produção (Bittencourt, 2004).

Fotografia 08: Coleção didática: Identidade em Ação.

Fonte: Acervo pessoal da autora.

O estudo realizado no mestrado acadêmico em Educação é constituído por uma pesquisa etnográfica e documental. A pesquisa etnográfica é definida como o estudo da cultura e da sociedade, conceito e denominação desenvolvido por antropólogos. Por meio dela, é possível a coleta de dados, valores, hábitos, crenças e práticas de um determinado grupo (André, 1995).

Nesta dissertação a pesquisa etnográfica compõe a metodologia, ou seja, o estudo de campo com observação participante, visto que a partir de meu contato com os(as) ativistas do MNU, pude compreender melhor a luta antirracista, feminista e em defesa dos Direitos Humanos. A partir do ingresso no Mestrado em Educação (PPGE/UNIFAL-MG), em 2024, eu aprofundei os estudos sobre as lutas travadas pelo MNU na Ditadura Militar.

Os movimentos sociais estiveram e ainda estão presentes no processo de (re)construção do Brasil. No âmbito da Educação, por conta do racismo estrutural e das narrativas coloniais, o movimento negro educador segue questionando o ensino de História ancorado no eurocentrismo, que invisibiliza o protagonismo negro nas lutas pela liberdade e por políticas públicas para o pleno exercício da cidadania e o bem viver (Gomes, 2017).

A partir de 2025, eu pude ter maior contato com alguns fundadores e algumas fundadoras do Movimento Negro Unificado. Em 22 de março de 2025, estive presente em São Paulo, no Armazém do Campo, localizado na Alameda Nothmann, n. 806, para participar do lançamento do livro: *I Livro Griot do MNU: memórias de vida da luta da idosidade negra* (2024), organizado por Caio Gabriel, Maicon Nunes e Rosana Rufino. Foi o primeiro encontro que tive com os griots e as griotas co-fundadores(as) do MNU, em 07 de julho de 1978. Nesse encontro pude ter contato com eles e elas, e outros representantes do MNU de diversas cidades do país.

Fotografia 9: Em 22 de março de 2025, em São Paulo-SP, no lançamento do I livro Griot do MNU.

Da esquerda para direita: Primeira foto, eu com a griota Lenny Blue de Oliveira. A segunda foto - reunião de todos os griots e griotas da geração de 1978, junto com outros(as) ativistas do MNU. Terceira foto: Card de lançamento do livro do MNU.



Fonte: Acervo pessoal da autora

Em 29 de outubro de 2024, por meio do Projeto de extensão “*Consciência Negra o Ano Todo: de janeiro a janeiro*”, coordenado pela professora Ana Lúcia da Silva, foi realizada uma viagem de estudo à cidade de São Paulo. Nessa viagem, eu fiz uma visita mediada ao Theatro Municipal de São Paulo.

A visita foi mediada pelo colaborador e historiador Mateus que relatou a construção do teatro no início do século XX, em São Paulo-SP, um espaço

frequentado pela elite.

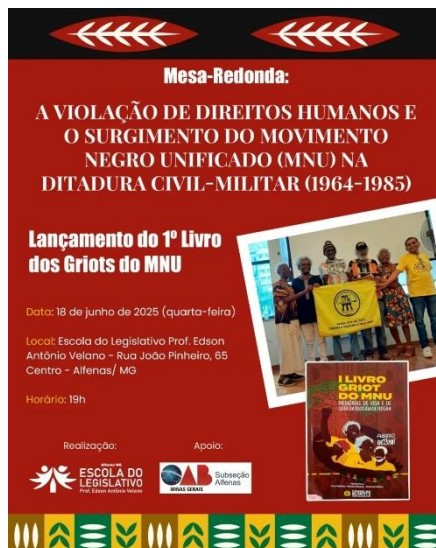
Fotografia 10: Visita mediada ao Theatro Municipal de São Paulo



Fonte: Fotografias do acervo pessoal da autora.

Em 18 de junho de 2025, foi realizado em Alfenas (MG), na Escola do Legislativo Prof. Edson Antônio Velano, uma mesa-redonda sobre os Direitos Humanos, a Ditadura Militar e o MNU. Nesta noite, os griots e as griotas do MNU ressaltaram sobre a vida do povo negro, das mulheres negras, da idosidade e suas vivências no Brasil, enfatizando os desmandos da Ditadura Militar. Houve também o lançamento do livro do MNU, Segue o card de divulgação do evento:

Figura 11: Card da mesa-redonda e lançamento do I livro Griot MNU na Escola do Legislativo em Alfenas-MG.



Fonte: Acervo pessoal da autora

No processo de organização da mesa-redonda, eu tive a oportunidade de acompanhar os motoristas da Câmara Municipal de Alfenas e buscar o griot José Adão de Oliveira e a griota Lenny Blue de Oliveira do MNU em São Paulo. A Câmara Municipal de Alfenas e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/Alfenas) patrocinaram a realização do evento na cidade.

Ao longo dessa viagem, eu tive muitas aprendizagens com Adão e Lenny. Ele e ela relataram a importância da Lei n.10.639/2003 para a população negra, para o (re)conhecimento do protagonismo negro na construção do Brasil e formação do povo. O griot e a griota também salientaram que durante a década de 1970, após a criação do MNU, através dos encontros estaduais e nacionais, uma lei voltada para a Educação antirracista foi formulada para sua implementação. Porém, a Lei n.10.639 em 2003.

Adão e Lenny ao dialogarem comigo, afirmaram a relevância dos conhecimentos e saberes da população negra para a promoção de uma sociedade sustentável e pautada no bem viver.

Nós conversamos sobre a presença do racismo estrutural nos debates de temas sensíveis para a população negra, tais como o acesso à moradia, a política de segurança pública, o sistema prisional e a saúde do povo negro. Assim, destacou-se

a urgência e a importância das contribuições do feminismo negro para compreender tais debates e a defesa dos direitos das mulheres negras, bem como da idosidade negra, conceito formulado por Lenny Blue de Oliveira, griota e co-fundadora do MNU.

Fotografia 12: Evento Lançamento do I Livro Griot na Escola do Legislativo em Alfenas - MG e Griots e Griotas do MNU.



Fonte: Mesa-redonda com ativistas do MNU (2025). Acervo pessoal da autora.

Essa noite foi abrilhantada com a presença de ativistas do MNU. Da esquerda para direita: Ieda Leal, pedagoga, sindicalista SINTEGO/CNTE, militante do MNU e ex-secretária executiva do MIR; José Adão de Oliveira, Lenny Blue de Oliveira e Dorival Pereira dos Santos, ambos da geração de 1978 e co-fundadores do MNU; José Francisco Ferreira de Oliveira, professor universitário do Instituto Federal de São Paulo, e filho de Eduardo de Oliveira, um dos co-fundadores do MNU e compositor do Hino à Negritude (ver anexo 3); com mediação da professora Ana Lúcia da Silva da UNIFAL-MG.

Fotografia 13: Griots e griota do MNU da geração de 1978



Fonte: Da esquerda para direita, no hall do Hotel Dourado: José Adão de Oliveira, Lenny Blue de Oliveira e Dorival Pereira dos Santos, ao fundo a bandeira do MNU. Acervo pessoal da autora.

Eu fui convidada a participar da celebração de 47º aniversário do MNU, em 07 de julho de 2025, em São Paulo-SP. Pela primeira vez, o MNU, adentrou o Theatro Municipal de São Paulo. No Brasil contemporâneo, isso foi um marco histórico para a luta antirracista.

Foi uma noite de celebração e, ao mesmo tempo, de afirmação da luta pelo combate ao racismo e pela defesa dos direitos da população negra. Nessa ocasião, estive presente, um momento enriquecedor para minha trajetória enquanto mulher negra e pesquisadora. O evento foi organizado pela gestão do Theatro Municipal de São Paulo.

Fotografia 14: Em 07 de julho de 2025, a celebração dos 47 anos do MNU no Theatro Municipal de São Paulo



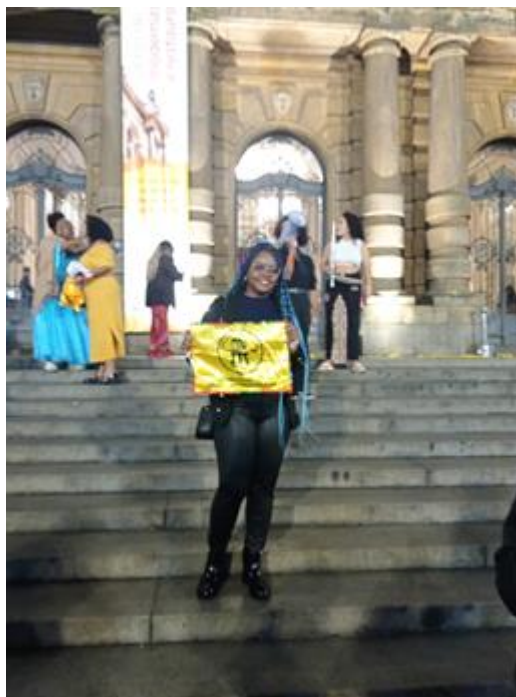
Da direita para esquerda: José Adão Oliveira, Neusa Maria Pereira, Geraldo Potiguar do Nascimento, Regina Lúcia dos Santos, Milton Barbosa, Simone Nascimento (atual presidente do MNU/SP), Dorival Pereira dos Santos, José Luiz e Lenny Blue Oliveira. Fonte: Fotos do arquivo pessoal da autora.

Nesta noite, no salão nobre do Theatro Municipal, tive a oportunidade de sentar na segunda fileira reservada para os(as) convidados(as) especiais na celebração do aniversário do MNU. Nessa fotografia estão reunidos os griots e as griotas da geração de 1978, acompanhados da jovem ativista Simone Nascimento (ao centro e com vestido amarelo), coordenadora do MNU/SP.

Em 1978, Neusa Maria Pereira, jornalista, foi a única mulher a discursar nas escadarias do Theatro Municipal de São Paulo. Na fotografia acima, à direita, Neusa é a primeira mulher negra (vestida com um casaco bege).

Em 2025, na noite de celebração de 47 anos do MNU, todos os griots e todas as griotas da geração de 1978 discursaram, e relataram a importância da luta antirracista na democracia.

Fotografia 15: Em 07 de julho de 2025, na celebração dos 47 anos do MNU, a pesquisadora Rafaela Neves Meireles nas escadarias do Theatro Municipal de São Paulo



Fonte: Acervo pessoal da autora.

Os movimentos sociais lutaram e lutam pela ocupação dos espaços da cidade, de poder e decisão, exigindo o combate ao racismo estrutural e a implementação de políticas públicas de reparação histórica.

Na comemoração do 47º aniversário do MNU foi reafirmado o compromisso com a luta antirracista. Na noite, grupos de slam, jovens negros(as) e de outros grupos étnico-raciais periféricos de São Paulo se apresentaram no Theatro Municipal de São Paulo, ocupando este espaço que historicamente foi frequentado pela elite.

A celebração de aniversário do MNU, organizada pela gestão do Theatro Municipal de São Paulo, pode ser compreendida como uma política de reparação. Pois, há 47 anos no contexto da Ditadura Militar, sob a vigilância de policiais armados, os(as)ativistas do MNU apenas ocuparam as escadarias do teatro para o protesto de rua.

Ainda, em outubro de 2025, a professora Ana Lúcia, docente do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE/UNIFAL-MG) da linha de pesquisa “Educação e Sociedade: sujeitos, ideias e políticas”, na disciplina eletiva: “História Negra e Relações Étnico-Raciais, Educação, Cultura e Política em diferentes contextos

históricos: pesquisa e ensino” - Código: EDU058, organizou a mesa-redonda “Mulheres negras do MNU: na luta por reparação e bem viver”. A mesa-redonda foi composta por griotas Ana Lúcia Pereira da Silva, Lenny Blue de Oliveira, Ana Lúcia da Silva e por mim, Rafaela Neves Meireles. Para a mesa-redonda os(as) pós-graduandos(as) fizeram a leitura prévia dos seguintes textos de estudo:

- SILVA, Ana Lúcia da; PRIORI, Angelo. *História política brasileira: a formação da opinião pública e as disputas de memórias sobre o 31 de março de 1964*. [S. l.: s. n.], 2024;
- SILVA, Ana Lúcia da; MEIRELES, Rafaela Neves. *O Movimento Negro Unificado na Ditadura Militar Brasileira (1964-1985) e nos livros didáticos de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas – PNLD 2020*. [S. l.: s. n.], 2025;
- SOLICITAÇÃO de comemorações devidas ao 31 de março de 1964. Direção: SBT News. [S. l.]: SBT, 2019. 1 vídeo.

Nessa mesa-redonda nós falamos sobre nossas trajetórias de vidas, o ativismo do MNU e os desafios em sermos mulheres negras na sociedade brasileira. O tema da mesa-redonda estava em consonância com a II Marcha Nacional das Mulheres Negras (2025), realizada em Brasília.

Fotografia 16: Mesa redonda “Mulheres negras do Movimento Negro Unificado na luta por reparação e bem viver- PPGE-UNIFAL / MG



Fonte: Acervo pessoal da autora

As vivências e os diálogos com os(as) ativistas do MNU em múltiplos eventos, tais como o lançamento do livro do MNU em São Paulo-SP e em Alfenas-MG, a visita mediada no Theatro Municipal de São Paulo e a participação na mesa-redonda com as ativistas do MNU contribuíram para a compreensão da luta antirracista do povo negro na Ditadura Militar. Essas vivências e esses diálogos também contribuíram para a análise documental das representações do MNU e das relações étnico-raciais nos livros didáticos, inspirando minhas escrevivências.

Escrevivências é o conceito cunhado pela intelectual negra, ativista do movimento negro e de mulheres negras, professora, escritora, ícone da literatura negra e da poética de nossa afro-brasilidade, imortal da Academia Mineira de Letras, Conceição Evaristo. Para Conceição Evaristo, as escrevivências unem a escrita e as vivências do povo negro e das mulheres negras na diáspora. Nós deixamos de ser objetos de estudo e saímos da invisibilidade imposta pelas narrativas coloniais e a História oficial de tradição eurocêntrica. Nossas escrevivências incomodam a Casa-Grande, porque dão visibilidade às nossas vivências, ao protagonismo negro na construção do Brasil, na luta pela liberdade e cidadania, valorizando-se nossa tradição oral (da palavra à escrita), a nossa ancestralidade africana e afro-brasileira, enfim

nossa identidade negra (Evaristo, 2026).

Assim, nós mulheres negras somos protagonistas nas narrativas de nossas próprias histórias, saindo da invisibilidade, ou seja, “protagonistas de nossos enredos em que afloram as nossas resistências” (Santos, 2024, p. 46).

Quanto à pesquisa documental, esta centrou-se na análise da coleção didática *Identidade em Ação*, escrita de forma colaborativa pelos autores Leandro Karnal (Doutor em História Social pela USP); Luiz Estevam de Oliveira Fernandes (Doutor em História, área de História Cultural, pela UNICAMP); Isabela Backx (Doutora em História, área de História Cultural, pela UNICAMP); Felipe de Paula Góis Vieira (Doutor em História, área de Política, Memória e Cidade, pela UNICAMP); Marcelo Abreu (Doutor em História Social pela UFRJ); Alice de Martini (Mestra em Sustentabilidade pela PUC-Campinas); Eliano Freitas (Doutor em Geografia pela UFMG); Rogata Soares Del Gaudio (Doutora em Educação pela UFMG); Cristina Costa (Doutora em Ciências Humanas – Antropologia Social pela USP); e com a editora responsável Ana Claudia Fernandes (Mestra em Ciências, área de História Social, pela USP).

A coleção é composta por seis volumes intitulados: *Volume 1*: Indivíduo, Sociedade e Cultura; *Volume 2*: Trabalho e Tecnologia; *Volume 3*: Transformações da Natureza e Impactos Socioambientais; *Volume 4*: Política e Território; *Volume 5*: Dinâmicas e Fluxos; e *Volume 6*: Ética, Cidadania e Direitos Humanos. A obra didática foi lançada em 2020 e pertence ao PNLD 2021, sendo produzida pela Editora Moderna.

A análise das representações dos livros didáticos ancorou-se nos estudos de Stuart Hall (2016). As imagens produzidas pelas pessoas, grupos sociais e/ou a mídia nos interpelam, apresentam olhares e visões de mundo. Essas imagens podem contribuir para naturalização, questionamentos e/ou interpretações de visões de mundo e ideias. Nesse sentido é importante a análise de imagens e textos, ou seja, das representações do negro (Hall, 2016).

Dessa forma, propõe-se analisar a representação do negro, do MNU e das relações étnico-raciais na Ditadura Militar apresentada na coleção didática Ciências Humanas e Sociais Aplicadas utilizada no Novo Ensino Médio, na Escola Estadual André Rebouças, em Alfenas-MG.

O estudo do MNU e das relações étnico-raciais inserem-se no campo historiográfico do Brasil Pós-Abolição. De acordo com Ynaê Lopes dos Santos e

Álvaro Pereira do Nascimento “o campo historiográfico analisa sociedades liberais emancipadas da escravidão moderna, que experimentaram um conflitante processo de racialização da cidadania entre os séculos XIX e o atual” (Santos; Nascimento, 2023, p. 270).

Um dos objetivos do campo historiográfico do Pós-Abolição é entender as estratégias individuais e coletivas dos(as) afrodescendentes para o enfrentamento das desigualdades e as péssimas condições de vida após 14 de maio de 1888 (Santos e Nascimento (2023).

Os estudos do Pós-Abolição são relevantes para proposição de políticas públicas e dar visibilidade ao protagonismo da população negra na construção do Brasil. Uma das reivindicações feitas por pesquisadores(as) da área e do próprio campo de pesquisa é o reconhecimento racial das pessoas que estão sendo estudadas na História, a população negra e a diversidade étnico-racial do povo brasileiro. Os estudos do Pós-Abolição combatem o epistemicídio, ao darem visibilidade as histórias que foram “silenciadas” e invisibilizadas na História oficial (Santos; Nascimento, 2023).

Ao fazer a revisão bibliográfica e consulta nos acervos da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), do Periódicos Capes e do Google Acadêmico, foram utilizados os seguintes descritores: livros didáticos, movimento negro, Ditadura Militar e História

No acervo da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações foram utilizados os descritores: livro didático e movimento negro. No total foram encontrados 75 trabalhos, destes apenas dois foram relevantes para a composição desta pesquisa:

- *Representação sem protagonismo: O Movimento Negro nos livros didáticos do PNLD 2020*, do pesquisador Ronaldo Jorge dos Santos.

- *A África, os africanos e seus descendentes nos livros didáticos de 3º e 4º série dos anos de 1969 a 2000*, do pesquisador Alfredo Boulos Júnior.

No portal Periódicos Capes também foram utilizados os descritores: livro didático e movimento negro. Assim, foram mapeados 19 trabalhos. Porém, apenas três foram relevantes para a pesquisa:

- *Reflexões sobre a presença do Movimento Negro Contemporâneo (1960-1990) em livros didáticos do PNLD (2008, 2011 e 2014): a causa estadunidense enquanto comparação*, do pesquisador Vitor Emanuel Maia Ferreira.

- *O ensino de História no Brasil: Os Movimentos Sociais e os manuais*

escolares, do pesquisador Jaime Luiz Callai (2007).

- *Livro didático, Movimento Negro e PNLD: uma proposta de pesquisa* (2008), da pesquisadora Mirian Cristina de Moura Garrido.

Ao realizar a revisão bibliográfica foram mapeados diversos trabalhos que versaram sobre o Movimento Negro Unificado, objeto de pesquisa desta dissertação. Porém, quando se pesquisou sobre o ativismo e protagonismo do MNU, e as relações étnico-raciais na Ditadura Militar e suas representações nos livros didáticos do Novo Ensino Médio, há uma lacuna.

Com a pesquisa constatou-se que quando os trabalhos se referiam ao MNU, as análises centravam-se nas ações do MNU pós-Ditadura Militar, ou seja, no contexto de redemocratização do Brasil e na participação da Assembleia Constituinte. Os resultados apontam também o papel do MNU desempenhado na formulação da Lei n. 10.639/2003, que institui a obrigatoriedade do ensino da História da África e cultura afro-brasileira, e da Educação para as relações étnico-raciais (ERER).

Essas produções são importantes para compreender a luta da população negra, o enfrentamento ao racismo e outras práticas discriminatórias. Com esta pesquisa acadêmica deu-se visibilidade ao movimento negro educador, o MNU e seu ativismo na Ditadura Militar.

É importante entender que o MNU também foi uma organização negra atuante na Ditadura Militar, tal como outros grupos e movimentos sociais, tais como: movimento estudantil, movimento operário, movimento cultural, entre outros.

Dessa forma, essa pesquisa revela-se necessária para o campo historiográfico do Pós-Abolição, contribuindo para a análise das ações do MNU e as relações étnico-raciais na Ditadura Militar.

3. CAPÍTULO

A DITADURA MILITAR, O MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO E AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS

07 de julho

Dia de 7 de julho
O sol nasceu lindo
As decisões já haviam sido tomadas
Depois de anos de luta às escondidas
Portas fechadas, iríamos para rua
Era no centro
Diante do Teatro Municipal
Foram poucos
Uns nos degraus do teatro
Outros lá do outro lado
Imaginando o mesmo resultado
De outras tentativas [...]

Nossos filhos, netos e bisnetos sabem: dia 7 de julho é
dia de luta pela paz. Dia de luta pela eliminação da
discriminação racial.

Geraldo Potiguar Nascimento (2025)

No século XXI, em 2025, Geraldo Potiguar Nascimento, co-fundador do MNU, em sua poesia rememora os acontecimentos do 07 de julho de 1978, os versos reafirmam a importância da luta antirracista do MNU na Ditadura Militar, chamando a atenção das novas gerações para a preservação da História e memória negra.

Para esse griot da geração de 1978, tanto na Ditadura Militar quanto no Brasil contemporâneo e na democracia, o dia 07 de julho deve ser lembrado como uma data de luta do povo negro afro-diaspórico pela paz e eliminação da discriminação racial na América.

Com relação ao terceiro capítulo, estará em evidência o contexto da Ditadura Militar (1964-1985), as condições de vida da população negra no Brasil, o surgimento e a luta antirracista do Movimento Negro Unificado (MNU) nos anos de chumbo.

3.1 A Ditadura Militar Brasileira (1964-1985)

A Ditadura Militar brasileira instaurou-se por meio do golpe de Estado de 31 de março de 1964, organizado por militares conservadores que contaram com o apoio de parcela da sociedade civil e dos Estados Unidos.

Para esses grupos conservadores, o governo do presidente da República João Goulart era visto como “comunista”, ameaçando a “paz” na América Latina e Caribe,

pois já havia ocorrido a Revolução Cubana em 1959. Havia um temor de que o governo João Goulart levasse o Brasil a aproximação com Cuba e ao alinhamento com a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS).

Assim, a partir de 31 de março de 1964, o Brasil foi governado por generais-militares que tomaram o poder à força e permaneceram durante 21 anos, administrando o país por legislações como decretos e Atos Institucionais (AI), por exemplo o AI-5, aparatos de informação e repressivos, tais como o Serviço Nacional de Informação (SNI), Destacamento de Operações de Informações - Centro de Defesa Interna (DOI-CODI), prisões com suspensão de *habeas corpus* e o uso de práticas de torturas e violação de Direitos Humanos, buscando aniquilar os que contestavam a ordem vigente (Motta, 2021; Arns, 1987).

Dessa forma, nota-se na administração civil-militar a adoção de práticas políticas e econômicas distintas das do governo João Goulart. Os governantes da Ditadura Militar pautavam-se no binômio segurança e desenvolvimento, ancorando-se nas medidas tomadas pelos generais-militares e os ideais difundidos por meio da propaganda política, como os slogans: “Brasil, ame-o ou deixe-o” (Fico, 2024, p.115), “Este é um país que vai pra frente” (Fico, 2024 p.137). Um Estado autoritário com a política de modernização econômica conservadora e o aparato repressivo na sociedade (Motta, 2021; Aquino, 1999).

No governo do general-militar Castelo Branco foi estabelecida diversas medidas que serviram para sustentação do regime. A primeira foi a implementação dos Atos Institucionais (AI's), estes eram decretos-leis utilizados como instrumento de força e legitimação do regime. Houve a criação do Serviço Nacional de Informação (SNI).

Castelo Branco (1964) ao assumir a presidência da República decretou o AI-1, concedendo-lhes poderes para a exoneração de servidores públicos e militares, concebidos como “subversivos”. Aqueles que de alguma forma eram uma ameaça para o regime tiveram seus cargos cassados (Motta, 2021).

Em outubro de 1965, foi decretado o AI-2, que promoveu a extinção de partidos políticos e a criação do sistema bipartidário: Aliança Renovadora Nacional (ARENA), partido político de apoio ao governo; e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), partido político da oposição consentida. Ainda por meio deste ato institucional houve o fechamento do Congresso Nacional, as pessoas vistas como “subversivas” tiveram seus mandatos políticos cassados e a instituição de eleições indiretas, por exemplo:

a eleição da presidente e vice-presidente da República por meio do Colégio Eleitoral (Motta, 2021).

Entende-se assim que os Atos Institucionais instituídos ao longo da Ditadura Militar constituíram-se em práticas políticas repressoras, utilizadas em momentos de ameaça e de manifestações que poderiam contestar o regime em voga.

Outro Ato Institucional expressivo e repressivo na Ditadura Militar foi o AI-5, decretado em 13 de dezembro de 1968. O governo militar passava por uma crise de impopularidade que estava presente em setores da sociedade civil e militares do Exército, devido a ala conservadora extremista. A crise militar intensificou-se ainda mais com o discurso feito pelo deputado Márcio Moreira Alves na Câmara dos Deputados, o qual incitava a população boicotar uma parada militar e que mulheres não se envolvessem com militares que atuavam na repressão (Aquino, 1999).

Ao longo dos anos de 1967 e 1968, na Ditadura Militar somada a crise política tiveram manifestações organizadas por estudantes. Em 28 de março de 1968, na cidade do Rio de Janeiro, ocorreu uma manifestação estudantil contra o aumento do custo de vida, resultando na morte do estudante Edson Luís. A morte desse jovem gerou revolta e protesto entre os estudantes. Edson Luís se tornou símbolo de luta, inspirando outros protestos estudantis. Posteriormente, outros grupos sociais aderiram aos protestos, como os trabalhadores fabris de Osasco - SP e de Contagem - MG, que realizaram greves (Motta, 2021).

Algumas pessoas alinhadas à esquerda concebiam as manifestações como possibilidade da extinção dos AI's, de contestação ao quadro político vigente e transformações que levassem ao retorno à democracia. Desse modo, diante do Exército com uma ala extremista e crítica ao regime, e da ebulição de movimentos sociais no país, o AI-5 foi decretado. Para algumas pessoas, este ato institucional significou o endurecimento do Ditadura Militar, a cassação daqueles que eram contrários ao regime. Aquino (1999) esclarece que por meio do AI-5 ocorreu a institucionalização da censura política:

Concentrando e conferindo excepcionalidade maior ao presidente, limitando ou extinguindo as liberdades democráticas e suspendendo garantias constitucionais. Ao contrário dos Atos Institucionais anteriores não havia prazo estipulado para sua vigência. O Congresso Nacional foi fechado por tempo indeterminado (Aquino, 1999, p. 137).

Entende-se que o AI-5 foi uma imposição e ato de força da Ditadura Militar, institui-se a censura política, em caso de prisão houve a suspensão do *habeas corpus*.

Assim, as pessoas ficavam presas e incomunicáveis, sob o domínio dos agentes de segurança do Estado autoritário, sendo interrogadas e submetidas às práticas de torturas (Motta, 2021).

Para o historiador Rodrigo Patto Sá Motta (2021), isso demonstrava que a justiça comum se amparava nos quadros democráticos e institucionais para os julgamentos. Na Ditadura Militar, quando estes passaram a ser praticados pelos militares, deu-se a abertura para o desrespeito ao Estado Democrático de Direito e a violação de Direitos Humanos.

Durante os 21 anos de Ditadura Militar, o Estado autoritário buscou aniquilar a oposição ao regime, reprimindo as manifestações estudantis e de rua, respaldando as ações de repressão dos agentes de segurança por com dispositivos “legais” como o AI-5.

Para Carlos Fico (2024), por meio das propagandas políticas os militares difundiram a ideia de unidade e otimismo, e o patriotismo, exaltando os símbolos nacionais e a miscigenação do povo brasileiro, mas sem problematizar as desigualdades (Fico, 2024).

Em 1969, foi criada a Assessoria Especial de Relações Públicas (AERP), responsável pela produção e divulgação da propaganda política da Ditadura, por meio da produção de vídeos curtos, os ideais dos governos militares foram difundidos, ocultando as violações de Direitos Humanos, as desigualdades raciais, sociais e de gênero presentes na sociedade brasileira.

Os militares compreendiam a relevância da propaganda política que valorizasse o país, e consequentemente o governo. Por meio da propaganda política propalava-se a ideia de que o Brasil estava saindo do “atraso” rumo ao progresso (Fico, 2024). Ao longo da existência da AERP, os audiovisuais elaborados valorizavam os bons valores e costumes, a relevância dos militares, entre outros aspectos considerados pertinentes para o avanço do país:

Cuidar dos velhos, das crianças, da família, das gerações vindouras. Esta é uma temática que permite vislumbrar claramente a concepção de propaganda oficial também como a apresentação à sociedade de um rol de comportamento adequados. Se observados os valores enfatizados nos comerciais, haveria famílias prósperas, velhos mais felizes, crianças bem encaminhadas (Fico, 2024, p. 182).

A propaganda política foi instrumento importante para a difusão dos ideais da Ditadura Militar. Quanto à Educação, também ocorreram mudanças. Por meio da

Educação houve a propagação de valores éticos. Objetivava-se a construção de “uma identidade nacional, tendo como elementos fundadores a língua, a etnia e as raízes culturais” (Silva, 2001, p. 92).

Mais do que a transmissão de valores, do patriotismo e da formação de um cidadão comprometido com o país, por meio de tal lógica tentou-se o controle ideológico das pessoas na sociedade.

Na Ditadura Militar, no campo da Educação foram estabelecidas estratégias de controle e difusão dos valores militares. Foi elaborada a Lei de Diretrizes e Bases, Lei n. 5.692/1971, o estabelecimento de acordos e investimento do capital financeiro norte-americano no Ministério da Educação com a *United States Agency for International Development*, conhecido como MEC/USAID, a inclusão das disciplinas de Organização Social e Política Brasileira (OSP), Educação Moral e Cívica no currículo, e a institucionalização do programa Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral).

A LDB de 1971 fixava normativas para o 1º e 2º graus (atual Ensino Fundamental I e II, e Ensino Médio), orientações para organização das modalidades de ensino que abrangiam a estrutura curricular, o financiamento educacional, a implementação do ensino supletivo e as disposições gerais. Logo no 1º capítulo, no parágrafo 2º do artigo 3º, estabeleceu-se o estudo da Língua Portuguesa, depreendendo que este “dar-se-á especial relevo ao estudo da língua nacional, como instrumento de comunicação e como expressão da cultura brasileira” (Brasil, 1971, s./p.). Houve a valorização da língua nacional como forma de comunicação, união e expressão da cultura do povo brasileiro.

Na LDB – Lei n. 5.672/1971, no artigo 5º, parágrafo 2º apontava para um ensino no 1º grau que fizesse a sondagem das aptidões dos(as) estudantes para o mundo do trabalho. No 2º grau estas aptidões seriam aprofundadas a partir do ensino profissional, mantendo-se parcerias com o mercado de trabalho local e regional.

Quando ao artigo 7º da LDB (1971), afirmou-se a obrigatoriedade da “inclusão de Educação Moral e Cívica, Educação Física, Educação Artística e Programas de Saúde nos currículos plenos dos estabelecimentos de 1 e 2 graus” (Brasil, 1971, s./p.)

Carlos Fico (2024) ressaltou que para os governantes da Ditadura Militar essas disciplinas e esses programas seriam necessários a Educação da população brasileira, visto que esta era concebida como “atrasada” e “incivilizada”. A Educação devia estar em sintonia com os ideais da Ditadura e o mundo do trabalho. Uma

Educação tecnicista, que exaltava o patriotismo, a ordem e a contribuição do povo brasileiro com o trabalho para o desenvolvimento do país (Fico, 2024; Silva, 2001).

A inclusão de OSPB e Educação Moral e Cívica no currículo escolar objetivava-se instigar o amor pelo Brasil e a formação patriótica de nossa gente. O Estado autoritário buscou investir na Educação. Foi nesse contexto que o acordo MEC/USAID foi assinado, conhecido nacionalmente como “Aliança para o Progresso”, cujo objetivo era alcançar todos os níveis de ensino, desde o primário ao ensino universitário. Para os críticos da época tal acordo condizia com o nivelamento das instituições brasileiras e as instituições privadas alinhadas às políticas econômicas liberais e a comercialização da educação (Fonseca, 2011; Silva, 2001).

Na Educação Superior, com a reforma universitária houve a inclusão da disciplina Estudos de Problemas Brasileiros (EPB) e a criação de cursos de licenciatura curta como Estudos Sociais. Visava-se a reestruturação do ensino universitário, que passaria a ter dinheiro injetado nas áreas da graduação e pós-graduação em áreas que seriam favoráveis ao regime militar, como a Economia e as Engenharias (Motta, 2021; Silva, 2001).

Na Ditadura com a Educação tecnicista visava-se a formação de mão de obra para o mercado de trabalho. Para Paulo Freire (1990), a Educação tecnicista consistia em uma “educação bancária”, na qual “a educação é o ato de depositar, de transferir, de transmitir valores e conhecimentos” (Freire, 1990, p. 82). O professor transmitia os conteúdos, os(as) alunos(as) tinham que memorizá-los e apresentá-los nas avaliações. Uma Educação bancária que apenas visava preparar os(as) estudantes para o mundo do trabalho, desprezando o desenvolvimento do pensamento crítico.

Paulo Freire em *a Pedagogia dos Oprimidos* (1990) questionou essa Educação bancária. Para ele, a Educação deveria ser libertária, considerando a realidade social dos(as) estudantes, permitindo-lhes a leitura de mundo, análise crítica da sociedade e o desenvolvimento do pensamento crítico. Segundo Freire o conhecimento é aquele que leva à emancipação das pessoas e não à sua alienação.

Embora às críticas à Educação tecnicista, para os que governavam o Estado autoritário e parcela da sociedade civil que o apoiava, a sociedade brasileira se modernizando. O plano econômico pautava-se no investimento de capital financeiro nacional privado e estatal, e abertura para investidores internacionais. Durante os anos de 1968 a 1973, difundiu-se que o Brasil estava em pleno desenvolvimento econômico, ou seja, o chamado “milagre econômico” (Motta, 2021).

Na Ditadura Militar ocorreram investimentos em grandes obras públicas, como a Ponte Rio-Niterói, a Transamazônica, entre outros investimentos na construção civil. No setor industrial, os investidores internacionais injetaram dinheiro na siderurgia e em móveis de linha branca, como geladeiras e fogões. Houve a migração de pessoas do espaço rural para o espaço urbano, o chamado êxodo rural para as grandes cidades, já que as oportunidades se concentravam na região Sudeste (Motta, 2021).

Na década de 1970, o “milagre econômico” permitiu a ascensão de alguns grupos sociais e o aumento de bens de consumo, como carros e eletrodomésticos. Considerando o contexto internacional, no Oriente Médio, iniciou a crise do petróleo e a guerra do Iraque, o que desestruturou a economia, visto que boa parte do dinheiro injetado no país era de capital exterior (Motta, 2021; Silva, 2001).

Apenas uma parcela da população brasileira foi beneficiada pelo “milagre econômico”. A maioria do povo brasileiro sofreu com o impacto da inflação e do arrocho salarial. Na medida em que no contexto internacional ocorreram as denúncias de práticas de torturas e violação de Direitos Humanos no Brasil, os EUA retiraram o apoio dado ao governo brasileiro, ou seja, à Ditadura. Isso propiciou o ressurgimento dos movimentos sociais, tecendo críticas à Ditadura Militar e reivindicando a volta da democracia (Motta, 2021; Silva, 2001).

No Brasil, essa crise do petróleo impactou na economia e na vida do povo, houve o aumento da inflação e dos preços de alimentos da cesta básica, e o arrocho salarial.

Todos esses problemas e às denúncias de que no Brasil havia a violação de Direitos Humanos levaram ao descrédito os governos militares, provocando o ressurgimento dos movimentos sociais que reivindicavam o fim da Ditadura e o retorno à democracia. Dessa forma, o governo estadunidense retirou o apoio ao governo brasileiro.

Considerando a realidade do povo negro no Brasil pós-abolição e a História Política da Ditadura Militar, na década de 1970, ocorreu a fundação do Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial (MUCDR), renomeado como Movimento Negro Unificado (MNU).

3.2 A população negra no contexto da Ditadura Militar e o Movimento Negro Unificado

Durante a Ditadura Militar a população negra tornou-se mais vulnerável diante das medidas e políticas repressivas adotadas no período. Devido às transformações no campo econômico, social e educacional o povo negro não teve a oportunidade efetiva de participar dos avanços.

A maioria do povo negro permaneceu excluída, restando-lhe: a pobreza, a falta de oportunidade de emprego, de acesso à educação, saúde e moradia digna. Enquanto que o Estado autoritário difundia o mito da democracia racial e proibia a discussão racial em nosso país

Dessa forma, uma parcela da população que não era alfabetizada e não tinha meios para especializar-se foi relegada aos serviços braçais e manuais, que não ofereciam uma perspectiva de mobilidade social. Boa parte dessa força de trabalho era constituída por negros e negras (Gonzalez, 2022; Nascimento, 2016).

É relevante destacar que na Ditadura Militar ocorreu o aumento da presença do povo negro trabalhando na construção civil e na prestação de serviços, como na limpeza urbana, na segurança e nos correios (Gonzalez, 2022).

Negros e negras foram relegados ao subemprego, às moradias insalubres, como as favelas e os alagados. Por conta do racismo estrutural e cotidiano, e dos estereótipos de “vagabundo” e “malandro”, ampliou-se a violência racial e policial, ocorrendo a banalização das mortes do povo negro, corpos negros que se tornavam “presuntos” (Gonzalez, 2022, p. 23), e suas famílias eram alvos de represálias se ousassem lutar por justiça (Gonzalez, 2022).

Essa era a realidade do povo negro na Ditadura Militar. Uma realidade que a maioria da população brasileira desconhecia devido à censura política e a repressão, e a difusão do mito da democracia racial.

Na década de 1970, diante de uma economia fragilizada e de uma sociedade cada vez mais desigual na cidade de São Paulo - SP, em 1978 surge o Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial (MUCDR), rebatizado como Movimento Negro Unificado (MNU).

Na ditadura militar, a discussão sobre raça era vista como assuntos “subversivos”, logo assim, a perseguição daqueles(as) que contestavam tal ideia eram alvos dos agentes de segurança e repressão. Em 1969, a Lei de Segurança Nacional estabeleceu como crime os assuntos referentes ao racismo, sob pena de prisão. Falar de racismo colocaria em xeque o mito da democracia racial e, conseqüentemente, a imagem criada pela Ditadura.

Os(as) ativistas negros(as) organizados por meio do movimento negro educador pautavam o debate público sobre raça, racismo e o mito da democracia racial em nosso país. Esse ativismo não era bem visto pelos representantes da Ditadura. A discussão sobre raça era proibida, tanto que naquela época nos censos realizados o fator raça não estava presente.

Os (as) representantes do MNU foram perseguidos. Para os que governavam o país à época, era necessário que se mantivesse o mito da democracia racial e a ideia de que o governo levava o país para a frente, e mais, que todos permanecessem unidos por meio do trabalho e colaborassem para o desenvolvimento e modernização da nação.

No Brasil, no contexto da Ditadura Militar, em várias regiões do país existiam grupos que faziam a discussão sobre a realidade do povo negro. Inicialmente estes grupos versavam sobre a relevância do povo negro reconhecer a cultura, a literatura negra, valorizando-se a herança africana e cultura afro-brasileira (Ribeiro, 2023).

Em São Paulo, iniciaram-se as atividades no Centro de Cultura e Arte Negra-CECAN, por meio deste os(as) ativistas negros(as) desenvolveram pesquisas e divulgação da cultura negra. No CECAN foram organizados vários eventos como seminários, que se constituíram em espaços de discussão, apresentações e sociabilidades da comunidade negra (Ribeiro, 2023).

No Rio Grande de do Sul, em Porto Alegre, o Grupo Palmares também se articulou e foi importante para o questionamento da data 13 de maio, pois na História oficial a princesa Isabel foi e é vista como heroína, a “Redentora” do povo negro escravizado. Para os(as) ativistas do Grupo Palmares e a comunidade negra consciente, o 20 de novembro - Dia da Consciência negra é mais significativo, pois deu e dá visibilidade a História negra e ao protagonismo do povo negro na luta pela liberdade, como Zumbi e Dandara do quilombo de Palmares, entre outras personalidades negras que lutaram pelo fim da escravidão negra no Brasil (Gonzalez, 2022).

No Rio de Janeiro, destacam-se as atividades desenvolvidas pelo Instituto de Pesquisas das Culturas Negras (IPCN) e pelos grupos de *soul-black* que foram sendo formados na cidade e eram considerados como pontos de encontros e também de discussões sobre o que era e é ser negro(a) em nosso país e as estratégias de luta para superar as desigualdades vivenciadas (Brauns, Santos, Oliveira, 2023).

No Brasil, a partir de 1976, ampliou-se os diálogos entre os(as) ativistas das organizações negras do eixo Rio-São Paulo, para a articulação de um movimento de caráter nacional. Isso se concretizou em 1978, na cidade de São Paulo, no protesto de rua nas escadarias do Theatro Municipal de São Paulo, por conta da fundação do Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial (MUCDR), posteriormente renomeado como Movimento Negro Unificado (MNU):

Sua criação efetiva, que se daria em junho de 1978 em São Paulo, como veremos em seguida, resultou de todo um trabalho de todos os setores mais consequentes das entidades cariocas e paulistas, empenhados numa luta política comum. Vale dizer que a fundação do MNU não contou com a participação de nenhuma grande personalidade, mas resultou do esforço de uma negrada anônima, dessas novas lideranças forjadas sob o regime ditatorial militar (Gonzalez, 2022, p. 53).

Na cidade de São Paulo, dois casos de racismo deixaram a comunidade negra indignada, impulsionando o surgimento do MNU. O primeiro, a morte de Robson Silveira Luis, trabalhador, casado e pai de família que morreu em decorrência das torturas policiais sofridas na Delegacia de Polícia de Guaianazes, em 28 de abril de 1978. O segundo caso, quatro jovens negros foram barrados no Clube de Regatas Tietê, por conta de sua origem étnico-racial (Gonzalez, 2022; Nascimento, 2016).

Esses casos de violência racial e policial, e de racismo revoltaram a comunidade negra engajada, levando-a a rua e promovendo o lançamento do MNU na Ditadura Militar, embora a existência da repressão.

No dia 18 de junho de 1978, houve a fundação do Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial (MUCDR). Em 07 de julho de 1978, a organização negra de dimensão nacional foi lançada nas escadarias do Theatro Municipal de São Paulo, contando com o apoio das seguintes organizações que assinaram a carta manifesto: Grupo Afro Latino-América, Grupo Decisão, Brasil Jovem, Instituto Brasileiro de Estudos Africanistas (IBEA), Associação Cristã Brasileira de Beneficência (ACBB), Grupo de Artistas Negros e Grupos de Atletas Negros, Escola de Samba Quilombo, Grupo Palmares, Renascença Clube, Centro de Estudos Brasil-África (CEBA), Instituto de Pesquisa de Cultura Negra (IPCN), Núcleo Negro Socialista do Rio de Janeiro e Grupo Nego Bahia, denunciando o racismo, o mito da democracia racial, a exclusão social e as mazelas sociais que atingiam o povo negro (Gonzalez, 2022; Nascimento, 2016).

Cartas de apoio ao movimento foram lidas nas escadarias do Theatro Municipal de São Paulo, a jornalista Neusa Maria Pereira discursou naquela noite e ressaltou o papel desempenhado pelas mulheres negras na sociedade brasileira.

Ao analisar a carta do MNU, constata-se a diversidade de grupos que assinaram o manifesto e estiveram presentes. Assim, entende-se que o racismo praticado no país não afetava apenas uma cidade, mas diversas regiões do Brasil.

Em 07 de julho de 1978, ato público mobilizou a presença de entorno de 2.000 pessoas nas escadarias do Theatro Municipal de São Paulo, tornando-se um fato de destaque na imprensa nacional e também internacional:

A realização desse ato desnudou a falácia da afirmação insistentemente feita pelos governos militares e pela diplomacia do Brasil de que o país era um paraíso racial, ao mesmo tempo que demonstrou o anseio da população negra por encontrar caminhos para combater de maneira mais incisiva o racismo e suas consequências (Carranço, Oliveira, 2023).

Para a convocação de toda a população brasileira, foi distribuída em formato de panfleto uma Carta Aberta (ver também o anexo 1):

Carta Aberta a População Contra o Racismo

Hoje estamos na rua numa campanha de denúncia!

Campanha contra a discriminação racial, contra a opressão policial, contra o desemprego, o subemprego e a marginalização. Estamos nas ruas para denunciar as péssimas condições de vida da Comunidade Negra.

Hoje é um dia histórico. Um novo dia começa a surgir para o negro!

Estamos saindo das salas de reuniões, das salas de conferências e estamos indo para as ruas. Um novo passo foi dado na luta contra o racismo.

Os racistas do Clube de Regatas Tietê que se cubram, pois exigiremos justiça. Os assassinos dos negros que se cuidem, pois a eles também exigimos justiça!

O Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial foi criado para ser um instrumento de luta da comunidade negra. Este movimento deve ter como princípio básico o trabalho de denúncia permanente de todo ato de discriminação racial, a constante organização da comunidade para enfrentarmos todo e qualquer tipo de racismo. Todos nós sabemos o prejuízo social que causa o racismo. Quando uma pessoa não gosta de um negro é lamentável, mas quando toda uma sociedade assume atitudes racistas frente a um povo inteiro, ou se nega a enfrentar, aí então o resultado é trágico para nós negros: Pais de família desempregados, filhos desamparados, sem assistência médica, sem condições de proteção familiar, sem escolas e sem futuro. E é este racismo coletivo, este racismo institucionalizado, que dá origem a todo tipo de violência contra um povo inteiro. É este racismo institucionalizado que dá segurança para a prática de atos racistas como os que ocorreram no Clube Tietê, como o ato de violência policial que se abateu sobre Robson Silveira da Luz, no 44º Distrito Policial de Guaianazes, onde este negro, trabalhador, pai de família, foi torturado até a morte. No dia 19 de julho, Nilton Lourenço, mais um negro operário, foi assassinado por um policial no bairro da Lapa, revoltando toda a comunidade e o povo em geral. Casos como estes são rotina em nosso país, que se diz democrático.

E tais acontecimentos deixam mais evidente e reforçam a justiça de nossa luta, nossa necessidade de mobilização. É necessário buscar formas de

organização. É preciso garantir que este movimento seja um forte instrumento de luta permanente da comunidade, onde todos participem de verdade, definindo os caminhos do movimento. Por isto chamamos todos para engrossarem o MOVIMENTO UNIFICADO CONTRA A DISCRIMINAÇÃO RACIAL.

Portanto, propomos a criação de CENTROS DE LUTA DO MOVIMENTO UNIFICADO CONTRA DISCRIMINAÇÃO RACIAL nos bairros, nas vilas, nas prisões, nos terreiros de candomblé, nos terreiros de umbanda, nos locais de trabalho, nas escolas de samba, nas igrejas, em todo o lugar onde o negro vive: CENTROS DE LUTA que promovam o debate, a informação, a conscientização e organização da comunidade negra, tornando-nos um movimento forte, ativo e combatente, levando o negro a participar em todos os setores da sociedade Brasileira. Convidamos aos setores democráticos da sociedade que nos apoiem, criando as condições necessárias para criar uma verdadeira democracia racial.

– CONTRA A DISCRIMINAÇÃO RACIAL!

– CONTRA A OPRESSÃO POLICIAL!

– PELA AMPLIAÇÃO DO MOVIMENTO!

– POR UMA AUTÊNTICA DEMOCRACIA RACIAL!

“Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial” (Nascimento, 2016, p. 166 - 168).

Nos primeiros parágrafos da carta, os(as) manifestantes ressaltaram:

Carta Aberta a População Contra o Racismo. Hoje estamos na rua numa campanha de denúncia! Campanha contra a discriminação racial, contra a opressão policial, contra o desemprego, o subemprego e a marginalização. Estamos nas ruas para denunciar as péssimas condições de vida da Comunidade Negra” (Nascimento, 2016, p. 166).

Os(as) ativistas negros(as) por meio da carta não convocaram apenas a população negra, mas todo o povo brasileiro, para unidos lutarem contra o racismo, a pobreza, e as desigualdades sociais e raciais.

Nesta carta os(as) ativistas do MNU destacaram que a política de modernização da Ditadura Militar afetava o povo negro e pobre, por conta da discriminação racial, levando-o ao subemprego e a marginalização. Sendo assim, aquela realidade econômica, social e racial prejudicava homens negros e mulheres negras.

A geração de 1978 do MNU seguiu asseverando: “Hoje é um dia histórico. Um novo dia começa a surgir para o negro! / Estamos saindo das salas de reuniões, das salas de conferências e estamos indo para as ruas. Um novo passo foi dado na luta contra o racismo” (Nascimento, 2016, p. 167).

No final da década de 1970, ocorreu no país, o processo de distensão para a reabertura política, com o advento da crise do milagre econômico e suas consequências, os movimentos sociais ampliaram as manifestações de contestação ao governo. Deste modo, nesse contexto histórico os(as) ativistas do movimento negro educador não hesitaram em ir as ruas, para denunciarem o governo vigente:

O período pós-1975 marcou o começo da reorganização da sociedade civil no interior do processo de abertura política, retomando valores democráticos. Em São Paulo, estudantes, operários grupos de reivindicações da periferia, mulheres e homossexuais organizaram-se e saem as ruas para protestar e reivindicar melhores condições de vida e o fim da repressão e da discriminação, num momento que ainda guardava vestígios da repressão político-militar (Silva, 2023, p. 22).

Assim, constata-se que diversos movimentos sociais protestavam contra a Ditadura Militar. O movimento negro educador seguiu na luta antirracista. O debate racial era censurado na época, desta maneira as reuniões aconteciam de modo sigiloso para que não houvesse as prisões dos(as) ativistas. Fato este que pode ser observado na fala de Carlos Alberto Medeiros, na palestra *Movimento Negro e Ditadura Militar no Brasil*, no canal Estudando História (2024), do professor e historiador Ricardo Vieira. Nesse sentido, sair para as ruas significava também o enfrentamento ao regime, e o desmascaramento da imagem idealizada e harmoniosa de um povo ordeiro, desprovido de problemas étnico-raciais.

O MNU trouxe para o debate público e nacional a questão étnico-racial, e as feministas negras como Lélia Gonzalez, Luiza Bairros e outras mulheres negras ampliaram essa discussão ao instigarem os diálogos acerca de raça, gênero e classe.

No Brasil contemporâneo, por conta da luta histórica do movimento negro educador, principalmente a partir da fundação do MNU, políticas públicas de ações afirmativas têm contemplado reivindicações históricas da população negra. Desde a Constituição de 1988, o racismo é crime e inafiançável, e também houve a criação da Fundação Cultural Palmares (FCP), que visa a preservação da História negra, o mapeamento e a titulação das terras de pretos, ou seja, de remanescentes de quilombos no Brasil.

Com a aprovação da Lei n. 10.639/2003 valorizou-se a História negra, ao tornar obrigatório o ensino da História da África e cultura afro-brasileira. Assim, ativistas negros(as) seguem na luta antirracista para a efetividade desta, combatendo-se o racismo e o epistemicídio.

Para Gomes (2017), o movimento negro educador modificou e modifica a sociedade brasileira em diversas áreas, e segue contribuindo com outros movimentos sociais. Sendo assim, o movimento negro educador nas lutas por emancipação, produziu e produz conhecimentos e saberes, educando o povo negro e brasileiro.

Na biografia de Sueli Carneiro, a jornalista e pesquisadora Bianca Santana (2021) relatou a importância da criação do MNU para que outros pensadores e

pensadoras pudessem lutar pela causa negra, por uma sociedade antirracista e justa. Sueli Carneiro não participou da fundação do MNU, mas do manifesto de 07 de julho de 1978, quando conheceu Lélia Gonzalez.

Ainda na carta do MNU, os(as) ativistas salientaram que: *“Os racistas do Clube de Regatas Tietê que se cubram, pois exigiremos justiça. Os assassinos dos negros que se cuidem, pois a eles também exigimos justiça!”* (Nascimento, 2016, p. 167).

Dito isso, constata-se que os(as) ativistas denunciaram o racismo, a violência racial e policial, ou seja, “a necropolítica - a política da morte” (Mbembe, 2018, p. 71) dos agentes de segurança na Ditadura Militar, embora a existência da repressão e a censura política. Assim, seguiram na luta antirracista, afirmando que:

O Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial foi criado para ser um instrumento de luta da comunidade negra. Este movimento deve ter como princípio básico o trabalho de denúncia permanente de todo ato de discriminação racial, a constante organização da comunidade para enfrentarmos todo e qualquer tipo de racismo. Todos nós sabemos o prejuízo social que causa o racismo. Quando uma pessoa não gosta de um negro. Quando uma pessoa não gosta de um negro é lamentável, mas quando toda uma sociedade assume atitudes racistas frente a um povo inteiro, ou se nega a enfrentar, aí então o resultado é trágico para nós negros (Nascimento, 2016, p. 167).

Observa-se nesse trecho da carta que o MNU fez um grande chamamento de toda comunidade negra, convocando negros e negras para a luta antirracista permanente, denunciando o racismo estrutural na sociedade brasileira. Por isso, os(as) ativistas negros(as) afirmaram que quando uma pessoa diz que não gosta de um negro, isso é lamentável. Mas, quando toda a sociedade age dessa forma, escancara-se o racismo estrutural existente no país, e a forma como este reverbera nas instituições e diversos espaços da vida social, ocasionando problemas para a população negra:

Pais de família desempregados, filhos desamparados, sem assistência médica, sem condições de proteção familiar, sem escolas e sem futuro. E é este racismo coletivo, este racismo institucionalizado, que dá origem a todo tipo de violência contra um povo inteiro. É este racismo institucionalizado que dá segurança para a prática de atos racistas como os que ocorreram no Clube Tietê, como o ato de violência policial que se abateu sobre Robson Silveira da Luz, no 44o Distrito Policial de Guaianazes, onde este negro, trabalhador, pai de família, foi torturado até a morte. No dia 19 de julho, Nilton Lourenço, mais um negro operário, foi assassinado por um policial no bairro da Lapa, revoltando toda a comunidade e o povo em geral. Casos como estes são rotina em nosso país, que se diz democrático (Nascimento, 2016, p. 167).

Os(as) ativistas pontuaram casos de racismo, e de violência racial e policial que deixaram bem claro a existência do racismo em nosso país, embora o Estado

autoritário difundisse por meio das propagandas políticas a ideia de nação democrática, ausente de preconceitos e/ou de racismo. A violência vivenciada pela população negra era constante. O medo de ser preso, de ser levado para prisões e/ou hospícios causava na população a busca por qualquer atividade remunerada e com carteira assinada. Porém, ainda assim, não estavam isentos da violência naquela época.

Diante disso, os(as) ativistas do MNU propuseram a união do povo negro na luta antirracista, a organização de negros e negras em diversos espaços da vida social:

Portanto, propomos a criação de CENTROS DE LUTA DO MOVIMENTO UNIFICADO CONTRA DISCRIMINAÇÃO RACIAL nos bairros, nas vilas, nas prisões, nos terreiros de candomblé, nos terreiros de umbanda, nos locais de trabalho, nas escolas de samba, nas igrejas, em todo o lugar onde o negro vive: CENTROS DE LUTA que promovam o debate, a informação, a conscientização e organização da comunidade negra, tornando-nos um movimento forte, ativo e combatente, levando o negro a participar em todos os setores da sociedade brasileira. Convidamos aos setores democráticos da sociedade que nos apoiem, criando as condições necessárias para criar uma verdadeira democracia racial.

– CONTRA A DISCRIMINAÇÃO RACIAL!

– CONTRA A OPRESSÃO POLICIAL!

– PELA AMPLIAÇÃO DO MOVIMENTO!

– POR UMA AUTÊNTICA DEMOCRACIA RACIAL!

“Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial” (Nascimento, 2016, p. 168).

Por fim, os(as) ativistas negros da geração de 1978 afirmaram que era urgente a união e o debate público sobre o racismo e as consequências destes na vida do povo negro, a fim de combatê-los, como também a organização de nossa gente onde vivesse, ou seja, nos bairros, nas vilas, nas prisões, nos terreiros de Candomblé e Umbanda, nas igrejas, nas prisões, nas escolas de samba, em múltiplos espaços. O movimento negro educador ressaltou a importância da luta coletiva no combate ao racismo, a fim de romper com a lógica discriminatória.

Sueli Carneiro no livro *Dispositivo de racialidade: a construção do outro como não ser como fundamento do ser* (2023) asseverou que é no coletivo, na união de seus iguais, do povo negro, que as mudanças acontecem. Dessa forma, destacou-se a lógica de um Estado e/ou pessoas que não contribuem para a luta antirracista e que continuam a operar os dispositivos de racialidade do colonizador.

Com base nos estudos dessa intelectual negra e filósofa, Sueli Carneiro, depreende-se que é no coletivo, na luta antirracista, feminista e em defesa dos Direitos Humanos, e por políticas públicas para o bem viver de homens negros e mulheres

negras, nós transformamos e transformaremos a nossa realidade social, e a sociedade brasileira.

Esse debate público acerca da discussão racial e das condições de vida do povo negro no Brasil pós-abolição, pressupõe o diálogo entre o Estado brasileiro, as pessoas que estão na política institucional, os(as) representantes dos movimentos sociais, como do movimento negro educador e do feminismo negro, e a sociedade civil como um todo, estabelecendo diálogos interseccionais sobre raça, gênero, classe e diversidade sexual. Como bem o fez e ainda faz o Movimento Negro Unificado, há 47 anos.

No decorrer do ano de 1978, após a fundação do MNU, foram realizadas assembleias, nas quais discutiram a carta de princípios, plano de ações e a elaborações de ações. Neste mesmo ano, na 3ª Assembleia Nacional do Movimento, que aconteceu na cidade de Salvador – BA, foi aprovado o 20 de novembro como Dia Nacional da Consciência Negra (Pereira, 2023, p. 65).

Em 1971, no Rio Grande do Sul, em Porto Alegre, foi fundado o Grupo Palmares, formado por professores(as) e pensadores(as) das áreas do teatro, literatura, entre outras. O grupo tinha como objetivo o estudo da História do negro no Brasil por uma perspectiva que não se alinhava com a História oficial, tradicional e eurocêntrica, mas pela perspectiva do povo negro (Silveira, 2003).

O Grupo Palmares divulgou por meio de jornais, atividades e eventos que enalteciam a data 20 de novembro, apresentando-a como a que representava o povo negro na luta pela abolição da escravização. A data faz alusão ao dia da morte de Zumbi dos Palmares, que ousou lutar com Dandara e outros(as) negros(as) do quilombo de Palmares pela liberdade, contrapondo-se a ordem do Brasil colonial (Silveira, 2003).

Segundo Nelson Inocência Silva o reconhecimento dessa data é uma política de reparação histórica, dando visibilidade a um conhecimento que foi negado, omitido e apagado ao longo do processo afro-diaspórico. É um importante aspecto da formação do indivíduo enquanto ser e enquanto sujeito histórico, pois é a partir dela que se toma o autoconhecimento e de ser quem é (Silveira, 2003).

Nas primeiras reuniões que o grupo realizou, ficou definido que o 20 de novembro deveria ser a data que representasse de fato a libertação do povo negro, como também a nomenclatura adotada pelos participantes, como pontuou Oliveira Silveira:

A denominação Grupo Palmares nasceu do conjunto de participantes da segunda reunião devido as considerações de que Palmares parecia ser a passagem mais marcante na história do negro no Brasil ao representar todo um século de luta e liberdade conquistada e sendo também um contraponto à “liberdade” doada ao treze de maio de 1888, etc. (Silveira, 2003, p. 26).

Para o Grupo Palmares, o 20 de novembro faz referência a data de morte de Zumbi dos Palmares, líder do quilombo dos Palmares que teve a duração de um século, sendo destruído em 1695. Os(as) negros(as) do quilombo resistiram e subverteram a lógica escravagista, ao organizarem uma sociedade livre moldada nas bases da igualdade e coletividade (Silveira, 2003).

Além disso, o grupo tinha como intuito apresentar outras datas, fatos e nomes em contestação do 13 de maio, definido como data oficial da libertação do povo negro e tão difundida nas escolas, livros didáticos e para a sociedade como um todo. Os(as) ativistas do Grupo Palmares buscaram reescrever a História oficial do país pela ótica do povo negro, dando visibilidade a sua participação na formação do país e a preservação da memória negra (Silveira, 2003).

Assim, a consciência das pessoas passaria a ser modificada, principalmente para o povo negro. Pois, por meio desta é possível o autoconhecimento enquanto o negro seria modificado para uma consciência positiva e de valorização de si mesmo, rompendo com os estereótipos racistas construídos ao longo da diáspora. E mais, a preservação da História e memória negra, representava a construção de caminhos para a descolonização da História do Brasil, e também de desconstrução de estereótipos sobre o povo negro:

a superação do racismo que desumaniza a população negra ao concebê-la como resultado de um conjunto de estereótipos (positivos ou negativos), os quais aprisionam e inviabilizam a existência alimentada pelo prazer de ser o que é (Silva, 2023, p. 36).

Para os(as) ativistas negros(as), o 13 de maio, data que era celebrada como Abolição da Escravatura, não representava a população negra, já que faz apologia à princesa Isabel, a heroína branca e da elite do Brasil imperial. Uma História Política tradicional e eurocêntrica que invisibilizou o protagonismo negro na luta pela liberdade e não problematizou/questionou a Lei Áurea, pois esta foi assinada, sem a aprovação de políticas públicas de reparação aos(as) ex-escravizados. Dessa forma, a liberdade foi concedida, mas sem nenhuma garantia de que a população negra acompanhasse as transformações políticas, econômicas e sociais.

Nas celebrações da data 13 de maio sempre era lembrada a princesa Isabel,

personificada na figura do branco “salvador”, enquanto a população negra fora interpretada como a que assistia tudo de maneira “dócil” e “passiva”. Para os(as) ativistas do MNU, essa narrativa da História oficial consolidou uma imagem pejorativa da população, influenciando crianças, jovens e adultos. As representações pejorativas e depreciativas do povo negro eram difundidas nos livros e manuais didáticos.

A política de memória e de reconhecimento da data 20 de novembro foi construída pelo Grupo Palmares. Em 04 de novembro de 1978, esta política também se tornou uma das ações do MNU, contando com o apoio do Grupo Palmares e de outras organizações negras. Assim, a nível nacional, os(as) ativistas negros(as) publicizaram a importância da data 20 de novembro como Dia Nacional da Consciência Negra. Para isso, foi elaborado um manifesto com o posicionamento do MNU:

A ZUMBI

20 de novembro: Dia Nacional da Consciência Negra

Nós, negros brasileiros, orgulhosos por descendermos de ZUMBI, líder da República Negra de Palmares, que existiu no estado de Alagoas, de 1595 a 1695, desafiando o domínio português e até holandês, nos reunimos hoje após 283 anos para declarar a todo o povo brasileiro nossa verdadeira e efetiva data: 20 de novembro, DIA NACIONAL DA CONSCIÊNCIA NEGRA! Dia da morte do grande líder negro nacional, Zumbi, responsável pela primeira e ÚNICA tentativa brasileira de estabelecer uma sociedade democrática, ou seja, livre, e em que todos-negros, índios, brancos realizaram um grande avanço político e social. Tentativa esta que sempre esteve presente em todos os quilombos.

Hoje estamos numa luta de reconstrução da sociedade brasileira, apontando para uma nova ordem, onde haja a participação geral e justa do negro, uma vez que somos os oprimidos dos oprimidos; não só aqui, mas em todos os lugares onde vivemos. Por isto, negamos o Treze de maio de 1888, dia da abolição da escravatura, como um dia de libertação. Por quê? Porque nesse dia foi assinado uma lei que ficou no papel, encobrindo uma situação de dominação sob à qual até hoje o negro se encontra:

Jogado nas Favelas, Cortiços, Alagados e Invasões, Empurrados para a Marginalidade, A Prostituição, A Mendicância, Os Presídios, O Desemprego e o Subemprego, tendo sobre si, ainda, o peso desumano da Violência e Repressão Policial. Por isto, mantendo o espírito de luta dos quilombos, gritamos contra a situação de exploração a que estamos submetidos, lutando contra o racismo e toda e qualquer forma de opressão existente na sociedade brasileira, e pela mobilização e organização da comunidade, visando-a uma real emancipação política, econômica, social e cultural. Desde o dia 18 de junho somos o Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial, movimento que se propõe a ser um canal de reivindicações do negro brasileiro e que tem suas bases nos centros de luta, formados onde quer que o negro se faça presente.

É preciso que o Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial se torne forte, ativo e combatente, mas, para isso é necessária a participação de todos, afirmando o Vinte de Novembro como o DIA NACIONAL DA CONSCIÊNCIA NEGRA.

PELO DIA NACIONAL DA CONSCIÊNCIA NEGRA
PELA AMPLIAÇÃO DO MNUCDR
POR UMA VERDADEIRA DEMOCRACIA RACIAL

PELA LIBERTAÇÃO DO POVO NEGRO (Gonzalez, 2022, p. 73-74).

É interessante destacar esse primeiro trecho da carta dos(as) ativistas do Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial (MNUCDR), a valorização da História negra, da resistência em Palmares e a Zumbi:

20 de novembro: Dia Nacional da Consciência Negra Nós, negros brasileiros, orgulhosos por descendermos de ZUMBI, líder da República Negra de Palmares, que existiu no estado de Alagoas, de 1595 a 1695, desafiando o domínio português e até holandês, nos reunimos hoje após 283 anos para declarar a todo o povo brasileiro nossa verdadeira e efetiva data: 20 de novembro, DIA NACIONAL DA CONSCIÊNCIA NEGRA! (Gonzalez, 2022, p.73).

Nesse manifesto, Zumbi e a resistência negra em Palmares foram reverenciados como símbolos da luta do povo negro no Brasil contra a opressão, em prol da liberdade, contribuindo para a análise da História do Brasil a partir da perspectiva negra. Nesta perspectiva, houve a exaltação da grandiosidade do quilombo de Palmares, contrapondo-se as narrativas coloniais da História oficial.

Constata-se que a população negra brasileira deveria orgulhar-se de sua ancestralidade africana e afro-brasileira, da História negra, pois no contexto de escravidão, negros e negras tiveram a altivez e a capacidade de organizar uma sociedade livre, com produção agrícola sustentável e estratégias militares, resistindo aos ataques dos governos português e holandês.

Os(as) ativistas do MNU (re)escreverem a História negra do quilombo de Palmares, preservando-a em plena Ditadura Militar. Eles e elas seguiram afirmando a relevância da luta antirracista por uma sociedade com justiça social e racial. Isso é evidente no trecho da carta/manifesto a seguir:

Hoje estamos numa luta de reconstrução da sociedade brasileira, apontando para uma nova ordem, onde haja a participação geral e justa do negro, uma vez que somos os oprimidos dos oprimidos; não só aqui, mas em todos os lugares onde vivemos. Por isto, negamos o Treze de maio de 1888, dia da abolição da escravatura, como um dia de libertação. Por quê? Porque nesse dia foi assinado uma lei que ficou no papel, encobrindo uma situação de dominação sob à qual até hoje o negro se encontra: Jogado nas Favelas, Cortiços, Alagados e Invasões, Empurrados para a Marginalidade, A Prostituição, A Mendicância, Os Presídios, O Desemprego e o Subemprego, tendo sobre si, ainda, o peso desumano da Violência e Repressão Policial (Gonzalez, 2022, p. 73).

Nesta parte da carta-manifesto, nota-se a importância que o ativismo do MNU tem na construção de uma nova sociedade, opondo-se à Ditadura. Outros movimentos sociais também começaram a manifestar-se contra o regime, denunciando as práticas

de repressão e os problemas econômicos que afetavam a vida do povo brasileiro.

O MNU deixou claro que era necessária a participação efetiva do povo negro nas tomadas de decisões do país. Desde o Brasil pós-abolição, a maioria do povo negro foi excluído, alvo do racismo, relegado à pobreza e a morar em espaços de vulnerabilidade, tais como nas favelas, nos cortiços, nos alagados e/ou invasões.

Os(as) ativistas do MNU denunciaram os problemas sociais que negros e negras enfrentavam, expondo mais uma vez o quanto o mito da democracia racial era uma falácia no Brasil e na Ditadura.

Dessa forma, os(as) ativistas do MNU afirmaram a necessidade de prosseguir na luta antirracista e contra toda opressão e exploração, com o espírito quilombola, para que outras abolições ocorressem em nosso país e as reivindicações do povo negro fossem contempladas nas políticas públicas. Assim, o MNU se apresentou como uma organização negra e um canal de comunicação entre o povo negro e brasileiro, e o Estado e suas instituições, em prol da emancipação dos grupos sociais subalternizados:

Por isto, mantendo o espírito de luta dos quilombos, gritamos contra a situação de exploração a que estamos submetidos, lutando contra o racismo e toda e qualquer forma de opressão existente na sociedade brasileira, e pela mobilização e organização da comunidade, visando a uma real emancipação política, econômica, social e cultural. Desde o dia 18 de junho somos o Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial, movimento que se propõe a ser um canal de reivindicações do negro brasileiro e que tem suas bases nos centros de luta, formados onde quer que o negro se faça presente (Gonzalez, 2022, p. 74).

Nesse trecho final da carta-manifesto os(as) ativistas negros(as) enfatizaram o objetivo do MNU, ou seja, o combate ao racismo e contra toda opressão, denunciando as condições de vida do povo negro em plena Ditadura Militar, a necessidade de mobilização, e da luta antirracista e política para transformar aquela realidade social. Uma das últimas frases do manifesto clamava por *“UMA VERDADEIRA DEMOCRACIA RACIAL”*. Pois, no Brasil, tanto na Ditadura Militar como no Brasil contemporâneo, a democracia racial foi e é um mito.

No Brasil contemporâneo, após 47 anos de fundação do Movimento Negro Unificado (MNU) e da publicação do manifesto, em 2023, sob a égide do Estado Democrático de Direito, no terceiro governo Lula, foi sancionada a Lei n.14.759/2023 que estabeleceu a data 20 de novembro como Dia de Zumbi e da consciência negra

como feriado nacional (Brasil, 2023).

Assim, o MNU, a comunidade negra organizada e consciente da História negra, a intelectualidade negra e o movimento negro educador seguem na luta antirracista e por políticas públicas para o bem viver, a efetividade das Leis n. 10.639/2003 e Lei n. 11.645/2008.

Enfim, nós seguimos em defesa do ensino de História na perspectiva da Educação antirracista, e da Educação para as relações étnico-raciais, combatendo-se o racismo, o epistemicídio, o machismo, o classismo, o etarismo, entre outras opressões.

4. CAPÍTULO

O MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO NO BRASIL CONTEMPORÂNEO: LUTAS, CONQUISTAS E DESAFIOS PARA A DESCOLONIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO

Ergue a tocha no alto da glória
Quem, herói, nos combates, se fez
Pois que as páginas da História
São galardões aos negros de altivez

Eduardo Oliveira - 1966

Em 1966, Eduardo Oliveira e co-fundador do MNU fez o registro da música que compôs na antiga Escola Nacional de Música, o Hino à Negritude, composição escrita por ele aos 16 anos de idade.

Eduardo Oliveira nesses versos do Hino à negritude exaltou o povo negro na História do Brasil, dando visibilidade ao protagonismo e a altivez de negros e negras nas lutas da vida, destoando das narrativas coloniais da História oficial.

No quarto e último capítulo, serão analisadas as representações do Movimento Negro Unificado e das relações étnico-raciais nos livros didáticos do Novo Ensino Médio, da Escola Estadual André Rebouças, de Alfenas - MG.

4.1 O MNU nos livros didáticos do PNLD 2020

Os livros didáticos são recursos pedagógicos utilizados amplamente na sala de aula por professores(as), desde o planejamento de aulas às atividades desenvolvidas com os(as) estudantes.

Os livros didáticos são em sua maioria fontes de leitura dos(as) estudantes. No Brasil, poucas famílias incentivam seus filhos a frequentarem bibliotecas públicas, fazer empréstimos de livros e leitura. A maioria das famílias está preocupada com o sustento de sua prole e, muitas vezes, não têm poder aquisitivo para compra de livros, visto que o mercado editorial é caro.

O livro didático também se constitui como um objeto de interesses que extrapola o espaço escolar, devido as questões políticas, econômicas e sociais, disputas de narrativas e memórias que impactam quais conteúdos serão incluídos e/ou excluídos do currículo escolar.

Após várias décadas de lutas dos movimentos sociais, como o movimento negro e movimentos indígenas, foi promulgada a Lei n.10.639/2003, alterada em 2008 pela Lei.n116.645/2008, que institui a obrigatoriedade do ensino da História e cultura

africana, afro-brasileira e indígena (Brasil, 2003, 2008).

Essa legislação educacional de ação afirmativa possibilitou o questionamento da História oficial e a descolonização do currículo, dos Projetos Políticos Pedagógicos (PPP) dos cursos de graduação e pós-graduação, e da formação inicial e continuada de professores(as).

Nesse sentido, este capítulo analisará como após mais de 20 anos da aprovação da Lei n.10.639/2003, o MNU, organização negra que lutou e luta tanto para a efetivação desta lei e valorização da História negra, encontra-se presente na coleção didática.

Pretende-se compreender também como o ativismo do MNU na Ditadura Militar foi representado na coleção *Identidade em Ação* (2020) utilizada por estudantes do Novo Ensino Médio da Escola Estadual André Rebouças, em Alfenas, Sul de Minas Gerais.

Conforme dados do IBGE em 2022 no município de Alfenas, 30,21% da população se autodeclararam como pessoas negras (pretos e pardos). Dito isso, é importante analisar a representação do MNU e das relações étnico-raciais no Ensino Médio, para compreender a História do Brasil e regional.

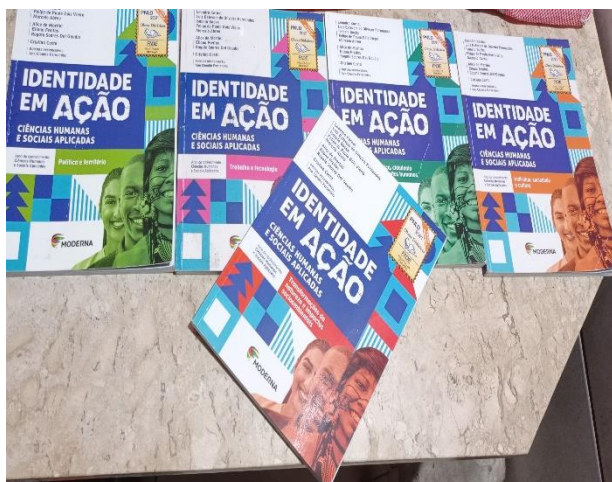
Na análise dos livros didáticos foram utilizados critérios já definidos ao se apresentar a metodologia no segundo capítulo. Inicialmente, será feita a análise das capas dos livros didáticos e depois dos conteúdos que deram visibilidade ao MNU.

A coleção *Identidade e Ação* (2020) é formada por seis volumes, todos possuem a mesma capa, diferenciando apenas as cores: laranja, rosa, vermelho, verde, roxo e verde-escuro. Seguem os volumes dessa publicação:

- *Volume 1: Indivíduo, Sociedade e Cultura.*
- *Volume 2: Trabalho e Tecnologia.*
- *Volume 3: Transformações da Natureza e Impacto Socioambientais*
- *Volume 4: Política e Território.*
- *Volume 5: Dinâmicas e Fluxos.*
- *Volume 6: Ética, Cidadania e Direitos Humanos.*

Os livros didáticos estão organizados conforme os requisitos de aprendizagens para os (as) estudantes do Novo Ensino Médio e de acordo com a BNCC (2018).

Figura 17: Coleção Identidade em Ação



Fonte: Acervo Pessoal da autora

Os livros contêm na capa a imagem de três pessoas, fazendo a representação das etnias que formaram e formam o povo brasileiro: os povos indígenas, os africanos e seus descendentes - a população negra e pessoas brancas (alusão aos colonizadores portugueses e imigrantes de diferentes nacionalidades).

Nas capas dos livros didáticos, houve a representação da diversidade étnico-racial e de gênero: em primeiro plano, há a imagem de uma jovem mulher representando os povos originários com alguns ornamentos, tais como a pintura no rosto e os brincos de pena. Em segundo plano, há um jovem homem negro. Por último, uma jovem mulher branca. Todas essas pessoas foram representadas sorrindo, trazendo a ideia de harmonia, de uma democracia racial tão criticada historicamente pelo movimento negro educador e as organizações negras, como o MNU.

O mito da democracia racial foi uma conceituação criada durante o início do século XX, principalmente quando Gilberto Freyre publicou *Casa grande-senzala* (1933). Para Freyre, desde a colonização portuguesa no Brasil, as três raças existentes neste território viviam em harmonia, por conta da miscigenação. Essa narrativa contribui para a construção do discurso de que não havia racismo no Brasil, possibilitando a criação do mito da democracia racial. O mito da democracia racial mascarou as desigualdades sociais e raciais presentes no país.

Ao analisar as capas dos livros didáticos, constatou-se que os(as) organizadores privilegiaram as etnias formadoras do povo brasileiro. Todos os livros didáticos têm como título “*Identidade em Ação*”, fazendo alusão a diversidade étnico-racial. Cada livro didático foi organizado com oito capítulos.

Os livros da coletânea didática têm sumário que traz a seção “Conhecendo este livro”;

“Primeiras reflexões” conforme a seguir:

Figura 18: Sessão Conhecendo este livro

Conhecendo este livro

O que você vai estudar?

Neste livro, você vai estudar conteúdos de História da Ciência e Tecnologia, com ênfase na história da ciência e tecnologia no Brasil, e na história da ciência e tecnologia no mundo. Você também vai estudar conteúdos de Física, com ênfase na história da física no Brasil, e na história da física no mundo.

Qual é a importância do estudo?

O estudo é importante porque nos permite entender o mundo ao nosso redor, e nos ajuda a tomar decisões mais conscientes sobre o futuro. Além disso, o estudo nos ajuda a desenvolver habilidades importantes, como a capacidade de raciocínio lógico, a capacidade de comunicação e a capacidade de trabalhar em equipe.

Quais são os objetivos desse estudo?

- Conhecer a história da ciência e tecnologia no Brasil e no mundo.
- Desenvolver habilidades importantes, como a capacidade de raciocínio lógico, a capacidade de comunicação e a capacidade de trabalhar em equipe.
- Aplicar os conhecimentos adquiridos na prática, através de projetos e atividades práticas.
- Avaliar a importância da ciência e tecnologia para o desenvolvimento da sociedade.

Conhecendo este livro

Conteúdo

O livro é dividido em duas partes principais: a primeira parte trata da história da ciência e tecnologia no Brasil, e a segunda parte trata da história da ciência e tecnologia no mundo. Cada parte é subdividida em capítulos, que abordam diferentes aspectos da história da ciência e tecnologia.

Competências e habilidades desenvolvidas neste livro

O livro visa desenvolver as seguintes competências e habilidades:

- **Competência 1:** Conhecer a história da ciência e tecnologia no Brasil e no mundo.
- **Competência 2:** Desenvolver habilidades importantes, como a capacidade de raciocínio lógico, a capacidade de comunicação e a capacidade de trabalhar em equipe.
- **Competência 3:** Aplicar os conhecimentos adquiridos na prática, através de projetos e atividades práticas.
- **Competência 4:** Avaliar a importância da ciência e tecnologia para o desenvolvimento da sociedade.

Conhecendo este livro

Como o livro está organizado

O livro está organizado de forma que facilite o estudo e a aprendizagem. Ele é dividido em capítulos, que abordam diferentes aspectos da história da ciência e tecnologia. Cada capítulo contém textos, imagens, gráficos e atividades práticas, que ajudam a consolidar o conhecimento adquirido.

Conteúdo

O livro é dividido em duas partes principais: a primeira parte trata da história da ciência e tecnologia no Brasil, e a segunda parte trata da história da ciência e tecnologia no mundo. Cada parte é subdividida em capítulos, que abordam diferentes aspectos da história da ciência e tecnologia.

Competências e habilidades desenvolvidas neste livro

O livro visa desenvolver as seguintes competências e habilidades:

- **Competência 1:** Conhecer a história da ciência e tecnologia no Brasil e no mundo.
- **Competência 2:** Desenvolver habilidades importantes, como a capacidade de raciocínio lógico, a capacidade de comunicação e a capacidade de trabalhar em equipe.
- **Competência 3:** Aplicar os conhecimentos adquiridos na prática, através de projetos e atividades práticas.
- **Competência 4:** Avaliar a importância da ciência e tecnologia para o desenvolvimento da sociedade.

Competências e habilidades desenvolvidas neste livro

O livro visa desenvolver as seguintes competências e habilidades:

- **Competência 1:** Conhecer a história da ciência e tecnologia no Brasil e no mundo.
- **Competência 2:** Desenvolver habilidades importantes, como a capacidade de raciocínio lógico, a capacidade de comunicação e a capacidade de trabalhar em equipe.
- **Competência 3:** Aplicar os conhecimentos adquiridos na prática, através de projetos e atividades práticas.
- **Competência 4:** Avaliar a importância da ciência e tecnologia para o desenvolvimento da sociedade.

Conhecendo este livro

Conteúdo

O livro é dividido em duas partes principais: a primeira parte trata da história da ciência e tecnologia no Brasil, e a segunda parte trata da história da ciência e tecnologia no mundo. Cada parte é subdividida em capítulos, que abordam diferentes aspectos da história da ciência e tecnologia.

Competências e habilidades desenvolvidas neste livro

O livro visa desenvolver as seguintes competências e habilidades:

- **Competência 1:** Conhecer a história da ciência e tecnologia no Brasil e no mundo.
- **Competência 2:** Desenvolver habilidades importantes, como a capacidade de raciocínio lógico, a capacidade de comunicação e a capacidade de trabalhar em equipe.
- **Competência 3:** Aplicar os conhecimentos adquiridos na prática, através de projetos e atividades práticas.
- **Competência 4:** Avaliar a importância da ciência e tecnologia para o desenvolvimento da sociedade.

Conhecendo este livro

Como o livro está organizado

O livro está organizado de forma que facilite o estudo e a aprendizagem. Ele é dividido em capítulos, que abordam diferentes aspectos da história da ciência e tecnologia. Cada capítulo contém textos, imagens, gráficos e atividades práticas, que ajudam a consolidar o conhecimento adquirido.

Conteúdo

O livro é dividido em duas partes principais: a primeira parte trata da história da ciência e tecnologia no Brasil, e a segunda parte trata da história da ciência e tecnologia no mundo. Cada parte é subdividida em capítulos, que abordam diferentes aspectos da história da ciência e tecnologia.

Competências e habilidades desenvolvidas neste livro

O livro visa desenvolver as seguintes competências e habilidades:

- **Competência 1:** Conhecer a história da ciência e tecnologia no Brasil e no mundo.
- **Competência 2:** Desenvolver habilidades importantes, como a capacidade de raciocínio lógico, a capacidade de comunicação e a capacidade de trabalhar em equipe.
- **Competência 3:** Aplicar os conhecimentos adquiridos na prática, através de projetos e atividades práticas.
- **Competência 4:** Avaliar a importância da ciência e tecnologia para o desenvolvimento da sociedade.

Figura 19: Sessão Primeiras reflexões



Na sessão “Conhecendo este livro”, há a reunião de informações para os(as) estudantes e professores(as). O primeiro tópico intitula-se “O que você vai estudar”, nele, apresenta-se aos(as) alunos(as), informações gerais sobre os conteúdos do livro didático e os critérios estabelecidos pela BNCC. Assim tem-se uma apresentação geral de cada livro didático. Depois, apresentou-se uma tabela que contém os códigos e as habilidades previstos na BNCC (2018) e estão presentes no livro didático. Segue um dos sumários dos livros didáticos contendo oito capítulos:

Figura 20: Sumário Coleção Identidade em Ação

Sumário	
Conhecendo este livro 4	Diversas óticas – Direitos sociais no Brasil 96
Primeiras reflexões 10	3. A questão da pobreza 91
Capítulo 1 Fundamentos da ética e da cidadania 12	4. Exclusão social e capitalismo 93
1. Ética e cidadania 13	Analizando – Desigualdade social e concentração de renda 94
2. Ética dos direitos 18	5. Globalização, desigualdade e diversidade 95
3. Determinismo e liberdade 22	Atividades 97
Analizando – A cidadania como liberdade 24	
Atividades 25	
Capítulo 2 Direitos humanos 26	Capítulo 6. Urbanização e direito à cidade 98
1. Introdução à ideia de direitos humanos 27	1. O direito à cidade e a urbanização 99
2. A ideia de justiça 28	2. O direito à cidade e a urbanização capitalista 101
3. O humanismo e os direitos humanos 32	Analizando – A importância das imagens e o direito à cidade 105
4. Direitos humanos hoje: as críticas 33	3. O direito à cidade e suas dimensões 106
5. O legado humanista 34	Analizando – Urbanização, periferia e impactos socioambientais 118
Diversas óticas – A educação para os direitos humanos 36	Atividades 120
Atividades 37	
Capítulo 3 Autoritarismo e democracia na América Latina 38	Capítulo 7. Preconceito, discriminação e violência 122
1. A Era Vargas 39	1. Discriminação e preconceito 123
2. Populismo 40	2. Minorias sociais e ações afirmativas 126
3. O autoritarismo 41	3. Violência 127
Analizando – O autoritarismo de Getúlio Vargas 47	4. Motivos da exclusão social 132
Analizando – O autoritarismo de Vargas 49	Atividades 133
Analizando – O autoritarismo na América Latina 55	
Analizando – O autoritarismo na América Latina 58	Capítulo 8. Deslocamentos populacionais: desafios e tendências atuais 134
Atividades 59	1. O fenômeno migratório 135
Capítulo 4 Ditaduras na América Latina 60	Analizando – Modelo de estado de desenvolvimento por desafios 142
1. A ditadura civil-militar no Brasil 61	2. As políticas e as barreiras anti-imigração 143
Analizando – A censura prévia 70	3. Migrações internacionais na Europa 147
2. A América Latina e os regimes militares 75	Diversas óticas – Política para migração 148
3. A cidadania e o direito à memória 80	Migrações Sul-Sul 149
Atividades 82	Atividades 154
Capítulo 5 Desigualdades sociais e igualdade de direitos 84	Coletivo em ação – Slam: a poesia da juventude 156
1. Estratificação e desigualdade sociais 85	Referências bibliográficas 158
2. Cidadania e direitos 88	

Fonte: Karnal et.al (2020, p.3)

A análise dos livros didáticos foi feita através dos dados obtidos de uma tabela. Ver Apêndice 1 dessa dissertação. O preenchimento dessa tabela teve como pergunta norteadora: Qual(ais) livro(s) didático(s) (volume) da coleção de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas contemplam a História da Ditadura Militar brasileira e o MNU?

Assim os livros foram analisados previamente para ver quais continham conteúdos sobre Ditadura Militar e o MNU. Da coleção didática, apenas o volume 1 “Indivíduo, Sociedade e Cultura” e o volume 6 de “Ética, Cidadania e Direitos Humanos” abordaram conteúdos sobre a Ditadura Militar e o MNU.

O volume 1 da coleção didática tem como proposta estudar os conceitos de indivíduo, sociedade e cultura por meio de diversos pontos de vistas das Ciências Humanas e Sociais. Além disso, o livro didático compromete-se a apresentar o espaço geográfico e a formação de identidade, enfatizando a formação do país no período Regencial aos anos iniciais da República (Karnal, et.al,2020, p.04).

O capítulo 5 intitulado “A multiplicidade cultural e o problema da identidade nacional no Império” vai da página 76 até a página 96 e estrutura-se em tópicos de conteúdos, sendo os seguintes:

1. A consolidação da nação: cidadania, história, literatura e identidade nacional;
2. Vozes dissonantes: as rebeliões regenciais e a Revolução Praieira;
3. Diversas óticas - Visões da Balaiada;
4. O fim do tráfico, a Lei de Terras e a questão indígena;
5. A imigração europeia: assimilação, confronto e desencontro;
6. As teorias raciais e a política de “branqueamento”;
7. O movimento abolicionista e as estratégias de inserção social;
8. O fim da escravidão no Brasil.
9. Atividades.

As palavras iniciais do capítulo apresentam o processo de formação do Brasil como um Estado-Nação após a Proclamação da Independência, para os governantes da época era relevante a legitimar a identidade nacional do país. Nesse processo no livro é destacado o papel do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro – IHGB.

No livro didático os(as) autores(as) frisaram os conceitos de nacionalismo e nação que no período foram elementos bases para a construção dos Estados-Nações.

Nas páginas iniciais, por meios de obras de pintores da época, como Jean Baptiste Debret, José Maria Medeiros e Victor Meirelles, foram discutidos os projetos

de formação da identidade nacional, sendo enfatizado o tipo de História que se quis construir no país recém-independente.

O próximo tópico refere-se às desigualdades existentes no período Regencial e de formação do país e como essas contradições foram responsáveis para a eclosão de revoltas, nas quais o povo exigiu melhores condições de vida e participação efetiva nas tomadas de decisões e representação política. Os(as) autores(as) mencionaram a Cabanagem, Revolução Farroupilha, **Revolta dos Malês** (grifo meu), Sabinada e Revolta Praieira.

Em 1835, em Salvador- BA, ocorreu a Revolta dos Malês, negros(as) que professavam o Islamismo organizaram um levante contra a escravização negra e reivindicavam a liberdade religiosa, visto que havia a imposição do Catolicismo desde os tempos da colonização portuguesa na América (Reis, Silva, 1989).

Durante minha trajetória escolar na Educação Básica, nas aulas de História do Brasil, o conteúdo sobre a Revolta dos Malês não foi estudado. É interessante ressaltar que, geralmente, quando se estudava as revoltas de negros escravizados no Brasil, ocorria a invisibilização da Revolta dos Malês.

Após a aprovação da Lei n.10.639/2003, o protagonismo negro na luta pela liberdade e fim da escravização, direito de cidadania e políticas públicas de reparação histórica no Brasil pós-abolição, tem tido visibilidade em algumas publicações como nesse livro didático.

Figura 21: O fim da escravidão no Brasil



Fonte: Karnal et.al (2020, p.94)

No subtítulo denominando “O fim da escravidão no Brasil” (Karnal, et.al, 2020, p. 94) apresentou-se uma pintura de época do pintor José Irineu de Souza, chamada “Fortaleza Liberta” (1883). O quadro traz uma pintura de uma sala nobre repleta de homens, em sua maioria brancos, trajando ternos. Na parte inferior direita, observa-se algumas mulheres brancas. Mais ao fundo, vê-se homens segurando algumas bandeiras. No canto esquerdo da sala, temos um grande quadro de Dom Pedro II.

Logo abaixo, os autores trazem um excerto de um texto historiográfico das historiadoras Lília Moritz Schwarz e Heloísa Sterling, do livro *Brasil uma Biografia* (2018), este apresenta o contexto de revoltas, do ativismo do Movimento Abolicionista e como o impacto das revoltas e do movimento foi determinante para que a Lei Áurea fosse assinada em 1888.

Ao longo do texto, deu-se destaque aos homens brancos como Joaquim Nabuco e as mulheres brancas de sociedades abolicionistas. Mulheres negras abolicionistas como Maria Firmina dos Reis e Chiquinha Gonzaga, e mulheres negras quilombolas como Tereza de Benguela, Dandara, entre outras não foram mencionadas, ocorrendo a invisibilização do protagonismo feminino negro nas lutas pela liberdade.

Porém, no texto didático deu-se visibilidade ao protagonismo de homens negros abolicionistas, como Luiz Gama, André Rebouças e José do Patrocínio. Ainda no texto do livro didático, ressaltou-se a luta pelo fim da escravização negra no Ceará,

mas não foi mencionado Francisco José do Nascimento conhecido como Dragão do mar e líder da Revolta de Jangadeiros, não foi mencionado. No Ceará, a abolição da escravização negra ocorreu em 1883, antecedendo a assinatura da Lei Áurea (Silva, 2023).

Constatou-se que os(as) autores(as) deram visibilidade aos abolicionistas homens brancos, mulheres brancas e homens negros, invisibilizando mulheres negras na luta pela liberdade. Dito isso, pode-se aferir que os estudos feministas na perspectiva do feminismo negro nos permitem a análise sobre raça, gênero e classe na sociedade oitocentista.

Com essa análise do livro didático evidencia-se o quanto é relevante o debate público que feministas negras, tais como Lélia Gonzalez, Luiza Bairros, Sueli Carneiro, Djamila Ribeiro, entre outras fizeram e fazem para a valorização do protagonismo das mulheres negras afro-diaspóricas em diferentes contextos no Brasil e na América.

No Brasil contemporâneo, com a difusão de discursos negacionistas de grupos conservadores têm se reiterado a inexistência do racismo e da violação de Direitos Humanos na Ditadura Militar, incitando atos antidemocráticos, machistas e misóginos. Isso é um paradoxo na sociedade brasileira, organizada com base no Estado democrático de Direito e signatário da Declaração Universal de Direitos Humanos (1945).

Assim, é importante que os (as) estudantes desde a Educação Básica estudem as lutas travadas pelo povo negro em prol da conquista da liberdade, reparação histórica e cidadania:

É preciso repensar a Educação escolar e o ensino de História, a fim de que nossos alunos e nossas alunas possam ter acesso ao conhecimento científico, aos múltiplos saberes, conhecendo a si e aos outros, os múltiplos povos que formaram e formam o povo brasileiro, ecoando nas instituições de ensino múltiplas identidades, sem hierarquização, e nos orgulhar de nossa herança africana e negra (Silva, 2020, p.86).

Para os(as) alunos(as) negros(as), é uma maneira de identificar-se e se reconhecerem enquanto sujeitos da História, compreendendo como o povo negro e o movimento negro educador têm questionado o cânone, ou seja, as narrativas coloniais da História oficial.

Os(as) autores(as) ressaltaram que a Abolição não trouxe nenhuma política pública que garantisse a inclusão dos negros na sociedade brasileira após o 13 de maio de 1888. Ainda se relatou que a elite escravocrata ficou insatisfeita com a

abolição, pois não foi indenizada.

Figura 22: Luta negra e a reparação histórica



Fonte: Karnal et.al (2020, p.95)

Quanto ao último do tópico do capítulo do livro didático *Identidade em Ação* (2020), volume I, especificamente o subtítulo “O direito a memória”, os(as) autores(as) destacaram a importância do movimento negro no questionamento da História oficial, de valorização da História negra e da memória negra.

Entretanto, no livro didático não se fez alusão ao protagonismo do Grupo Palmares e do MNU na afirmação da data “20 novembro – Dia Nacional da Consciência Negra”, em detrimento ao 13 de maio, que historicamente enalteceu a princesa Isabel.

Desde 1971, no Rio Grande do Sul, em Porto Alegre, o Grupo Palmares lutou pelo reconhecimento do 20 de novembro como referência histórica do povo negro e brasileiro. Em 1978, isso se consolidou com o surgimento do MNU e posteriormente com o lançamento do manifesto de 1979 (Gonzalez, 2022; Silveira, 2003).

É relevante o conhecimento dessas organizações negras, ou seja, do Grupo Palmares e do MNU nas instituições de ensino, desde a Educação Básica ao Ensino Superior, para que estudantes e professores (as) (re)conheçam o protagonismo negro na reescrita da História do Brasil e preservação da memória negra.

Assim, a formação docente inicial e continuada deve pautar o (re)conhecimento dessa História, a fim de propiciar a descolonização do currículo e dos Projetos Políticos Pedagógicos (PPP) dos cursos de graduação e pós-graduação no Ensino Superior. Isso reverberará no uso dos livros didáticos e outras fontes documentais em

sala de aula no processo de ensino- aprendizagem.

Ao final do texto didático apresentou-se uma fotografia da 16ª Marcha da Consciência Negra do Estado de São Paulo, ocorrida em 2019 e organizada por ativistas negros. Nesse registro fotográfico têm homens negros e mulheres negras de diversas faixas etárias segurando uma faixa com a mensagem: “Vida, liberdade e futuro: Contra o genocídio e Criminalização do povo negro”. Mais ao fundo da fotografia, vemos uma bandeira da União dos Estudantes Negros – UNEGRO e pessoas que acompanham a marcha.

Essa fotografia apresentou o encontro de ativistas negros, de jovens a idosos, a união e a continuidade da luta antirracista no Brasil, problematizando as relações étnico-raciais em nosso país, as quais não se ancoram no mito da democracia racial.

Desde a década de 1970, os ativistas do MNU denunciavam os problemas sociais que atingiam o povo negro, tais como a pobreza, o mito da democracia racial, o racismo, a violência policial e racial, ou seja, a necropolítica – política da morte, o desemprego, o subemprego, entre outros.

Assim, por meio da Educação, da formação humana e do desenvolvimento do pensamento crítico, da Educação antirracista e da Educação para as relações étnico-raciais (ERER) na Educação Básica e no Ensino Superior, será possível o conhecimento da História negra, da luta antirracista do movimento negro educador e das organizações negras, tais como o Grupo Palmares, o MNU e outras entidades no Brasil contemporâneo, possibilitando o combate ao racismo.

Com relação ao volume seis da coleção didática, intitulado “Ética, cidadania e Direitos Humanos”, há apenas um capítulo que aborda a Ditadura Militar brasileira e ao MNU.



A proposta desse livro é trabalhar os conceitos de ética, cidadania e Direitos Humanos em diferentes contextos históricos, enfatizando a violação destes durante as Ditaduras no Cone Sul da América Latina, por exemplo, no Brasil.

No 4º capítulo “Ditaduras na América Latina” está o objeto de estudo dessa dissertação, ou seja, o MNU e as relações étnico - raciais na Ditadura Militar (1964 - 1985). Esse capítulo estrutura-se da seguinte forma:

1. A Ditadura civil-militar no Brasil;
2. Analisando - A censura prévia;
3. A América Latina e os regimes militares;
4. A cidadania e os direitos à memória;
5. Atividades.

Os (as) autores (as) apresentaram o estudo das Ditaduras na América Latina, expondo a violação dos Direitos Humanos. Houve uma contextualização dos governos militares na América Latina, a influência dos Estados Unidos com a sua política externa e como esta foi implementada nos países do Cone Sul. O capítulo fez a análise dos regimes ditatoriais do Brasil, Chile e Argentina.

Inicialmente, os(as) autores(as) apresentaram o contexto histórico brasileiro demonstrando a política adotada pelo ex-presidente João Goulart e as medidas implementadas por ele que tinham como objetivo a superação das desigualdades. Ao mesmo tempo, os(as) autores(as) do livro didático salientaram que parcela da sociedade civil conservadora era contra as Reformas de Base, sendo assim apoiou o golpe de Estado de 31 de março de 1964.

No livro didático, adotou-se o termo “ditadura civil-militar”, pois os(as) autores(as) reconhecem que de fato houve o apoio de parcela da sociedade civil, conforme destacaram Carlos Fico (2014) e Rodrigo Patto Sá Motta (2021). Posteriormente, a administração do Estado autoritário na Ditadura foi conduzida pelos generais-militares.

No capítulo, abordou-se os Atos Institucionais, principalmente o AI -1, AI-2, AI-3, AI-4, e AI-5, as manifestações de uma parcela da sociedade civil que contestava a Ditadura Militar, o milagre econômico, o ufanismo criado por meio das propagandas políticas dos governos militares, que buscaram difundir a imagem positiva do governo vigente, embora a repressão, a censura política e as violações dos Direitos Humanos. Nesse capítulo ainda foi abordado o processo de abertura política.

No livro didático, o capítulo 4 é constituído por 22 páginas, destas, duas páginas (66 e 72) mencionaram o MNU em um parágrafo cada uma. Na página 66, foi feita a abordagem dos movimentos sociais e da arte engajada, fez-se alusão aos movimentos sociais como de trabalhadores e o movimento negro, e culturais de

protesto como no teatro, no cinema, nas artes plásticas e na música.

Figura 23: A Ditadura Militar e o MNU

Corredor do banho de sol no Museu Memorial da Resistência de São Paulo, no município de São Paulo. Foto de 2019. O museu foi criado com o objetivo de resguardar as memórias de resistência às opressões vividas no Brasil republicano (de 1889 à atualidade). A transformação de parte do antigo prédio do Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo (Deps/SP) em Memorial da Resistência ocorreu em 2009.

Movimentos sociais e arte engajada

Os movimentos de trabalhadores rurais brasileiros também foram alvo de forte repressão pelo aparato militar e por latifundiários, porque reivindicavam principalmente a realização da reforma agrária. Estima-se que ao menos 1.196 trabalhadores rurais, lideranças ou não, foram mortos entre 1961 e 1969.

Da mesma forma, o governo ditatorial coibiu energeticamente as manifestações antirracistas, por temerem que os movimentos negros pudessem se espalhar nos Panteras Negras dos Estados Unidos, organização formada por negros para combater o racismo, a desigualdade econômica e a brutalidade policial. Os militares reforçaram a ideia da "democracia racial" como um dos argumentos para seu projeto autoritário de integração nacional, sustentando que os protestos dos negros eram anti-patrióticos. Assim, a difusão de críticas à noção da democracia racial e a valorização da história e das raízes negras foram o objetivo de diversos coletivos dessa época, tais como o Centro de Cultura e Arte Negra, o Grupo Mares e os jornais *Árvore das Palavras* e *O Negro*, todos fundados na década de 1970. O Movimento Unificado (MNU), criado em 1978, construiu na luta contra a discriminação racial duras críticas a respeito da violência policial e dos diversos tipos de discriminação social, econômica e cultural sofridas pelos negros.

bém trataram dos problemas sociais do país. No teatro, grupos como o Arena e o Oficina retrataram em suas peças o ambiente político da época. O Cinema Novo procurou afastar-se das referências estadunidenses e voltou-se para as temáticas políticas, sociais e culturais brasileiras, produzindo filmes como *Terra em Transe* (1967) e *Deus e o Diabo na Terra do Sol* (1964), de Glauber Rocha, assim como *Como era gostoso meu francês* (1971), de Nelson Pereira

O movimento musical foi um dos que mais se movimentou, apesar da censura. Você já ouviu falar em artistas como Chico Buarque, Elis Regina, Nara Leão, Jair Rodrigues ou Geraldo Vandré? Eles foram alguns dos compositores e intérpretes das canções de protesto que teciam críticas à ditadura civil-militar. Os festivais de música brasileira, promovidos por grandes emissoras de televisão, acabaram tomando-se espaços de denúncia e resistência política. Assim, é nesse contexto que pode ser compreendido o surgimento do Tropicalismo, movimento cultural que questionava tradicionais comportamentos conservadores da sociedade brasileira e mesclava em suas composições ritmos e formas musicais originados em outras partes do mundo. Essa expressão cultural foi igualmente reprimida pela ditadura e perdeu força, sobretudo, a partir de dezembro de 1968, quando importantes representantes do Tropicalismo, como Caetano Veloso e Gilberto Gil, foram presos. Nessa época, a imprensa alternativa foi um relevante meio de resistência ao governo. Jornais como *O Pasquim*, *O Lampião da Esquina* e *Movimento*, entre diversos outros, denunciavam as violências cometidas pelo governo e cumpriam um importante papel de oposição na difusão de informação, o que muitas vezes realizavam por meio do humor, na criação de caricaturas e sátiras.

Dica de livro

K, Relato de uma busca
Bernardo Kucinski. São Paulo: Cosac Naify, 2014.
O romance, baseado em fatos reais, trata da busca por Ana Rosa Kucinski e Wilson Silva, irmã e cunhado do autor, vítimas de desaparecimento forçado em abril de 1974. O último registro que se tem sobre os dois é a data de prisão em um arquivo do Departamento de Ordem Política e Social (Dops) paulista. Ana Rosa era, além de militante política, professora-doutora de Química na Universidade de São Paulo. Em sua narrativa, o autor alterna o passado, que são os tempos da ditadura, e o

Reprodução proibida. Art. 17º do Código Penal e Lei 11.119 de 19 de Novembro de 1988.

Fonte: (KARNAL et.al. 2020, p. 66)

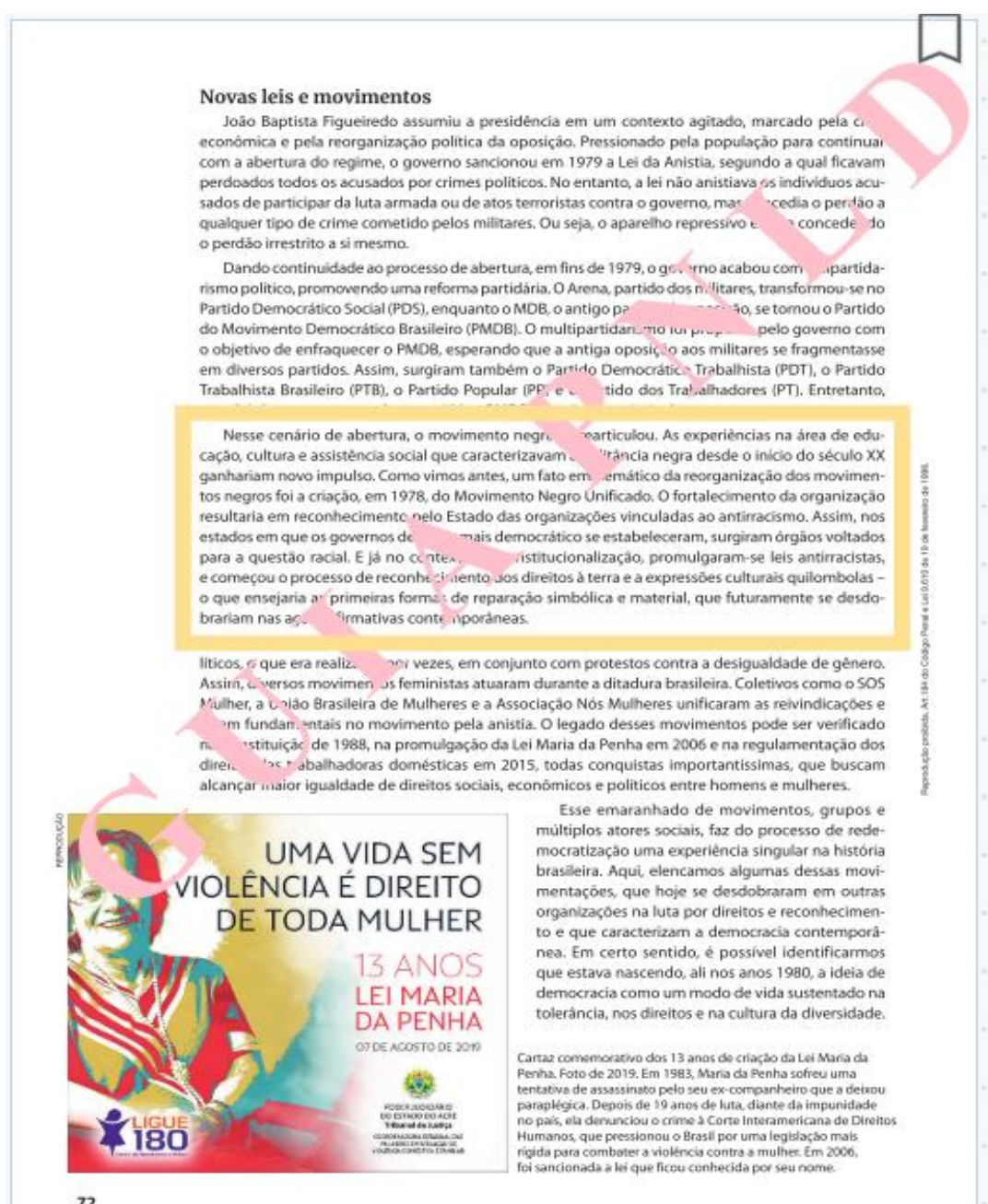
Nesse parágrafo, destacado em amarelo, os(as) autores(as) ressaltaram a luta antirracista nos EUA com os Panteras Negras em prol dos Direitos Civis do povo negro, que causava temor aos governos militares no Brasil. Na Ditadura Militar brasileira houve o enaltecimento do mito da democracia racial. A Lei de Segurança Nacional de 1969 tornou a discussão racial proibida. Embora nessa realidade, em

1978, surgiu o MNU denunciando o racismo, a violência racial e policial, entre outros problemas sociais.

Por fim, as últimas frases do parágrafo apontam para as denúncias empreendidas pelo MNU na Ditadura Militar, como a repressão policial, a discriminação racial, social e econômica.

Outra menção ao MNU apareceu na página 72, quando se estudou o processo de abertura política:

Figura 24: A Ditadura Militar e o MNU



Fonte: (KARNAL et.al. 2020, p. 72)

Os(as) autores(as) novamente citaram o MNU em um parágrafo, no contexto de redemocratização do Brasil ao enfatizarem a relevância da luta antirracista, e como esta reverberou no Brasil contemporâneo, ou seja, na aprovação de políticas públicas de ações afirmativas.

Em 1978, com a volta de exilados políticos ao Brasil, entre eles Abdias Nascimento, sob a influência do movimento negro estadunidense e do processo de Independência das colônias no continente africano, ocorreu a junção de coletivos e grupos negros, surgindo o MNU. Dessa forma, o MNU articulou a luta antirracista no contexto nacional, pressionando o Estado brasileiro por políticas públicas de reparação histórica (Brauns, Santos, Oliveira, 2023).

O MNU teve e ainda tem uma participação importante na sociedade brasileira. No processo de elaboração da Nova Constituição, o MNU lançou um manifesto pré-Constituinte, que tinha como objetivo principal:

mobilizar todos os setores identificados com a nossa luta no sentido de organizar e realizar em todo país assembleias em que se discutam todos os problemas fundamentais e específicos da população negra (Brauns, Santos, Oliveira, 2023, p.135).

Em 1986, foi realizada em Brasília, a Convenção Nacional do Negro pela Constituinte, contou com a participação de 185 ativistas que representavam 63 entidades de 16 estados brasileiros. Da convenção, resultaram 6 teses aprovadas sendo as seguintes: *“Sobre os direitos e garantias individuais; sobre a violência policial; sobre a mulher; sobre a cultura; sobre o trabalho e sobre a questão da terra”* (Brauns, Santos, Oliveira, 2023, p. 136).

A partir dessa convenção e do manifesto nacional do MNU para a Constituinte, foram aprovadas na nova Constituição (1988) e posteriormente a Lei n.7716/1989 Lei Caó (Carlos Alberto Oliveira), tipificando o crime de racismo.

Na Constituição de 1988, no artigo 68, reconheceu-se “a propriedade definitiva das terras remanescentes de quilombos que estejam ocupando suas terras” (Brauns, Santos, Oliveira, 2023, p. 137). Com a aprovação da nova Constituição houve a criação da Fundação Cultural Palmares (FCP), instituição responsável pela preservação da História negra, o mapeamento e a titulação de quilombos em nosso país (Brasil, 1988), como já se mencionou anteriormente.

No livro didático *Identidade em Ação*, volume 6 e com destaque a “ética, cidadania e Direitos Humanos” (Karnal, 2020, s./p.), foram mencionadas as políticas públicas voltadas para as populações quilombola. Neste volume foram apenas essas páginas que citaram o MNU no contexto da Ditadura Militar.

Apenas o livro didático volume 6, os(as) autores(as) versaram sobre as Ditaduras Militares no Cone Sul da América Latina, analisaram as práticas de violação de Direitos Humanos e afirmaram o direito de reparação da memória sobre as Ditaduras e a relevância da Comissão Nacional da Verdade (CNV).

Após a análise dos livros didáticos, e das representações do MNU e das relações étnico-raciais na Ditadura Militar, constatou-se que não têm imagens de ativistas negros e documentos produzidos por estes nos anos de chumbo, tais como a Carta convocatória distribuída a população na noite do 07 de julho de 1978, o Manifesto da Consciência Negra que conclamou o 20 de novembro como Dia Nacional da Consciência Negra, data símbolo da resistência negra contra a opressão e da luta antirracista.

Por isso, é importante o estudo e a pesquisa da História negra para que docentes não se limitem aos conteúdos dos livros didáticos, e possam ter domínio do conhecimento científico, dos conhecimentos e saberes produzidos pelo movimento negro educador nas lutas por emancipação. Desta forma, professores e professoras contribuirão para o debate público sobre o racismo, as políticas públicas de ações afirmativas, a Educação antirracista e a Educação para as relações étnico-raciais em nosso país.

Stuart Hall em *Da Diáspora* (2009), no capítulo “Que negro é esse?” explicitou que a cultura popular negra trouxe à tona novas representações, outras vivências, conhecimentos e saberes, e outros discursos. Isso deve-se à luta antirracista do movimento negro educador e às organizações negras que apresentaram e apresentam a perspectiva negra decolonial brasileira, contestando o paradigma ocidental, eurocêntrico e patriarcal.

Assim, os(as) autores(as), antes de finalizarem os estudos sobre as Ditaduras na América Latina, relataram a continuidade da luta antirracista no Brasil. No livro didático apresentou-se uma fotografia de uma manifestação antirracista que denunciou o assassinato de negros em nosso país, ocorrida em São Gonçalo, no Rio de Janeiro, em 2020, durante a pandemia da COVID – 19.

No Brasil, nos Estados Unidos e no mundo, principalmente após o assassinato

de George Floyd (EUA), ocorreram as jornadas *Black Lives Matter* que denunciaram a violência policial e racial que leva ao genocídio e/ou encarceramento em massa do povo negro. Houve também o questionamento das narrativas coloniais das nações (Silva, Priori, 2020).

Constata-se que o racismo é uma chaga aberta no Brasil, nos Estados Unidos e no mundo, combatê-lo é um compromisso político do movimento negro educador e de todas as pessoas que entendem que vidas negras importam.

Figura 25: MNU e o Brasil Contemporâneo



Fonte: KARNAL et.al (2020, p.74)

Na década de 1970, no Brasil, o MNU já denunciava a violência policial e racial, ou seja, a necropolítica – a política da morte que fez e faz tombar corpos negros, antes que surgisse o movimento *Black Lives Matter* no início do século XXI.

Em 07 de julho de 2025, em São Paulo (SP), no Theatro Municipal de São Paulo, ocorreu a celebração de aniversário dos 47 anos do MNU. Nessa noite foi distribuído um panfleto com as lutas e ações do MNU no Brasil contemporâneo. Eu

participei dessa noite e recebi este documento produzido pelos(as) ativistas negros(as), que destaca as conquistas oriundas da luta antirracista conforme o excerto a seguir:

Plantamos sementes que viraram substâncias, como diz Lélia Gonzaléz: Lei 10.639, Estatuto da Igualdade Racial, Dia Nacional da Consciência Negra, Feminismo Negro, Marcha e Organização das Mulheres Negras, conceituação legal de racismo e discriminação como crime, Lei de Cotas do Ensino Superior e no serviço público, inclusão de povos marginalizados na Constituição de 1988, sobretudo quilombolas, e a sistemática convocação da população a se organizar em seus bairros, trabalho e prisões contra a discriminação racial e a violência das instituições policiais, por melhoria das condições devida da população negra e construção do caminho para a igualdade racial. São apenas alguns frutos da luta iniciada em Palmares. Nutrem nosso orgulho em ser negro.

[...] O MNU persiste na missão de influir na efetivação de um programa identificado com as aspirações e necessidades concretas e imediatas dos negros brasileiros, reforçando a utilização das ferramentas sociais no combate ao racismo e discriminação, preservando e ampliando o espaço político conquistado (MNU, 2025, p.2).

Nesse sentido, a luta antirracista iniciada em Palmares segue em curso, desde o surgimento do movimento negro educador, e das organizações negras como o MNU no Brasil contemporâneo, possibilitando várias conquistas históricas, citadas no excerto acima.

É importante o conhecimento da História negra e das conquistas do movimento negro educador como do MNU, reafirmando o nosso compromisso político com a luta antirracista, com as políticas públicas de ações afirmativas e reparação histórica, a defesa dos Direitos Humanos, da Educação antirracista e da Educação para as relações étnico-raciais (ERER) na democracia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na América, no Brasil pós-abolição, negros negras conquistaram a liberdade e permaneceram excluídos da sociedade, sendo alvo do racismo, vivendo em condições paupérrimas. Eles e Elas lutaram e seguem na luta antirracista por políticas públicas de reparação e bem viver, para o efetivo exercício da cidadania da população negra em nosso país. Por isso, surgiu o movimento negro educador e diversas organizações negras, tais como a imprensa negra, a Frente Negra Brasileira (FNB), o Teatro Experimental Negro (TEN), o Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial (MNUCDR) renomeado como Movimento Negro Unificado (MNU), o Feminismo negro – os Coletivos de Mulheres Negras, entre outras.

No Brasil pós-abolição, depois um século e várias décadas de luta do movimento negro educador, no início do século XXI, no primeiro governo Lula, houve a aprovação da Lei n. 10.639/2003, que tornou obrigatório o ensino de História da África e cultura afro-brasileira, a Educação para as relações étnico-raciais (ERER), a inclusão da data “20 de novembro - Dia Nacional da Consciência Negra” no calendário das instituições de ensino, e a criação da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR).

Posteriormente, devido à luta histórica do movimento social indígena, aprovou-se a Lei n. 11.645/2008, determinando a obrigatoriedade do ensino de História e cultura africana, afro-brasileira e indígena.

Essas políticas públicas educacionais de ações afirmativas alteraram a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) – Lei n. 9.393/1996, abrindo caminhos pedagógicos para a Educação antirracista, e a descolonização do currículo, dos Projetos Políticos Pedagógicos (PPP) dos cursos de graduação e pós-graduação do Ensino Superior, a formação inicial e continuada de professores e professoras.

Considerando essa legislação educacional de ação afirmativa, com base nos aportes teóricos das epistemologias do sul global, especificamente das epistemologias negras e da Educação antirracista, e ao dialogar com a intelectualidade negra e pesquisadores(as) da historiografia da Ditadura Militar brasileira (1964-1985), analisou-se as representações do Movimento Negro Unificado (MNU) e das relações étnico-raciais nos anos de chumbo na coleção didática *Identidade em Ação* – PNLD 2020, utilizada no ensino de História da área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas do Novo Ensino Médio, na Escola Estadual André Rebouças (nome fictício, preservando-se a identidade da instituição), uma das escolas da rede estadual de Alfenas, do Sul de Minas Gerais.

Os referenciais teórico-metodológicos propiciaram o desenvolvimento de uma pesquisa qualitativa, com estudo etnográfico e análise documental dos seis volumes de livros didáticos que compõem a coleção didática e de documentos produzidos pelo MNU na Ditadura Militar e no Brasil contemporâneo.

O estudo etnográfico foi constituído pela visita mediada ao Theatro Municipal de São Paulo em 2024, o conhecimento, as vivências e os diálogos com os (as) griots e as griotas do MNU em 2025, tais como Lenny Blue de Oliveira, Rachel de Oliveira, José Adão de Oliveira, Geraldo Potiguar do Nascimento, Dorival Pereira dos Santos, Milton Barbosa e Neusa Maria Pereira ativistas negros que estavam na escadaria desse teatro no protesto público em plena Ditadura Militar em 1978, que ousaram denunciar o mito da democracia racial e o racismo estrutural em nosso país, o desemprego, o subemprego, a falta de acesso a saúde pública de qualidade, a violência policial e racial, ou seja, a necropolítica – a política da morte que levou e leva a óbito e/ou encarceramento em massa do povo negro, entre outros problemas sociais.

Assim, constatou-se a relevância da análise e do estudo sobre o movimento negro educador e a luta antirracista travada pelo MNU, vislumbrando as relações étnico-raciais na Ditadura Militar, e como isso reverberou e reverbera nas políticas públicas de ações afirmativas de reparação histórica e bem viver no Brasil contemporâneo.

Nesta perspectiva é importante ressaltar as políticas públicas educacionais de ações afirmativas, tais como a aprovação das Leis n.10.639/2003 e n.11.645/2008. A aprovação dessa legislação educacional de ação afirmativa favoreceu a Educação antirracista, com o (re)conhecimento das epistemologias afrodiaspóricas, ou seja, os conhecimentos e saberes da intelectualidade negra, combatendo-se o racismo, o epistemícidio e o mito da democracia racial, e propiciando o questionamento do paradigma ocidental, eurocêntrico, tradicional e patriarcal na Educação, ou seja, as narrativas coloniais da História oficial.

Por isso, nessa pesquisa (re)visitou-se o ensino de História da Ditadura Militar a partir da luta antirracista do MNU e da análise das relações étnico-raciais. Pois, no século XXI, no Brasil contemporâneo, na sociedade capitalista neoliberal, com a ascensão da extrema direita e difusão de discursos de ódio e negacionistas é importantíssimo o estudo dessa temática e seu ensino às novas gerações, como a juventude do Novo Ensino Médio, a fim de compreenderem a violação de Direitos Humanos e que Ditadura Nunca Mais!

A coletânea didática analisada possibilitou o conhecimento da luta antirracista do MNU na Ditadura Militar, embora a Lei de Segurança Nacional proibisse a discussão racial em nosso país. Mas o livro didático não contemplou toda história de surgimento do MNU. Na coleção didática analisada, o livro didático deu visibilidade ao MNU em duas páginas e um parágrafo em cada uma.

Por isso, é interessante o trabalho pedagógico em sala de aula com o livro didático e análise de documentos produzidos pelos movimentos sociais, como o MNU. Nesse sentido, é necessário a descolonização da formação docente.

A aprovação das Leis n.10.639/2003 e n.11.645/2008 possibilitaram a valorização da História negra e afro-índigena, por exemplo, assim como a do MNU e das relações étnico-raciais na Ditadura. O MNU semeou e segue plantando as sementes da luta antirracista no contexto nacional, inspirando as novas gerações ao longo dos seus 47 anos de existência.

Nessa pesquisa houve a preocupação em ressaltar a importância do ensino de História na perspectiva da Educação antirracista, e da Educação para as relações étnico-raciais (ERER). O estudo da História negra, (re)pensando a História do Brasil na perspectiva negra decolonial brasileira, fomentando a formação humana e o desenvolvimento do pensamento crítico com letramento racial.

Vida longa ao Movimento Negro Unificado!

REFERÊNCIAS

ABIP (ARTICULAÇÃO POVOS INDÍGENAS). Marco Temporal (2024). Disponível em: <https://apiboficial.org/marco-temporal/>. Acesso em: 15 jan. 2026.

ALVES, Amanda Palomo. Racismo e construções discursivas sobre Tony Tornado na imprensa periódica brasileira (1970-1972). **CONTRADIÇÃO – Revista Interdisciplinar de Ciências Humanas e Sociais**, v. 4, n. 1, p. 1-15, jan./jun. 2023. Disponível em: <https://revista.unifatecie.edu.br/index.php/revcontrad/article/view/91>. Acesso em: 15 jun. 2026.

ANDRÉ, Marli Eliza D. A. de. **Etnografia da prática escolar**. São Paulo: Papirus, 1995.

AQUINO, Maria Aparecida de. **Censura, Imprensa, Estado Autoritário (1968-1978)**. Bauru: EDUSC, 1999.

ARNS, Dom Paulo Evaristo. **Brasil nunca mais**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1987.

ARROYO, Miguel González. **Outros sujeitos, outras pedagogias**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

BARBOSA, Márcio. A Frente Negra Brasileira ousou um projeto político para o Brasil. In: p. BRAUNS, Ennio; SANTOS, Gevanilda; OLIVEIRA, José Adão de (orgs.). **Movimento Negro Unificado: a resistência nas ruas**. São Paulo: Edições SESC; Fundação Perseu Abramo, 2023. 13 - 15.

BARBOSA, Márcio. A Frente Negra Brasileira ousou um projeto político para o Brasil. In: BRAUNS, Ennio; SANTOS, Gevanilda; OLIVEIRA, José Adão de (orgs.). **Movimento Negro Unificado: a resistência nas ruas**. São Paulo: Edições SESC; Fundação Perseu Abramo, 2023. p. 13-15.

BARRETO, Vanda Sá. **Luiza Bairros: pensamento e compromisso político**. Belo Horizonte: Autêntica, 2021. (Cultura negra e identidade)

BENEDITO, Beatriz Soares. CARNEIRO, Suelaine. PORTELLA, Tânia (orgs). **Lei 10.639/03: a atuação das Secretarias Municipais de Educação no ensino de história e cultura africana e afro-brasileira**. São Paulo: Instituto Alana, 2023.

BENEDITO, Beatriz Soares. CARNEIRO, Suelaine. PORTELLA, Tânia (orgs). **Lei 10.639/03 : a atuação das Secretarias Municipais de Educação no ensino de história e cultura africana e afrobrasileir**. São Paulo: Instituto Alana, 2023.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2011. (Coleção Docência em formação, Série Ensino Fundamental)

BOLSONARO, Jair Messias. Votação Câmara dos Deputados em 17 de abril de 2016 acerca do impeachment da presidenta Dilma Rousseff. In: **Câmara dos Deputados**. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/>. Acesso em: 4 nov. 2025.

BORGES, Juliana. **Encarceramento em massa**. São Paulo: Pólen Livros, 2019.

BOULOS, Alfredo Júnior. **A África, os africanos e seus descendentes nos livros didáticos de 3º e 4º série dos anos de 1969 a 2000. 2008**. Tese (Doutorado em Educação) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, SP, 2008. Disponível em: <https://share.google/pCk3736CpleBGMK78>. Acesso em 08. jun. 2024

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 11 maio 2026.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade (CNV), Lei n. 12.528/2011. Disponível em: <https://cnv.memoriasreveladas.gov.br/>. Acesso em: 11 maio 2026.

BRASIL. Decreto n. 12.278/2024 instituiu a Política Nacional para Povos e Comunidades Tradicionais de Terreiro e de Matriz Africana (PNPTMA). Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2024/decreto-12278-29-novembro-2024-796631-publicacaooriginal-173638-pe.html>> Acesso em: 10 jan. 2026

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília: MEC, SEPPPIR, UNESCO, 2004.

BRASIL. Lei n. 11.340/2006 - Lei Maria da Penha. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm> Acesso em: 10 jan. 2026

BRASIL. Lei n. 11.635/2007 instituiu o Dia Nacional de Combate à Intolerância Religiosa. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11635.htm> Acesso em: 10 jan. 2026

BRASIL. Lei n. 12.987/2014. Dispõe sobre a criação do Dia Nacional de Tereza de Benguela e da Mulher Negra. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l12987.htm Acesso em: 10 jan. 2026

BRASIL. Lei n. 12990/2014, reserva de cotas raciais em concursos públicos. Disponível em: < https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l12990.htm > Acesso em: 10 jan. 2026

BRASIL. Lei n. 13467/2017, altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13467.htm> Acesso em: 10 jan. 2026

BRASIL. Lei n. 14.611/2023. Dispõe sobre a igualdade salarial e de critérios remuneratórios entre mulheres e homens; e altera a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. Disponível em:

<https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/l14611.htm> Acesso em: 10 jan. 2026

BRASIL. Lei n. 14.945/2023, a Reforma do Novo Ensino Médio. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), a fim de definir diretrizes para o ensino médio, e as Leis nºs 14.818, de 16 de janeiro de 2024, 12.711, de 29 de agosto de 2012, 11.096, de 13 de janeiro de 2005, e 14.640, de 31 de julho de 2023. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/lei/l14945.htm> Acesso em: 10 jan. 2026

BRASIL. Lei n. 6515/1977 – Lei do Divórcio no Brasil. Regula os casos de dissolução da sociedade conjugal e do casamento, seus efeitos e respectivos processos, e dá outras providências. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6515.htm> Acesso em: 10 jan. 2026

BRASIL. Lei n. 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira". Brasília, DF, 2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm. Acesso em: 11 maio 2026.

BRASIL. Lei n. 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena. Brasília, DF, 2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm. Acesso em: 11 maio 2026.

BRASIL. Lei n. 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Brasília, DF, 2012. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm. Acesso em: 11 maio 2026.

BRASIL. Lei n. 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. Altera as Leis nos 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e 11.494, de 20 de junho de 2007; revoga a Lei no 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Brasília, DF, 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/L13415.htm. Acesso em: 11 maio 2026.

BRASIL. Lei n. 14.723, de 13 de novembro de 2023. Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre o programa especial para o acesso às instituições federais de educação superior de estudantes pretos, pardos, indígenas e quilombolas e de pessoas com deficiência. Brasília, DF, 2023. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/l14723.htm. Acesso em: 11 maio 2026.

BRASIL. Lei n. 14.759, de 21 de dezembro de 2023, declarou a data 20 de novembro - Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra como feriado nacional. Disponível

em:< https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/l14759.htm >
Acesso em: 10 jan. 2026

BRASIL. Lei n. 15.142, de 2025. Reserva às pessoas pretas e pardas, indígenas e quilombolas o percentual de 30% das vagas oferecidas nos concursos públicos federais. Brasília, DF, 2025. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/>. Acesso em: 11 maio 2026.

BRASIL. Lei n. 5.692, de 11 de agosto de 1971. Fixa as Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus. Brasília, DF, 1971.

BRASIL. Lei n. 9.394/1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN). Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm> Acesso em: 10 jan. 2026

BRASIL. Ministério da Cultura. Margareth Menezes. Biografia institucional (2023). Disponível em: <https://www.gov.br/cultura/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/biografia-da-ministra-da-cultura>. Acesso em: 15 jun. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria n. 470, de 14 de maio de 2024. Dispõe sobre a Política Nacional de Equidade, Educação para as Relações Étnico-Raciais e Educação Escolar Quilombola (PNEERQ). Brasília, DF, 2024.

BRASIL. Ministério dos Povos Indígenas. Sônia Guajajara. Biografia institucional. Disponível em: <https://www.gov.br/povosindigenas/pt-br/composicao/ministra-e-orgaos-de-assistencia-direta/ministra>. Acesso em: 15 jun. 2026.

BRASIL. Parlamento. Câmara dos Deputados. Joênia Wapichana. Perfil Parlamentar. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/deputados/204468>. Acesso em: 15 jun. 2026.

BRASIL. SEPPIR - Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana (2013–2015) Disponível em: <<https://bibliotecadigital.mdh.gov.br/jspui/handle/192/373>> Acesso em: 10 jan. 2026

BRAUNS, Ennio; SANTOS, Gevanilda; OLIVEIRA, José Adão de (orgs.). **Movimento Negro Unificado: a resistência nas ruas**. São Paulo: Edições SESC; Fundação Perseu Abramo, 2023.

BRUNELO, Leandro. PRIORI, Angelo. O legalismo autoritário da Ditadura Militar e a resistência democrática exercida pelos advogados de defesa dos presos políticos. In: SILVA, Ana Lúcia da. BRUNELO, Leandro (orgs). **Os 60 anos do golpe de Estado de 1964 e a Ditadura Militar: pesquisa e ensino**. Maringá: EDUEM, 2025. p. 83 - 98.

CALLAI, Jaeme Luiz. O ensino de história no Brasil: os movimentos sociais e os manuais escolares. In: **Las competencias profesionales para la enseñanza-aprendizaje de las ciencias sociales ante el reto europeo y la globalización**. Asociación Universitaria de Profesores de Didáctica de las Ciencias Sociales

(AUPDCS), 2007. p. 537-542. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=2568735>. Acesso em: 8 jun. 2024.

CARNEIRO, Sueli. **Dispositivo de racialidade**: a construção do outro como não ser como fundamento do ser. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

CARRANÇA, Flávio; OLIVEIRA, Fábio Nogueira de. . In: BRAUNS, Ennio; SANTOS, Gevanilda; OLIVEIRA, José Adão de (orgs.). **Movimento Negro Unificado**: a resistência nas ruas. São Paulo: Edições SESC; Fundação Perseu Abramo, 2023. p.81-100.

CASTRO, Amanda Motta. COSTA, Gabriele. Lélia Gonzalez. In: MARINHO, Thais Alves. SIMONI, Rosinalva Olasèni C. da Silva (orgs.). **Dicionário biográfico: Histórias entrelaçadas de mulheres afro-diaspóricas. v. 2**. Rio de Janeiro: Malê Edições, 2025. p. 283 - 286.

COGGIOLA, Osvaldo. **Governos militares na América Latina**. São Paulo: Contexto, 2001. (Repensando a História do Brasil)

EVARISTO, Conceição. A escrevivência e seus sub-textos. In: DUARTE, Constância Lima; NUNES, Isabella Rosado (orgs.). **Escrevivências**: a escrita de nós. Reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020. p. 26-46.

EVARISTO, Conceição. **Literatura negra: uma poética de nossa afro-brasilidade**. Rio de Janeiro:Pallas Editora, 2026.

EVARISTO, Conceição. **Olhos d'água**. Rio de Janeiro: Pallas, 2018.

FERREIRA, Vitor Emanuel Maia. Reflexões sobre a presença do Movimento Negro Contemporâneo (1960-1990) em Livros Didáticos (2008, 2011 e 2014): a causa estadunidense enquanto comparação. **Epígrafe**, v. 8, n. 8, p. 198-235, 2020. Disponível em: <https://www.periodicos.capes.gov.br/>. Acesso em: 12 jun. 2024.

FICO, Carlos. **O golpe de 1964**: momentos decisivos. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2014.

FICO, Carlos. **Reinventando o otimismo**: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2024.

FONSECA, Nívia de Lima e. Exaltar a pátria ou exaltar o cidadão. In: **História e ensino de História**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011. p. 37-89.

FRANCISCO, Paulo Sérgio. Frente Negra Brasileira: Política, Cultura e Educação. *In*: COSTA, Luciano Gonsalves (org.). **História e cultura afro-brasileira**: subsídios para a prática da Educação sobre as relações étnico-raciais. Maringá: Eduem, 2010. p. 159-184.

FRANCO, Anielle. **Minha irmã e eu: diário, memórias e conversas sobre Marielle**. São Paulo: Planeta do Brasil, 2022.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1990.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala**. São Paulo: Global Editora: 1933/2006.

G1. **Em vídeo, Damares diz que nova era começou**: menino veste azul e menina veste rosa. Brasília, 3 jan. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/01/03/em-video-damares-alves-diz-que-nova-era-comecou-no-brasil-meninos-vestem-azul-e-meninas-vestem-rosa.ghtml>. Acesso em: 14 jan. 2026.

GABRIEL, Caio. NUNES, Maicon. RUFINO, Rosana (orgs.). **I Livro Griot do MNU: memórias de vida e de luta da idosidade negra**. São Paulo: Editora Sabedoria Griot, 2024.

GARRIDO, Mirian Cristina de Moura. Livro Didático, Movimento Negro e PNLD: uma proposta de pesquisa. *In*: **Anais do XIX Encontro Regional de História: Poder, Violência e Exclusão**. ANPUH-SP/USP, 2008. Disponível em: <http://legacy.anpuh.org/>. Acesso em: 8 jun. 2024.

GOFF, Jacques Le. **A História Nova**. Tradução: Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

GOMES, Nilma Lino. O movimento negro brasileiro como ator político. *In*: GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador**: saberes construídos nas lutas por emancipação. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017. Capítulo 1.

GOMES, Nilma Lino. O movimento negro e a intelectualidade negra descolonizando os currículos. *In*: COSTA-BERNARDINO, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSGOUEL, Ramón (orgs.). **Decolonialidade e pensamento afro-diaspórico**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2024. p. 223-246.

GONÇALVES, Luiz Alberto Oliveira; SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. Movimento negro e Educação. *In*: FÁVERO, Osmar; IRELAND, Timothy Denis (orgs.). **Educação como exercício de diversidade**. Brasília: UNESCO, MEC, ANPED, 2007. p. 181-228. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/>. Acesso em: 15 jun. 2026.

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade (1988). *In*: RIOS, Flávia. LIMA, Márcia (orgs.). **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020. p. 127 - 138.

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade (1988). *In*: UCPA – União dos Coletivos Pan-africanistas. **Primavera para as rosas negras: Lélia Gonzalez em primeira pessoa**. Diáspora Africana, 2018. p. 321 - 334.

GONZALEZ, Lélia. O golpe de 64, o novo modelo econômico e a população negra. *In*: GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. **Lugar de negro**. Rio de Janeiro: Zahar, 2022. p. 9-62.

GUIMARÃES, Selva. **Livros Didáticos de História: Didática e Prática de Ensino de História**. 13. ed. Campinas, SP: Papirus, 2012.

HALL, Stuart. **Cultura e representação**. Trad. Daniel Miranda e William Oliveira. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio; Apicuri, 2016.

HALL, Stuart. Que “negro” é esse na Cultura Negra? *In*: HALL, Stuart. **Da Diáspora: Identidades e Mediações Culturais**. Tradução: Adelaine La Guardia Resende. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009. p. 317-333.

HASENBALG, Carlos. Relações entre negros e brancos no Brasil. *In*: GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. **Lugar de negro**. Rio de Janeiro: Zahar, 2022. p. 63-120.

HASENBALG, Carlos; GONZALEZ, Lélia. **Lugar de negro**. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.

HOBSBAWM, Eric. **Era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)**. Trad. Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

INEP. INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Plataforma de Dados do Novo Ensino Médio: Contexto**. Brasília: MEC, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/politica-nacional-ensino-medio/contexto>. Acesso em: 16 jan. 2026.

LOPES, Nei. Ruth de Souza. *In*: LOPES, Nei. **Afro-Brasil reluzente: 100 personalidades notáveis do século XX**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019. p. 281-284.

MATUMBI, Lazzo. **14 de maio**. Youtube, 2012. 1 vídeo (4 min e 32 s). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=mjORYovN9iY>. Acesso em: 11 maio 2026.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica: biopoder, soberania, Estado de exceção, política da morte**. Tradução: Renata Santini. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MEIRELES, Rafaela Neves. SILVA, Ana Lúcia da. O Movimento Negro Unificado na Ditadura Militar brasileira (1964 - 1985) e nos livros didáticos de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas - PNLD 2020. *In*: CASTRO, Amanda Motta. PIRES, Desireé de Oliveira. MOREIRA, Raylene Barbosa (orgs.). **II Congresso Lélia Gonzalez: Educação e democracia**. Alegrete, RS: Editora Terried, 2025. p. 847 - 856.

MINAS GERAIS. Biblioteca Pública de Alfenas recebe homenagem de mestrandia da UNIFAL-MG. Prefeitura do Município de Alfenas-MG, 28 abr. 2026. Disponível em: <https://alfenas.mg.gov.br/noticias/-207> Acesso em: 30 abr. 2026

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Educação. **SRE Varginha: Lista de Escolas**. Varginha, 2025. Disponível em: <https://srevarginha.educacao.mg.gov.br/lista-de-escolas/>. Acesso em: 14 jan. 2026.

MIRANDA, Tiago. **Direitas já**: rejeição da Emenda Dante de Oliveira marca a história do País. Rádio Câmara, Brasília. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/radio/>. Acesso em: 15 jun. 2026.

MORENO, Sayonara. Macaé Evaristo toma posse no Ministério dos Direitos Humanos. Agência Brasil, 27 set. 2024. Disponível em: < <https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/politica/audio/2024-09/macaee-varisto-toma-posse-no-ministerio-dos-direitos-humanos>> Acesso em: 9 jan. 2026

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **O Brasil à beira do abismo, de novo**. Associação Nacional de História (ANPUH), mar. 2016. Disponível em: <https://anpuh.org.br/>. Acesso em: 15 jun. 2026.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Passados presentes**: o golpe de 1964 e a Ditadura Militar. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro**: processo de um racismo mascarado. São Paulo: Perspectiva, 2016.

NASCIMENTO, Geraldo Potiguar do. Poesia: “07 de julho”. In: GABRIEL, Caio; NUNES, Maicon; RUFINO, Rosana (orgs.) **I Livro Griot do MNU: memórias de vida e de luta da idosidade negra**. 1.ed. São Paulo- Editora: Sabedoria Griot, 2024. p. 61-62.

NASCIMENTO, Maria Beatriz. Por uma história do homem negro. In: RATTS, Alex (org.). **Uma história feita por mãos negras**: relações raciais, quilombos e movimentos / Beatriz Nascimento. Rio de Janeiro: Zahar, 2021. p. 37-46.

NASCIMENTO, Maria Beatriz. Por uma história do homem negro. In: UCPA (UNIÃO DOS COLETIVOS PAN-AFRICANISTAS). **Beatriz Nascimento, quilombola e intelectual**: possibilidade nos dias da destruição. Diáspora Africana: Editora Filhos da África, 2018. p. 42-49.

OLIVEIRA, Eduardo Ferreira. **Hino à negritude**. Geledés Instituto da Mulher Negra, 2013. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/letra-do-hino-a-negritude/>. Acesso em: 14 jan. 2026.

ONU. Organização das Nações Unidas. Declaração Universal de Direitos Humanos (1945). Disponível em: < <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>> Acesso em: 10 jan. 2026

PRIORI, Angelo; BRUNELLO, L. **História Política e a sua escrita**: temas, abordagens e problematizações. Curitiba: Editora Prismas, 2018. p. 13-37.

RÉMOND, René. **Por uma História Política**. Tradução: Dora Rocha. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. p. 9-36; 441-445.

RIBEIRO, Esmeralda. Cadernos negros, a herança afro-literária. In: BRAUNS, Ennio; SANTOS, Gevanilda; OLIVEIRA, José Adão de (orgs.). **Movimento Negro Unificado**: a resistência nas ruas. São Paulo: Edições SESC; Fundação Perseu Abramo, 2023. p. 27 - 29.

RIBEIRO, Esmeralda. Cadernos negros: A herança afroliterária. In: BRAUNS, Ennio; SANTOS, Gevanilda; OLIVEIRA, José Adão de (orgs.). **Movimento Negro Unificado: a resistência nas ruas**. São Paulo: Edições SESC; Fundação Perseu Abramo, 2023. p. 27-29.

RICHTER, André. STF condena Bolsonaro a 27 anos e três meses de prisão. Agência Brasil, 11 set. 2025. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/justica/noticia/2025-09/stf-condena-bolsonaro-27-anos-e-tres-meses-de-prisao> Acesso em: 9 jan. 2026

RIO DE JANEIRO. Carnaval carioca 2018, desfile da escola de samba Paraíso do Tuiuti. Disponível em: https://youtu.be/wlhx762Sbh0?si=-4VhOkP_fDrnLJUj Acesso: 10 jan. 2026

RIOS, Flávia; LIMA, Márcia (orgs.). GONZALEZ, Lélia. A mulher negra na sociedade brasileira: uma abordagem político-econômica (1981). A categoria política de amefricanidade. In: **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos** / Lélia Gonzalez. Rio de Janeiro: Zahar, 2020. p. 45-78.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SANTANA, Bianca. **Continuo preta: a vida de Sueli Carneiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

SANTOS, Gilvaneide. Epistemocídio; Escrevivências. In: **Minidicionário Teórico Negro Brasileiro do Pensamento de Sueli Carneiro**. São Paulo: Casa Sueli Carneiro, 2024. p. 41-42; p. 45-46.

SANTOS, Ronaldo Jorge *et al.* **Representação sem protagonismo: O Movimento Negro nos livros didáticos do PNLD 2020**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Formação de Professores, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2021. Disponível em: <https://bdtd.ibict.br/>. Acesso em: 12 jun. 2024.

SANTOS, Ynaê Lopes dos. NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. Pós-Abolição. In: RIOS, Flávia. SANTOS, André dos. RATTS, Alex (orgs.). **Dicionário das Relações Étnico-Raciais Contemporâneas**. São Paulo: Perspectiva, 2023. p. 270 - 274.

SÃO PAULO (Município). **Manifesto “47 anos...” (2025)**. São Paulo: Theatro Municipal de São Paulo, 2025. Programação Cultural.

SCHUCMAN, Lia Vainer. CONCEIÇÃO, Willian Luiz da. Branquitude. In: RIOS, Flávia; SANTOS, André dos; RATTS, Alex (orgs.). **Dicionário das Relações Étnico-Raciais Contemporâneas**. São Paulo: Perspectiva, 2023. p. 52 - 57.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. Pós-escrito. In: **Brasil: uma biografia**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. p. 509-521.

SILVA, Ana Lúcia da. A História Política, o povo negro e as mulheres negras no Brasil: por outras epistemologias. In: **A opinião pública sobre as vozes negras abolicionistas e as escrevivências de Maria Firmina dos Reis na perspectiva da Nova História Política**. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação

em História (PPH), Universidade Estadual de Maringá (UEM), Maringá, 2023. p. 34-70. Disponível em: <https://pph.uem.br/>. Acesso em: 15 jun. 2026.

SILVA, Ana Lúcia da. Educação, História e Diversidade: A importância da História e Cultura Afro-Brasileira na escola. In: FAUSTINO, Célia Rosângela; MOTA, Tadeu Lúcio. **Cultura e Diversidade Cultural: Questões para a Educação**. Maringá: Eduem, 2012. p. 113-138.

SILVA, Ana Lúcia da. Epistemologias do Sul, descolonizando o ensino de História do Brasil: o samba canta a mulher negra Ruth de Souza. **História e Ensino**, Londrina, v. 27, n. 2, p. 85-112, 2022.

SILVA, Ana Lúcia da. **Imprensa e ideologia**: os jornais paranaenses sob o regime militar (1975-1979). Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação Associado em História, Universidade Estadual de Maringá e Universidade Estadual de Londrina (UEM/UEL), Maringá, 2001. 182 f.

SILVA, Ana Lúcia da. O samba-enredo no ensino de História do Brasil, Educação antirracista e decolonial: “Meu Deus, meu Deus, está extinta a escravidão?”. In: SANTANA, Wilder Kleber Fernandes de; SILVEIRA, Éderson Luís (orgs.). **Educação: entre saberes, poderes e resistências**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2020. p. 52-81. Disponível em: <https://ebookspedroejoaoeditores.wordpress.com/>. Acesso em: 15 jun. 2026.

SILVA, Ana Lúcia da. PRIORI, Angelo. História Política brasileira, a formação da opinião pública e as disputas de memórias sobre o 31 de março de 1964. In: SILVA, Ana Lúcia da. BRUNELO, Leandro (orgs.). **Os 60 anos do golpe de Estado de 1964 e a Ditadura Militar: pesquisa e ensino**. Maringá: EDUEM, 2025. p. 25 - 57.

SILVA, Ana Lúcia da; PRIORI, Angelo. História política brasileira: a formação da opinião pública e as disputas de memórias sobre o 31 de março de 1964. **História & Ensino**, 30(especial), p.127-153. <https://doi.org/10.5433/2238-3018.2024v30nespecialp127-153> Disponível em: <<https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/histensino/article/view/49948>> Acesso em: 9 jan. 2026

SILVA, Ana Lúcia da; PRIORI, Angelo. O movimento social Black Lives Matter nos EUA e no Brasil: da violência racial e policial ao genocídio do povo negro. In: PRIORI, Angelo; SILVA, Ana Lúcia da; BOLONHEZI, Camila Samira de Simone. **Ensino de História, diversidade e Educação antirracista**. Curitiba: Brazil Publishing, 2020. p. 89-124.

SILVA, Eduardo; REIS, José João. O levante dos malês: uma interpretação política. In: **Negociação e Conflito: A resistência negra no Brasil Escravocrata**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p. 12-45.

SILVA, Joana Ferreira da. A multiplicidade de expressões e a consciência negra: a reorganização do CECAN. In: BRAUNS, Ennio; SANTOS, Gevanilda; OLIVEIRA, José Adão de (orgs.). **Movimento Negro Unificado: a resistência nas ruas**. São Paulo: Edições SESC; Fundação Perseu Abramo, 2023.p. 18 - 23.

SILVA, Joana Ferreira. A multiplicidade de expressões e a consciência negra. *In*: BRAUNS, Ennio; SANTOS, Gevanilda; OLIVEIRA, José Adão de (orgs.). **Movimento Negro Unificado: a resistência nas ruas**. São Paulo: Edições SESC; Fundação Perseu Abramo, 2023. p.19-24.

SILVA, Manuela Arruda dos Santos Nunes da. Teresa de Benguela – Rainha Teresa do Quariterê – Tereza de Benguela. *In*: MARINHO, Thais Alves. SIMONI, Rosinalva Olasêni C. da Silva (orgs.). **Dicionário biográfico: Histórias entrelaçadas de mulheres afro-diaspóricas. v. 2**. Rio de Janeiro: Malê Edições, 2025. p. 591 - 595.

SILVEIRA, Oliveira. Vinte de novembro: história e conteúdo. *In*: GONÇALVES, Petronilha Beatriz; SILVÉRIO, Valter Roberto (orgs.). **Educação e Ações Afirmativas: Entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), 2003. p. 21-43.

TSE. Tribunal Superior Eleitoral. Pesquisa: Eleitorado 2024. Disponível em: <<https://dadosabertos.tse.jus.br/dataset/eleitorado-2024>> Acesso em: 10 jan. 2026

UBES. UNIÃO BRASILEIRA DOS ESTUDANTES SECUNDARISTAS (UBES). *Estudantes vão às ruas em ato nacional contra o Novo Ensino Médio (NEM)*. São Paulo, 2023. Disponível em: <https://www.ubes.org.br/2023/estudantes-vao-as-ruas-em-ato-nacional-contra-o-novo-ensino-medio-nem/>. Acesso em: 9 jan. 2026

UBES. União Brasileira dos Estudantes Secundaristas. Foto de protesto de rua contra o Novo Ensino Médio (2023). Disponível em: <https://www.ubes.org.br/2023/estudantes-vao-as-ruas-em-ato-nacional-contra-o-novo-ensino-medio-nem/>

VENTURINI, Anna Carolina. BARRETO, Paula. Ação Afirmativa. *In*: RIOS, Flávia. SANTOS, André dos. RATTS, Alex (orgs.). **Dicionário das Relações Étnico-Raciais Contemporâneas**. São Paulo: Perspectiva, 2023.p. 13 - 19.

VIEIRA, Ricardo; MEDEIROS, Alberto, Carlos. **Palestra online Movimento Negro e a Ditadura Militar no Brasil**. [S.L] : Canal Estudando História, 2024. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=9uSG4AI-Slc>. Acesso em 27.abr.2024.

VINUTO, Juliana. Racismo institucional. *In*: RIOS, Flávia. SANTOS, André dos. RATTS, Alex (orgs.). **Dicionário das Relações Étnico-Raciais Contemporâneas**. São Paulo: Perspectiva, 2023. p. 301 - 305.

VITIELLO, Márcio Abondanza; JÚNIOR, Luiz Carlos Santos. **Atlas escolar geográfico, histórico e cultural de Alfenas**. Goiânia: C&A Alfa Comunicações, 2021.

FONTES DE PESQUISA

- Livros didáticos

KARNAL, Leandro. **Identidade em Ação: Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**. 1. ed. São Paulo. Editora Moderna. 2020. Volumes: 1, 2, 3, 4, 5 e 6.

- Documentos do Movimento Negro Unificado (MNU)

Carta aberta à população contra o racismo (1978)

NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. São Paulo: Perspectiva, 2016. p.166 - 168.

Manifesto Nacional do Movimento Negro Unificado contra discriminação racial (1978)

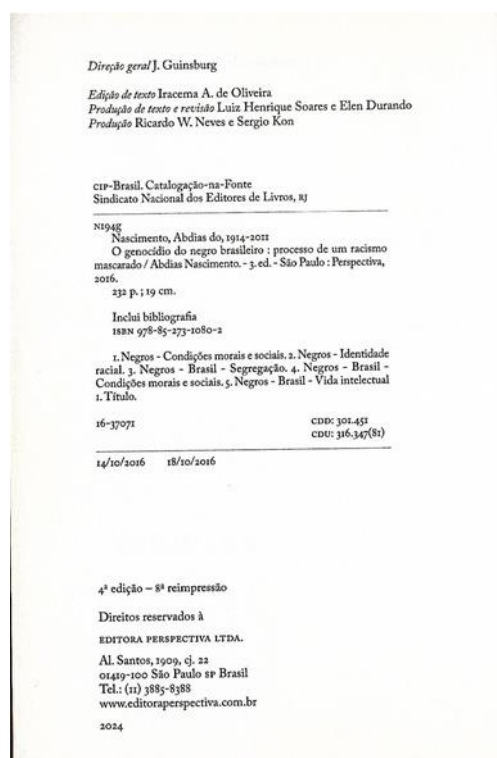
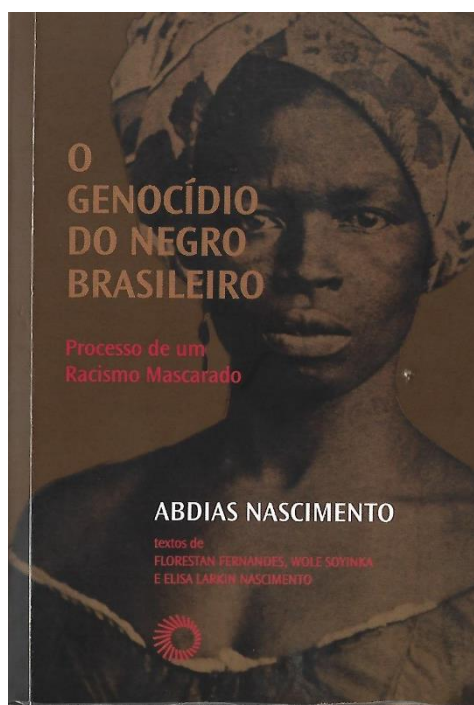
GONZALEZ. Lélia; HASENBALG, Carlos. **Lugar de negro**. Rio de Janeiro. Zahar. 2022. p. 72 - 74.

- Fotografias

MINAS GERAIS. Fotos do arquivo pessoal da pesquisadora e autora Rafaela Neves Meireles.

ANEXO-1

CARTA DO MNU (1978) “CARTA ABERTA À POPULAÇÃO CONTRA O RACISMO”



como também do Rio de Janeiro, entre estas o Centro de Estudos Brasil-África (CEBA) e o G.R.A.N. Escola de Samba Quilombo. Em Porto Alegre (Rio Grande do Sul) atua o Grupo Palmares, liderado por alguns jovens egressos de universidades, além de outros grupos como, por exemplo, aquele que edita o jornal *Tijeta*. Em São Paulo, o poeta Oswaldo Camargo lidera o lançamento do periódico *Abertura*. Há muito esforço anônimo, muita luta negra espalhada pelo vasto território nacional. Mesmo sem uma ligação formal, todos esses grupos, pessoas, energias e realizações estão comprometidos, são cúmplices, numa mesma tarefa histórica que é a continuidade do processo de libertação da raça, estabelecido no Brasil pelos primeiros africanos que pisaram o chão do país. São os precursores desse esforço contemporâneo e tanto se denominaram quilombos e revoltas como se chamaram Zumbi, Chico-Rei (Minas Gerais, século XVIII), André Rebouças, José de Patrocínio, Luís Gama; o inesquecível herói da Revolta da Chibata, João Cândido; entre os mais recentes aí estão um Aguinaldo Camargo, Sebastião Rodrigues Alves e Fernando Góes. José Correia Leite foi co-fundador da Frente Negra Brasileira, em São Paulo, movimento cultural e político que empolgou as massas afro-brasileiras na década de 1930, floresceu e se espalhou por vários estados da Federação. Terminou fechado pela ditadura do Estado Novo, em 1937, que proibiu toda e qualquer atividade associativa no país.

Os participantes do ato público de julho de 1978 distribuíram a seguinte

CARTA ABERTA À POPULAÇÃO CONTRA O RACISMO

Hoje estamos na rua numa campanha de denúncia!

Campanha contra a discriminação racial, contra a opressão policial, contra o desemprego, o subemprego e a marginalização. Estamos nas ruas para denunciar as péssimas condições de vida da Comunidade Negra.

Hoje é um dia histórico. Um novo dia começa a surgir para o negro!

Estamos saindo das salas de reuniões, das salas de conferências e estamos indo para as ruas. Um novo passo foi dado na luta contra o racismo.

Os racistas do Clube de Regatas Tietê que se cubram, pois exigiremos justiça. Os assassinos dos negros que se cuidem, pois a eles também exigiremos justiça!

O MOVIMENTO UNIFICADO CONTRA A DISCRIMINAÇÃO RACIAL foi criado para ser um instrumento de luta da comunidade Negra. Este movimento deve ter como princípio básico o trabalho de denúncia permanente de todo ato de discriminação racial, a constante organização da comunidade para enfrentarmos todo e qualquer tipo de racismo. Todos nós sabemos o prejuízo social que causa o racismo. Quando uma pessoa não gosta de um negro é lamentável, mas quando toda uma sociedade assume atitudes racistas frente a um povo inteiro, ou se nega a enfrentar, aí então o resultado é trágico para nós negros.

País de família desempregados, filhos desamparados, sem assistência médica, sem condições de proteção familiar, sem escolas e sem futuro. É este racismo coletivo, este racismo institucionalizado, que dá origem a todo tipo de violência contra um povo inteiro. É este racismo institucionalizado que dá segurança para a prática de atos racistas como os que ocorreram no Clube Tietê, como o ato de violência policial que se abateu sobre Robinson Silveira da Luz, no 44º Distrito Policial de Guaiunazes, onde este negro, trabalhador, pai de família, foi torturado até a morte. No dia 19 de julho, Nilton Lourenço, mais um negro operário, foi assassinado por um policial no bairro da Lapa, revoltando toda a comunidade e o povo em geral.

Casos como estes são rotina em nosso país, que se diz democrático.

E tais acontecimentos deixam mais evidente e reforçam a justiça de nossa luta, nossa necessidade de mobilização.

É necessário buscar formas de organização. É preciso garantir que este movimento seja um forte instrumento de luta permanente da comunidade, onde todos participem de verdade, definindo os caminhos do movimento. Por isto chamamos todos

para engrossarem o MOVIMENTO UNIFICADO CONTRA A DISCRIMINAÇÃO RACIAL.

Portanto, propomos a criação de CENTROS DE LUTA DO MOVIMENTO UNIFICADO CONTRA DISCRIMINAÇÃO RACIAL nos bairros, nas vilas, nas prisões, nos terreiros de candomblé, nos terreiros de umbanda, nos locais de trabalho, nas escolas de samba, nas igrejas, em todo o lugar onde o negro vive: CENTROS DE LUTA que promovam o debate, a informação, a conscientização e organização da comunidade negra, tornando-nos um movimento forte, ativo e combatente, levando o negro a participar em todos os setores da sociedade brasileira.

Convidamos aos setores democráticos da sociedade que nos apoiem, criando as condições necessárias para criar uma verdadeira democracia racial.

- CONTRA A DISCRIMINAÇÃO RACIAL!
- CONTRA A OPRESSÃO POLICIAL!
- PELA AMPLIAÇÃO DO MOVIMENTO!
- POR UMA AUTÊNTICA DEMOCRACIA RACIAL!

"Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial"

XV.

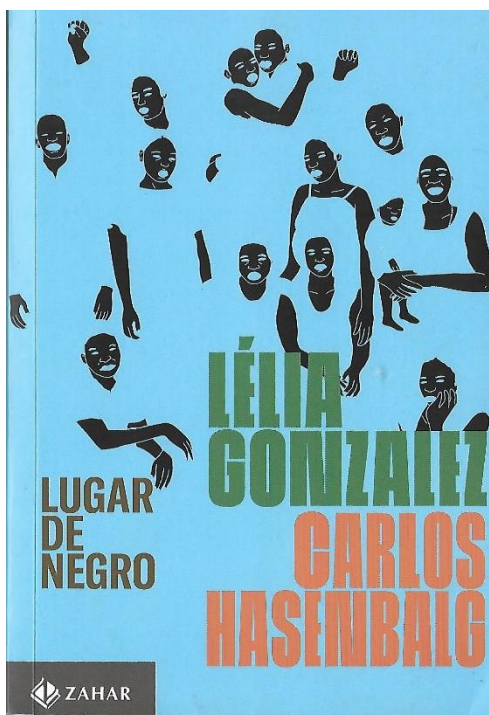
CONCLUSÃO

Na impossibilidade de apelar para a consciência brasileira, acreditamos que a consciência humana não poderá mais permanecer inerte, endossando a revoltante opressão e liquidação coletiva dos afro-brasileiros que estamos documentando nestas páginas, tanto mais eficaz quanto insidiosa, difusa e evasiva. Caracteriza-se o racismo brasileiro por uma aparência mutável, polivalente, que o torna único; entretanto, para enfrentá-lo, faz-se necessário travar a luta característica de todo e qualquer combate antirracista e anti-genocida. Porque sua unicidade está só na superfície; seu objetivo último é a obliteração dos negros como entidade física e cultural. Tudo de conformidade com a observação de Florestan Fernandes: "Uma situação como esta envolve mais do que desigualdade social e pobreza insidiosa. Pressupõe que os indivíduos afetados não estão incluídos como grupo racial na ordem social existente como se não fossem seres humanos nem cidadãos normais." (Grifos meus.)

Também Anani Dzidzienyo penetra fundo e vai até à essência mesma dessa ficção democrática e racial:

A posição do negro brasileiro num Brasil dominado pelos brancos difere daquela dos negros em sociedades similares em qualquer lugar somente na medida em que a ideologia brasileira de não

ANEXO-2 EXCERTO DE “LUGAR DE NEGRO”, DE LÉLIA GONZALEZ



Copyright © 2022 by herdeiros de Lélia Gonzalez
Copyright © 2022 by herdeiros de Carlos Hasenbalg

Gráfica atualizada segundo o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990,
que entrou em vigor no Brasil em 2009.

Capa
Elisa von Randow

Imagem de capa
Mayara Ferrão

Revisão
Huelmi Viana
Nana Rodrigues

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, sp, Brasil)

Gonzalez, Lélia
Lugar de negro / Lélia Gonzalez, Carlos Hasenbalg. — 1ª ed. — Rio
de Janeiro: Zahar, 2022.

ISBN 978-65-9979-059-3

1. Negros — Brasil. 2. Brasil — Relações raciais. 3. Negros — Brasil — Condições sociais. I. Hasenbalg, Carlos. II. Título.

22-00992 CDD: 305.89608

Índice para catálogo sistemático:
1. Brasil — Negros: Sociologia 305.89608
Cibele Maria Dias — Bibliotecária — Cx-8-9437

Todos os direitos desta edição reservados à
EDITORA SCHWARTZ S.A.
Praça Floriano, 19, sala 3001 — Cinelândia
20031-050 — Rio de Janeiro — RJ
Telefone: (21) 3991-7510
www.companhiadasletras.com.br
www.blogdacompanhia.com.br
facebook.com/editorazahar
instagram.com/editorazahar
twitter.com/editorazahar

Na verdade, ficou estabelecido o Vinte de Novembro como o *Dia Nacional da Consciência Negra*. Nos anos seguintes, teríamos os atos públicos, as passeatas e outras formas de manifestação, ocorrendo em nível nacional enquanto expressões de um assentimento: o da comunidade negra. Graças ao empenho do MNU, ampliando e aprofundando a proposta do Grupo Palmares, o Vinte de Novembro transformou-se num ato político de afirmação da história do povo negro, justamente naquilo em que ele demonstrou sua capacidade de organização e de proposta de uma sociedade alternativa; na verdade, Palmares foi o autêntico berço da nacionalidade brasileira, ao se constituir como efetiva democracia racial, e Zumbi, o símbolo vivo da luta contra todas as formas de exploração. E hoje “tamos aí”, constatando a importância da iniciativa do MNU, uma vez que grupos e entidades negras de todo o país se mobilizam em torno dessa data magna. E o Treze de Maio, cada vez mais, caracteriza-se como data oficial de órgãos governamentais, ou seja, como papo de branco (o que é até coerente, pois a chamada abolição resolveu os problemas das classes dominantes brancas e não o nosso). Mas vamos ao texto de 4 de novembro de 1978:

AO POVO BRASILEIRO

MANIFESTO NACIONAL DO MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO
CONTRA A DISCRIMINAÇÃO RACIAL

A ZUMBI

20 DE NOVEMBRO: DIA NACIONAL DA CONSCIÊNCIA NEGRA

Nós, negros brasileiros, orgulhosos por descendermos de ZUMBI, líder da República Negra de Palmares, que existiu no estado de Alagoas, de 1595 a 1695, desafiando o domínio português e até holandês, nos reunimos hoje, após 283 anos, para declarar a todo o povo brasileiro nossa verdadeira e efetiva data: 20 de novembro, DIA NACIONAL DA CONSCIÊNCIA NEGRA!

Dia da morte do grande líder negro nacional, ZUMBI, responsável pela PRIMEIRA E ÚNICA tentativa brasileira de estabelecer uma sociedade democrática, ou seja, livre, e em que todos — negros, índios, brancos — realizaram um grande avanço político e social. Tentativa esta que sempre esteve presente em todos os quilombos.

Hoje estamos unidos numa luta de reconstrução da sociedade brasileira, apontando para uma nova ordem, onde haja a participação *real e justa* do negro, uma vez que somos *os mais oprimidos dos oprimidos*; não só aqui, mas em todos os lugares onde vivemos. Por isto, negamos o Treze de Maio de 1888, dia da abolição da escravatura, como um dia de libertação. Por quê? Porque nesse dia foi assinada uma lei que apenas ficou no papel, encobrindo uma situação de dominação sob a qual até hoje o negro se encontra:

"JOGADO NAS FAVELAS, CORTIÇOS, ALAGADOS E INVASÕES, EMPURRADO PARA A MARGINALIDADE, A PROSTITUIÇÃO, A MENDICÂNCIA, OS PRESÍDIOS, O DESEMPREGO E O SUBEMPREGO, tendo sobre si, ainda, o peso desumano da VIOLÊNCIA E REPRESSÃO POLICIAL. Por isto, mantendo o espírito de luta dos quilombos, GRITAMOS CONTRA a situação de *exploração* a que estamos submetidos, lutando contra o RACISMO e toda e qualquer forma de OPRESSÃO existente na sociedade brasileira, e pela MOBILIZAÇÃO E ORGANIZAÇÃO da comunidade, visando a uma REAL emancipação política, econômica, social e cultural. Desde o dia 18 de junho somos O MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO CONTRA A DISCRIMINAÇÃO RACIAL, movimento que se propõe a ser um canal das reivindicações do negro brasileiro e que tem suas bases nos CENTROS DE LUTA, formados onde quer que o negro se faça presente.

É preciso que o MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO CONTRA A DISCRIMINAÇÃO RACIAL se torne forte, ativo e combatente; mas, para isso é necessária a participação de todos, afirmando o Vinte de Novembro como o DIA NACIONAL DA CONSCIÊNCIA NEGRA.

PELO DIA NACIONAL DA CONSCIÊNCIA NEGRA

PELA AMPLIAÇÃO DO MNUCDR

POR UMA VERDADEIRA DEMOCRACIA RACIAL

PELA LIBERTAÇÃO DO POVO NEGRO

Em setembro de 1979, realizar-se-ia um encontro nacional em Belo Horizonte visando a um balanço crítico de nossas atividades, assim como à preparação do I Congresso do MNUCDR, marcado para os dias 14, 15 e 16 de dezembro, no Rio de Janeiro.

As atividades do MNU em seu primeiro ano de existência se deram nos mais diferentes níveis. Desde a denúncia dos casos de violência policial (que nos levou a defender a tese, junto ao Comitê Brasileiro pela Anistia, em seus dois congressos de 1978 e 1979, de que o negro brasileiro também é prisioneiro político, na medida em que é colocado sob suspeita e preso pelo simples fato de ser negro), passando pelas manifestações em praça pública (enterro da Lei Afonso Arinos, em São Paulo; realização de atos públicos e passeatas, por ocasião do Vinte de Novembro, em diferentes capitais do país etc.), ao trabalho iniciado junto à comunidade negra. Seu trabalho de denúncia do racismo e da violência policial acabou por sensibilizar determinados setores da sociedade, tanto num sentido positivo quanto num negativo.

No primeiro caso, vale notar, por exemplo, a descoberta divulgada pela grande imprensa: a de que o negro comum também é torturado. De acordo com a reportagem de um grande semanário, a opinião pública brasi-

ANEXO-3 HINO À NEGRITUDE (1966)

Hino à negritude (1966)

Compositor: Eduardo Ferreira de Oliveira, co-fundador do MNU

Sob o céu cor de anil das Américas
 Hoje se ergue um soberbo perfil
 É uma imagem de luz
 Que em verdade traduz
 A história do negro no Brasil
 Este povo em passadas intrépidas
 Entre os povos valentes se impôs
 Com a fúria dos leões
 Rebentando grilhões
 Aos tiranos se contrapôs
 Ergue a tocha no alto da glória
 Quem, herói, nos combates, se fez
 Pois que as páginas da História
 São galardões aos negros de altivez
 (bis)

II
 Levantado no topo dos séculos
 Mil batalhas viris sustentou
 Este povo imortal
 Que não encontra rival
 Na trilha que o amor lh destinou
 Belo e forte na tez cor de ébano
 Só lutando se sente feliz
 Brasileiro de escol
 Luta de sol a solenidades Para o bem de nosso país
 Ergue a tocha no alto da glória
 Quem, horoi, nos combates, se fez
 Pois que as páginas da História
 São galardões aos negros de altivez
 (bis)

III
 Dos Palmares os feitos históricos
 São exemplos da eterna lição
 Que no solo Tupi
 Nos legara Zumbi
 Sonhando com a libertação
 Sendo filho também da Mãe-África
 Arunda dos deuses da paz
 No Brasil, este Axé
 Que nos mantém de pé

Vem da força dos Orixás
Ergue a tocha no alto da glória
Quem, herói, nos combates, se fez
Pois que as páginas da História
São galardões aos negros de altivez
(bis)

IV

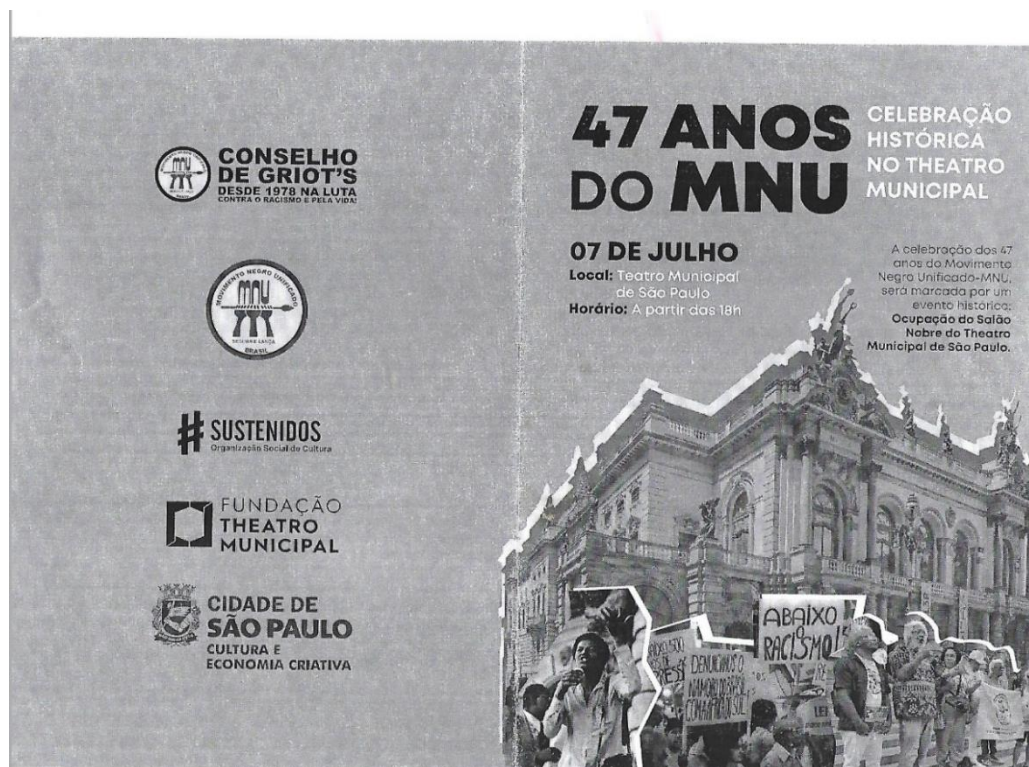
Que saibamos guardar estes símbolos
De um passado de heróico labor
todos numa só voz
Bradam nossos avós
Viver é lutar com destemor
Para frente marchemos impávidos
Que a vitória nos há de sorrir
Cidadãs, cidadãos
Somos todos irmãos
Conquistando o melhor por vir
Ergue a tocha no alto da glória
Quem, herói, nos combates, se fez
Pois que as páginas da História
São Galardões aos negros de altivez.

Fonte:

OLIVEIRA, Eduardo Ferreira. Hino à negritude. Disponível em: <
<https://www.geledes.org.br/letra-do-hino-a-negritude/>> Acesso em 14.jan.2026.

ANEXO-4

MANIFESTO “47 ANOS DO MNU: CELEBRAÇÃO HISTÓRICA NO THEATRO MUNICIPAL” (2025)



MNU - 47 ANOS DE LUTA - REPARAÇÕES JÁ

47 anos se passaram desde o batismo do MNU – MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO quilombo de resistência do povo negro, nas escadarias que ora chamamos de solo sagrado. Como cofundadores e Ancestrais Encarnados na missão pisamos com respeito e reverência. Celebramos a entrada, desta vez pela porta da frente, como reparação. Saudamos com saudades e gratidão os griots que estavam aqui presentes e se foram na luta: começando por Robson Silveira da Luz = mote da luta, Hamilton Bernardes Cardoso, Vanderlei José Maria, Antônio Leite, Prof. Eduardo de Oliveira, Lélia Gonzalez, Abdias do Nascimento, Wilson Prudente, Mestre Lumumba. Com certeza, do Orum seguem nos guiando na missão.

Plantamos sementes que viraram substâncias, como diz Lélia Gonzalez: Lei 10.639, Estatuto da Igualdade Racial, Dia Nacional da Consciência Negra, Feminismo Negro, Marcha e Organização das Mulheres Negras, conceituação legal de racismo e discriminação como crime, Lei de Cotas do Ensino Superior e no serviço público, inclusão de povos marginalizados na Constituição de 1988, sobretudo os quilombolas, e a sistemática convocação da população a se organizar em seus bairros, trabalho e prisões contra a discriminação racial e a violência das instituições policiais, por melhoria das condições de vida da população negra e construção do caminho para a igualdade racial. São apenas alguns frutos da luta iniciada em Palmares. Nutrem nosso orgulho em ser negro.

A luta continua. O combate é incessante. O genocídio sistemático dos negros, quer pela violência do Estado genocida, quer pela precariedade nos serviços de saúde, o feminicídio negro e da população negra LGBTQIAPN+, as lutas pela educação emancipatória, encarceramento da população negra, contra o racismo obstétrico que mata 60% das mulheres negras, contra a escala 6x1 que é a perpetuação do sistema escravagista e a luta desigual pela sobrevivência exigem 'que fiquemos atentos e fortes!'. Nesse sentido, o MNU persiste na missão de influir na efetivação de um programa identificado com as aspirações e necessidades concretas e imediatas dos negros brasileiros; reforçando a utilização das ferramentas sociais no combate ao racismo e discriminação, preservando e ampliando o espaço político conquistado.

Reparações é o nosso mote. Há que se reconhecer a responsabilidade estatal ante aos danos causados pelo racismo estrutural e exigir reparação dos danos causados à população negra e indígena. Não só com medidas financeiras, indenizações ou fundos de reparação, mas ações afirmativas e investimentos em educação e saúde e políticas de verdade justiça e memória como esse momento de “entrarmos pela porta da frente”!

Esse ato firma mais uma vez, o vanguardismo do MNU-SP ao lançar o 1 Livro dos Griots e liderar as discussões sobre a idiosidade e tal qual no quilombo acolher com afeto suas demandas, dando voz e reconhecimento dos nossos mais velhos em vida.

É dia de reafirmarmos nosso compromisso com a luta por uma liberdade que nos garantam direitos e promova a justiça social a todos e como griots e griotas e de clamar ao povo negro que está na luta e principalmente os militantes do MNU a inclusão da idiosidade na agenda das políticas públicas e na pauta do movimento negro e sociais para garantir a continuidade da luta.

O MNU lacrou um selo na nossa testa que identifica e delinea nosso eterno engajamento na luta do povo negro. É uma tamareira frondosa que segue produzindo frutos suculentos...que para nós são sonhos que temos o privilégio de viver.

Parafraseando o griot José Adão temos que “coletiva e individualmente sermos mais amorosos, afetuosos, solidários e proativos em tudo que valoriza e vitaliza coletivamente a população negra. Devemos ser protagonistas e exemplificadores destes valores.

Travamos o bom combate, diz o Mestre Griot Milton Barbosa. E ‘sigamos na luta, em roda, cantando, desafinando, descompassando, errando e nos descolonizando’, na lição de Mestre Bispo. E neste ato/ritual no quilombo MNU- multiplicador de quilombos, somos guiados pelo amor de bell hooks na emoção participativa que torna o amor real.

AXÉ MUNTU LONGA VIDA AO MNU

APÊNDICE-1

1. Qual ou quais livro(s) didático(s) (volume) da Coleção contemplam a História da Ditadura Militar brasileira. Anote isso e construa uma tabela.

1. Corpus de análise: fontes

	KARNAL, Leandro. Identidade em Ação : Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. 1º ed. São Paulo. Editora Moderna. 2020.
Foto da capa do livro didático, volume 1	De ...capítulos, ...fazem referência ao movimento negro - Capítulo 05: A multiplicidade cultural e o problema da identidade nacional no império (páginas 76 a 97) -menção ao 20 de novembro- como uma conquista do movimento,mas não há citação ao MNU, apenas frisa que foi uma conquista do movimento negro durante a escrita e promulgação da Constituição Federal de 1988. - Título do capítulo p. 00 - 00 De ...capítulos, ...fazem referência à Ditadura civil-militar (1964-1985) - Título do capítulo p. 00-00 - Título do capítulo p. 00 - 00
Foto da capa do livro didático, volume 2	De ...capítulos, ...fazem referência ao movimento negro - Capítulo 7: Trabalho no século XXI (pp. 128-142) -menção a Lei de Cotas na página 134, que no livro são classificadas como políticas de ações afirmativas e visam a equidade de oportunidades. De ...capítulos, ...fazem referência à Ditadura civil-militar (1964-1985) - Título do capítulo p. 00-00 - Título do capítulo p. 00 - 00
Foto da capa do livro didático, volume 3	De ...capítulos, ...fazem referência ao movimento negro - Título do capítulo p. 00-00 - Título do capítulo p. 00 - 00 De ...capítulos, ...fazem referência à Ditadura civil-militar (1964-1985) - Título do capítulo p. 00-00 - Título do capítulo p. 00 - 00 Não há menções à Ditadura Militar e ao Movimento Negro

Foto da capa do livro didático, volume 4	De ...capítulos, ...fazem referência ao movimento negro - Título do capítulo p. 00-00 - Título do capítulo p. 00 - 00 De ...capítulos, ...fazem referência à Ditadura civil-militar (1964-1985) - Título do capítulo p. 00-00 - Título do capítulo p. 00 - 00 Não há menções à Ditadura Militar e ao Movimento Negro
Foto da capa do livro didático, volume 5	De ...capítulos, ...fazem referência ao movimento negro - Título do capítulo p. 00-00 - Título do capítulo p. 00 - 00 De ...capítulos, ...fazem referência à Ditadura civil-militar (1964-1985) - Título do capítulo p. 00-00 - Título do capítulo p. 00 - 00
Foto da capa do livro didático, volume 6	De ...capítulos, ...fazem referência ao movimento negro - Capítulo 3: Autoritarismo e o populismo na América Latina (pp.38-59) - p.42: fala sobre a Frente Negra Brasileira - Capítulo 4: Ditadura na América Latina - pp.60.74 - p.66: Movimentos Sociais e arte engajada - p.72: Novas Leis e movimentos De ...capítulos, ...fazem referência à Ditadura civil-militar (1964-1985) -Capítulo 3: Autoritarismo e o populismo na América Latina (pp.38-59) - pp.52-53: “O governo de João Goulart e o golpe civil-militar -Capítulo 4: Ditadura na América Latina - pp.60.74 - pp.80-81: A cidadania e o direito à memória - pp.82-83: exercícios - Título do capítulo p. 00 - 00

Fonte: Tabela feita pela pesquisadora Rafaela Neves Meireles (2024).

APÊNDICE-4

